# A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro:
primeiros anos (1953-1960)

**Sonia Maria Gomes Lopes**

Série
**MONOGRAFIAS**
Volume 5

# A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: primeiros anos (1953-1960)

REITOR
Valder Steffen Jr.

VICE-REITOR
Orlando César Mantese

DIRETOR DA EDUFU
Guilherme Fromm



EDITORA DE PUBLICAÇÕES
Maria Amália Rocha

REVISÃO DE PORTUGUÊS
Lúcia Helena Coimbra Amaral

REVISÃO DE ABNT
Una Assessoria Linguística

EDITORAÇÃO E CAPA
Eduardo M. Warpechowski

IMAGEM CAPA
Primeira turma da FMTM e seus familiares, 1960.
Acervo Centro Cultural da FMTM.

Editora da Universidade Federal de Uberlândia

Av. João Naves de Ávila, 2121
Campus Santa Mônica
Bloco 1S – Térreo
Cep 38408-100
Uberlândia – Minas Gerais – Brasil
Tel: (34) 3239-4293
www.edufu.ufu.br

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

COLEÇÃO
“História, Pensamento e Educação”

DIREÇÃO
Décio Gatti Júnior e Geraldo Inácio Filho



SÉRIE
Monografias

DIREÇÃO
Betânia O. L. Ribeiro e Carlos Henrique de Carvalho

VOLUME 5
A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: primeiros anos (1953-1960)

AUTORA
Sonia Maria Gomes Lopes

Sonia Maria Gomes Lopes

# A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: primeiros anos (1953-1960)

Coleção
História, Pensamento
e Educação

Série
Monografias
Volume 5

A coleção “História, Pensamento e Educação” é composta por cinco séries: “Novas Investigações”, “Clássicos”, “Textos Fundamentais”, “Monografia” e “Didática”.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

L864c Lopes, Sonia Maria Gomes
A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro [recurso eletrônico] : primeiros anos (1953-1960) / Sonia Maria Gomes Lopes. – EDUFU. - 2020.

204 p. : il. (Coleção História Pensamento Educação. Série Monografias ; v. 5)
ISBN: 978-85-7078-498-8
DOI: 10.14393/EDUFU-978-85-7078-498-8
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: http://www.edufu.ufu.br/
Inclui bibliografia.

1. Ensino superior. 2. Educação médica. 3. Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro 4. Universidades e faculdades - História. I. Série.

CDU: 378

---

Gloria Aparecida - CRB-6/2047

# Sumário

# Apresentação

Esta obra decorre de dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, no âmbito da linha de História e Historiografia da Educação. A pesquisa foi realizada por Sonia Maria Gomes Lopes, com o intuito de contribuir para a reflexão sobre o processo de criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM no ano de 1953, na cidade de Uberaba-MG, sendo a primeira faculdade desse gênero da região e a segunda do interior do estado de Minas Gerais, de forma que esta obra também é um movimento de valorização da memória histórico-educativa local.

Na condição de orientador desta pesquisa, entendo que o texto é seminal no sentido de reunir um grande volume de informações sobre o processo de implantação dessa instituição de nível superior. Representa marco inicial para outros olhares investigativos, em função das diferentes possibilidades de estudo sobre a história dessa pioneira e tradicional escola de formação de médicos da região.

Nessa trajetória, a autora registrou os primeiros passos da então recém-criada FMTM, indicando a participação de alguns dos atores importantes nesse processo, como políticos, médicos, fundadores, primeiros professores, alunos e funcionários. Foi retratado também o intervalo de tempo entre 1953 e 1960, período em que a Faculdade de Medicina foi criada, instalada e federalizada, inserida no contexto socioeconômico, político, educacional e cultural peculiar de Uberaba.

O texto está organizado em três capítulos: o primeiro discorre sobre os aspectos históricos da constituição do município de Uberaba, com

enfoque para o desenvolvimento da educação, especialmente a superior; o segundo fala dos primeiros médicos que atuaram na cidade, da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba, da Santa Casa de Misericórdia e das motivações que deram origem à FMTM; e o terceiro traz informações valiosas sobre a constituição do corpo docente, a primeira matriz curricular do Curso de Medicina, os primeiros alunos e como ocorreu o processo de federalização da instituição, idealizado desde a sua fundação.

Por fim, acreditamos que esta obra é um incentivo para outras iniciativas de mesma natureza e que tenham como desafio a reflexão sobre os processos histórico-educativos que conformaram os sistemas escolares do município e da região, fundamentais para a preservação e valorização da memória local, estimulando a compreensão dos diferentes processos decorrentes das condições sociais, políticas e econômicas de cada época.

Vamos à leitura!

*Prof. Dr. Sauloéber Társio de Sousa*
Universidade Federal de Uberlândia

# Introdução

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?

— CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Esta pesquisa se propôs a investigar o processo de criação, implantação e federalização da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) em Uberaba, MG, no período de 1953 a 1960. O interesse pelo tema surgiu durante o assessoramento às graduações na elaboração e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos,[1] pois não havia dados e informações sobre a origem da Faculdade de Medicina no texto destinado à apresentação do histórico institucional. Um movimento inicial de investigação para suprir as necessidades de tais projetos, mediante consultas a outras unidades administrativas e acadêmicas da instituição e buscando documentos que possibilitassem historiar os primeiros anos da FMTM, levou à constatação de que existem poucos registros institucionais da criação e implantação da faculdade. Acredita-se que a documentação – e a história da instituição – vem se perdendo por conta da rotatividade de chefias decorrente do

[1] Licenciada em Pedagogia, desde 1987 atuo como pedagoga na Divisão de Apoio Técnico-Pedagógico, unidade administrativa e pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, antes Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro.

processo político de substituição da administração institucional a cada quatro anos e de aposentadorias e mortes de funcionários mais idosos, dentre outros fatores.

Apesar de não termos formação acadêmica em história e estarmos cientes das dificuldades de uma pesquisa histórica, entendemos a importância da FMTM no cenário educacional de Uberaba – foi a primeira faculdade de Medicina da região do Triângulo Mineiro – e buscamos estudar sua criação e federalização com o intuito de contribuir para a escrita de uma história dessa instituição que possa lastrear a construção de documentos institucionais e projetos pedagógicos dos cursos, assim como ser útil a pesquisas e estudos de alunos e professores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

A pesquisa partiu destas questões: quais foram os sujeitos envolvidos no processo de criação e implantação da FMTM? Quais foram os motivos e interesses desses sujeitos? Qual era o perfil dos primeiros professores e alunos? Como foi o processo de federalização da faculdade? Que contribuições a criação de um curso de Medicina trouxe para Uberaba e o Triângulo Mineiro? Concretizar a pesquisa exigiu definir um recorte espacial e temporal preciso. De acordo com Barros (2005, p. 41-42),

> Uma delimitação adequada do período histórico que será examinado é, naturalmente, questão de primeira ordem para qualquer historiador. A escolha de um recorte qualquer de tempo historiográfico não deve, por outro lado, ser gratuita. [...] a escolha de um recorte temporal historiográfico não deve corresponder a um número propositadamente redondo (dez, cem ou mil), mas sim a um problema a ser examinado ou a uma temática que será estudada. É o problema que define o recorte.

Com efeito, a pesquisa aborda o intervalo de tempo de 1953 a 1960, período em que a Faculdade de Medicina foi criada, instalada e federalizada.

A criação da FMTM foi objeto da coluna "Crônica do dia", do *Jornal da Manhã*, cujo autor, o médico e professor Valdemar Hial, ex-diretor da FMTM, disse que "Considerava-se 1954 o ano de sua fundação, porém quando assumi, em 1989, meu primeiro mandato à frente da Instituição, encontrei a primeira ata datada de 27 de abril de 1953. Essa passou a ser, então, a data oficial de sua fundação" (Jornal da Manhã, 2015).

As categorias de análise são fundamentais para a compreensão da história de uma instituição escolar. Como são vários os sujeitos envolvidos no processo educativo, elas se tornam os roteiros de pesquisa e os procedimentos investigativos mais bem definidos. Gatti Júnior e Pessanha (apud Gatti Júnior; Inácio Filho, 2005, p. 80) relacionam as categorias de análise básica das pesquisas sobre instituições educacionais à luz de Justino Magalhães. São elas:

> Espaço (local/lugar, edifício, topografia); Tempo (calendário, horário, agenda antropológica); Currículo (conjunto de matérias lecionadas, métodos, tempos etc. ou racionalidade prática); Modelo pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem — tempo, lugar e ação); Professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações); Manuais escolares; Públicos (cultura, forma de estimulação e resistências); Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida).

Ainda de acordo com os autores, a história das instituições escolares respaldada por essas categorias aspira a se ocupar dos sujeitos incluídos no processo educacional, buscando outorgar-lhes um sentido único no universo social, ou seja, reconstruir sua história. Coadunam-se com essas reflexões Nosella e Buffa (2009), de que se valem Gatti Júnior e Pessanha (apud Gatti Júnior; Inácio Filho; 2005, p. 82) a fim de complementar as categorias para a pesquisa das instituições educacionais com os seguintes aspectos:

> 1. Origem, criação, construção e instalação. 2. Prédio (projeto, implantação, estilo e organização do espaço). 3. Mestres e funcionários (perfis). 4. Clientela (alunos e ex-alunos). 5. Saber (conteúdos escolares). 6. Evolução. 7. Vida (cultura escolar: prédio, alunos, professores e administradores, normas).

A análise das fontes sobre a FMTM apontou escassez de informações sobre as categorias elencadas. Dessa forma, foram priorizadas aquelas

consideradas suficientes para desdobrar a pesquisa. Num primeiro momento, destacaram-se categorias que possibilitaram construir a realidade em que estava inserida a criação da FMTM. Em decorrência disso, para construir uma compreensão histórica da faculdade, foram adotadas as seguintes categorias: origem, criação, implantação e federalização; tempo/espaço em que estava inserida a faculdade; prédio (adequações físicas/reforma); perfis dos fundadores e dos professores; perfis dos alunos das sete primeiras turmas; currículo do curso.

Pesquisar a criação e instalação da FMTM foi possível graças ao alargamento do conceito de fonte histórica. Tal ampliação decorreu de mudanças nas orientações da pesquisa histórica internacional, sobretudo com a chamada Escola dos *Annales*, uma corrente historiográfica francesa que propôs outras formas de produzir conhecimentos históricos. Como esclarece Souza (2014, p. 52),

> Em meados de 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, dois dos principais expoentes dessa nova vertente, iniciaram movimento de renovação e disseminação de um conhecimento histórico que se contrapunha ao fazer histórico tradicional, levando a adoção de novos métodos e fontes. Passaram a rejeitar a história que priorizava eventos políticos, suas personalidades, o Estado, como objetos de investigação por excelência, historiografia preponderante desde fins do século XVIII, com o surgimento dos Estados-Nações.

Gonçalves (2011) destaca que esse movimento buscou renovar a produção de conhecimento histórico tendo estes pressupostos-chave: interesse pela atividade humana seja qual for; preocupação em dialogar com outras áreas do conhecimento nos processos de análise das estruturas que envolvem as permanências e as mudanças históricas; busca pela compreensão da vida por meio das experiências e do pensamento de pessoas comuns; aceitação de uma variedade de documentos e registros escritos, visuais e orais como fontes; a articulação de elementos individuais e coletivos para compreender o fato partindo do princípio de haver distintas versões sobre o mesmo evento histórico; enfim, rejeição à objetividade absoluta na construção da explicação histórica pelos sujeitos envolvidos. Ainda seguindo Gonçalves (2011), a transformação maior na postura dos pesquisadores foi compreender que, em história, não se deve buscar

*a verdade* – como se acreditava. Isso considerando que o pesquisador é condicionado social, cultural e historicamente; portanto, os relatos sobre determinada questão podem ser distintos.

Entretanto, a pesquisa não pode prescindir de um problema claramente enunciado, isto é, de um método de seleção, organização e interpretação das fontes e um referencial teórico para orientar o estudo. Com isso, as pesquisas históricas ganharam em qualidade e na diversidade de temas envolvidos nas pesquisas realizadas. As interpretações passaram a se guiar pela análise dos aspectos não só políticos e econômicos, mas também culturais e particulares do objeto, sem deixar de integrá-lo no contexto mais amplo.

Nessa lógica, investigar a história de uma instituição por meio dos referenciais teóricos da história e historiografia da educação brasileira possibilita, à interpretação, ir além do levantamento de dados para considerar particularidades da instituição, porque esta foi criada para suprir dada necessidade; "Mas não qualquer necessidade, trata-se de necessidade de caráter permanente" (Saviani, 2006, p. 23). Segundo Magalhães (1998, p. 61-62), a instituição escolar é dinâmica, criativa e viva nas relações sociais estabelecidas pelos que nela convivem. Como desempenham papéis variados, torna-se lugar de permanentes tensões:

> No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s) [...]. É um lugar de permanentes tensões [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais.

Para Magalhães (1998, p. 2), reconstituir a história de uma instituição implica inseri-la no sistema educativo, na sociedade local, na região e no país:

> Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

Neste caso, investigar a história da FMTM possibilitou ir além da reconstrução da vida da instituição, porque permitiu entender o conhecimento da sociedade da época nos aspectos econômicos, educacionais, políticos, de assistência à saúde, dentre outros. Mais do que isso, exigiu um mergulho no interior da instituição para conhecer aspectos mais íntimos, desvendar o contexto social, político, econômico e cultural em que estava inserida. Para tanto, a opção metodológica mais pertinente foram os pressupostos da pesquisa qualitativa inserida na perspectiva teórica da história das instituições escolares.

Esta investigação da história da criação e federalização da FMTM destacou documentos do acervo da instituição e jornais citadinos, que de modo pontual contribuíram com informações sobre a trajetória da instituição. As fontes documentais incluíram: *atas* da fundação da entidade mantenedora da FMTM – Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro, de 27 de abril de 1953; das reuniões da congregação da FMTM referentes ao período 1954-1960; e de colação de grau dos discentes do período 1959-1965; *matriz curricular* da Graduação em Medicina; *parecer* da Comissão de Ensino Superior de autorização de funcionamento da FMTM; *registro oficial* de doação do prédio da penitenciária para a FMTM; *pastas digitalizadas* dos discentes ingressantes na FMTM no período 1954-1960; primeiro *regimento* geral; *relação* nominal dos professores da FMTM de 1954 a 1960; "*catálogo*" intitulado *FMTM: uma história de idealismo e coragem*, produzido por Ana Luiza Brasil e preservado nos arquivos da Reitoria da UFTM (não foi publicado); *discurso* proferido pelo professor Randolfo Borges Júnior em 1983, durante a realização do primeiro congresso médico de ex-alunos da FMTM; *revista* do Centro Acadêmico Gaspar Vianna sobre os dez primeiros anos de funcionamento da FMTM; *jornais* (*Lavoura e Comércio*,[2] *O Triângulo* e *Correio Católico*); *livros* de memorialistas/historiadores (Antônio Borges Sampaio, Edelweiss

[2] O jornal Lavoura e Comércio foi fundado no dia 6 de julho de 1899, por produtores rurais, pequenos e grandes, que tinham algo em comum: eram contra o governo mineiro por causa do custo do fisco. Resolveram, assim, criar um jornal que fosse porta-voz de seus interesses. Desde sua fundação até o fechamento, em 27 de outubro de 2003, 104 anos depois, o jornal só não circulou dois dias da década de 1980, durante uma greve dos gráficos. Antônio Garcia Adjunto foi o primeiro diretor. Em 1906, o jornal passou para a família Jardim, ou seja, foi assumido pelos irmãos Francisco e Quintiliano Jardim. Esse último dirigiu-o até sua morte, em 1966, quando a direção passou para seus filhos, George de Chirée, Raul e Murilo Jardim (Campos, 2015).

Teixeira, Guido Bilharinho, Hildebrando Pontes, José Soares Bilharinho, Maria Antonieta Borges Lopes). Optou-se por recorrer a esses autores porque documentaram a história dos médicos e da medicina em Uberaba, além de muitas outras informações sobre fatos significantes acontecidos na cidade. Como fontes históricas importantes, os escritos dos memorialistas pedem atenção a certas peculiaridades, pois, por tradição, não se valem de princípios teórico-metodológicos típicos dos estudos histórico-acadêmicos, conforme analisa Souza (2014, p. 55-56):

> Os memorialistas, portanto, não produziriam história (fruto de operação racional), e sim memórias, de forma que seus trabalhos poderiam ser assim caracterizados: seriam resultados da experiência, uma construção do passado pautada pelas necessidades do presente e elaboradas a partir das experiências posteriores. Não adotariam métodos e procedimentos próprios do saber acadêmico. Desprezariam diálogos com produções anteriores sobre a mesma temática, ou os paralelos com municípios de trajetórias similares. São apresentadas como versões "definitivas" e portadoras de "veracidade", levando ao "regate necessário" da história esquecida. Possuem, em geral, um vocabulário mais acessível, e uma construção textual narrativa próxima da literatura sendo mais "interessante" ao grande público. Utilizam fontes oficiais (arquivos das prefeituras, câmaras municipais, etc.) que são apresentadas como expressão da verdade sem um olhar crítico. Apropriam-se de memórias pessoais e coletivas sem reflexão sobre as implicações desse processo.

Além dos memorialistas, sabe-se que os jornais constituem fonte importante para este tipo de pesquisa, pois retratam a sociedade, a educação e as ideias de dada época, veiculando uma visão dos acontecimentos mais importantes da vida das instituições sociais. Contudo, deve-se ter o cuidado de não analisar os textos jornalísticos como verdade única, pois têm interferência da subjetividade de seus redatores, além de não traduzirem os anseios da população em geral, mas de grupos de letrados. A busca por textos jornalísticos foi realizada no Arquivo Público Municipal de Uberaba, onde foi possível acessar edições dos jornais *Lavoura e Comércio*,[3] *O Triângulo* e *Correio Católico* do período em estudo.

---

[3] Os exemplares do jornal *Lavoura e Comércio* referente ao período em estudo estavam em processo de digitalização e provisoriamente indisponíveis ao acesso público para a realização de pesquisas, daí não ter sido possível consultar todas as edições.

Nas investigações relativas à história, especialmente à história das instituições escolares, é comum os pesquisadores se depararem com dificuldades relacionadas com a escassez ou até a inexistência de fontes impressas sobre o passado da instituição, conforme ressalta Mogarro (2005, p. 106):

> Geralmente, à guarda das respectivas secretarias e serviços administrativos, misturam-se documentos de origens diversas e utilidade também diversificada: a) documentos activos – ainda utilizados com regularidade, organizados (geralmente) e de acesso mais fácil; b) documentos semi-activos – cadastros de professores e de alunos, de que ainda são pedidos certificados a partir do original. Estando identificados pela instituição e sendo localizados com relativa facilidade; c) documentos inactivos – nesta fase do seu ciclo de vida, os documentos encontram-se normalmente depositados em locais que não garantem as condições necessárias para a sua salvaguarda e preservação material, amontoando-se sem organização e misturando-se documentos de origem e natureza muito diversa.

Durante a etapa de levantamento dos documentos institucionais, constatou-se que na FMTM não existe um local adequado para organização e arquivamento desses documentos, comumente chamados de "papel velho" ou arquivo morto. Além disso, visando à racionalização de espaço físico, existe um processo de descarte para fins de atualização dos arquivos. Assim, muitas vezes documentos preciosos para estudo do passado da instituição são destruídos. Arquivar os documentos de uma instituição ao longo da sua existência tem de ser trabalho rotineiro e comum. Conforme afirma Bilharinho (1993, p. 1.248), "Ninguém é dono de nada. Toda documentação produzida pelo homem, ou por uma instituição, deve ser bem protegida, pois ela pertence à história de uma comunidade". Sendo assim, atas, relatórios, pareceres, regulamentos internos, manuscritos, revistas, relações nominais, fichas de registro de alunos, dentre outros documentos da instituição, constituíram as fontes centrais da pesquisa aqui. É fundamental atentar para a desmistificação do significado aparente que os documentos indicam. É necessário interpretar as informações neles contidas, tornando-os fragmentos que, junto com outras fontes, proporcionarão a reconstrução histórica de alguma época. Segundo Le Goff (1996, p. 547),

> O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhes o seu significado aparente.

Destaca-se a importância de teses e dissertações que abordam as questões relacionadas com as instituições educacionais e os primeiros modos de viver em Uberaba, a colonização do Triângulo Mineiro e a criação e evolução da educação médica no país. Empreendeu-se, portanto, um levantamento sobre as produções acadêmicas concluídas sobre a história das instituições escolares de Uberaba com o objetivo de conhecer o que já foi estudado e produzido para a sua historiografia. O Quadro 1 na página seguinte lista os resultados.

Observa-se no Quadro 1 que a maioria das pesquisas sobre as instituições educacionais uberabenses é alusiva às escolas destinadas à educação básica. Quanto à educação superior, existem quatro pesquisas, duas referentes à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino (Fista) – uma se relaciona com sua criação; a outra, com a formação humanista realizada por essa instituição, de origem católica – , uma sobre a primeira Faculdade de Odontologia, sob o título de *Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba: gênese e desenvolvimento* (*1926-1936*); e outra sobre a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, intitulada *Pioneirismo do ensino superior em Uberaba: a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro* (*1947-1950).* Não foram identificadas pesquisas sobre a FMTM, tampouco este estudo pretendeu esgotar a riqueza de dados acerca da instituição. Mas espera-se que desencadeie reflexões sobre sua importância para a história da cidade, da região, do estado e da medicina no país, e que traga contribuições importantes ao meio acadêmico para estudos e pesquisas em torno da hoje Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Com esse propósito, o estudo está organizado em três capítulos.

O capítulo 1 apresenta aspectos históricos da constituição e organização do município e da cidade de Uberaba; discorre sobre o

Quadro 1. Pesquisas sobre a história das instituições escolares de Uberaba, MG, 2002-15.

| ano | autor | título | instituição | modalidade de ensino | tipo de instituição |
|---|---|---|---|---|---|
| 2002 | TEIXEIRA, Geovana Ferreira Melo | Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina no Colégio Nossa Senhora das Dores – Uberaba (1940-1966) | Colégio Nossa Senhora das Dores | Educação básica | Confessional católica privada |
| 2003 | MATOS, F. C. | Sociedade e educação em Uberaba: Colégio Marista Diocesano | Colégio Marista Diocesano | Educação básica | Confessional católica privada |
| 2003 | OLIVEIRA, Sebastião José de | A criação e a consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino em Uberaba, Minas Gerais: uma experiência singular da congregação dominicana no Brasil (1948-1961) | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino | Educação superior | Privada |
| 2004 | SILVA, Washington Abadio | Gênese e implantação do Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903-1916) | Colégio Marista Diocesano | Educação Básica | Confessional católica privada |
| 2005 | BORGES, D. C. | A educação do deficiente visual no Brasil: história do Instituto dos Cegos do Brasil Central – Uberaba, MG, (1942-1978) | Instituto dos Cegos do Brasil Central | Educação especial | Filantrópica sem fins lucrativos |
| 2006 | SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980) | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino | Educação superior | Privada |
| 2007 | GUIMARÃES, Rosângela M. Castro | Grupo Escolar de Uberaba: desvelando a história e recriando a memória do ensino primário público em Uberaba, MG (1908-1918) | Grupo Escolar Brasil | Educação básica | Pública Estadual |
| 2009 | MACHADO, Sonaly Pereira de Souza | História do Instituto Zootécnico de Uberaba: uma instituição de educação rural superior (1892-1912) | Instituto Zootécnico de Uberaba | Educação superior | Privada |
| 2010 | LOUREIRO, Marilda Arantes | Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba: gênese e desenvolvimento (1926-1936) | Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba | Educação Superior | Privada |
| 2012 | SOUZA, Marilza Aparecida Alberto Assis | O Grupo Escolar Minas Gerais e a educação pública primária em Uberaba-MG entre 1927 e 1972 | Grupo Escolar Minas Gerais | Educação Básica | Pública Estadual |
| 2012 | FERREIRA, Nilce Vieira Campos | Escola de economia rural doméstica: ensino secundário profissionalizante no Triângulo Mineiro (1953-1997) | Centro Federal de Educação Tecnológica | Educação profissionalizante | Pública Federal |
| 2015 | SOARES, Edilene Alexandra Leal | O Colégio Triângulo Mineiro e o ensino secundário em Uberaba (1940-1960) | Colégio Triângulo Mineiro | Ensino secundário | Particular |
| 2015 | FERREIRA, Neirimar de Castilho | Pioneirismo do ensino superior em Uberaba: a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (1947-1950) | Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro | Ensino Superior | Particular |

Fonte: dados da pesquisa; Souza (2012, p. 17).

processo de desenvolvimento da educação básica e superior, com ênfase nas primeiras tentativas de criar cursos superiores na cidade a partir de 1940; enfim, relata o processo de criação de escolas médicas oficiais no início do século XIX e de escolas criadas na primeira República, estendendo-se até 1960 (ano limite do recorte temporal estudado), para compreender a gênese e o funcionamento do curso de Medicina em Uberaba no contexto mais amplo dos cursos médicos no Brasil.

O capítulo 2 trata dos primeiros médicos que, a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX, se dedicaram à medicina em Uberaba; evidencia a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba como associação dessa categoria profissional e, sobretudo, como espaço de compartilhamento de saberes médicos produzidos por especialistas das áreas da medicina; privilegia a criação e as motivações que redundaram na FMTM do ponto de vista de alguns fundadores; trata de aspectos históricos da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba, de início instituição de caridade, mais tarde hospital-escola para a prática clínica discente; enfim, apresenta aspectos físicos pontuais do primeiro edifício da faculdade: uma penitenciária transformada em instituição de ensino.

O capítulo 3 traça os caminhos percorridos pelo diretor da instituição na busca incessante por professores para serem titulares das cadeiras do curso de Medicina; apresenta a organização curricular do curso mediante uma retrospectiva histórica dos currículos das escolas médicas brasileiras – sempre muito amarrado à legislação vigente, delineia a influência do modelo curricular dos Estados Unidos proposto por Abraham Flexner – dada sua relevância nas transformações ocorridas no ensino médico no Brasil nas primeiras décadas do século XX; caracteriza sucintamente o alunado do período; enfim, conta como ocorreu a federalização da faculdade de Medicina em meio a articulações políticas, às lutas do diretor e dos professores e à organização e mobilização dos alunos na instituição e no governo federal.

A proposição deste trabalho se manteve sempre na linha do pensar na criação, na instalação e na federalização da FMTM. Que a leitura seja a mais prazerosa possível e reflita sobre os caminhos trilhados na pesquisa descrita.

* * *

# I

# Educação no contexto sócio-histórico e econômico de Uberaba e os cursos de Medicina no Brasil

Este capítulo trata dos aportes históricos da constituição e organização do município e da cidade de Uberaba, MG.[1] Aborda a ocupação e as transformações socioeconômicas que caracterizaram tais etapas até 1960 – data limite do recorte histórico deste estudo – e o processo de desenvolvimento da educação básica – criação e instalação das primeiras escolas. A ênfase incide nas tentativas de criar as primeiras instituições de ensino superior, as quais se entende que contribuíram com sua experiência para alicerçar a criação da Faculdade de Medicina em Uberaba, a primeira do Triângulo Mineiro e segunda do interior mineiro. Enfim, o capítulo relata sucintamente o processo de desenvolvimento do ensino médico, orientando-se pela legislação educacional para o ensino superior e para os cursos de Medicina, com objetivo de compreender a gênese de implantação desse curso no contexto mais amplo dos cursos médicos. Esta abordagem cobre um período que vai do início do século XIX – quando surgem as primeiras escolas médicas oficiais –, passando pela primeira República – quando são criadas mais escolas –, até o ano de 1960.

[1] Segundo critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Uberaba é uma cidade-polo da microrregião composta pelos seguintes municípios: Uberaba, Veríssimo, Conquista, Delta, Conceição das Alagoas, Campo Florido e Água Comprida. Sua área física tem 4.540,51 quilômetros quadrados: 256 de área urbana, 4.284,51 de área rural (Plano Decenal Municipal de Educação: Uberaba 2006-2015, aprovado pela Lei Municipal 9.895, de 7/1/2006).

## 1.1 Ocupação da região do Triângulo Mineiro e o surgimento do município de Uberaba

Segundo Lourenço (2010), o povoamento da região que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro teve início com a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera –, tido como um dos mais importantes bandeirantes a desbravar o interior. Em 1682, ele atravessou os sertões dessa região rumo às minas de ouro de Goiás. Em 1722, liderada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, uma expedição composta por quase 150 sertanistas paulistas abriu um caminho régio ligando os novos povoados goianos à vila de São Paulo. Segundo memorialistas, essa estrada passou por Uberaba[2] e se tornou conhecida como "estrada dos goiases ou do Anhanguera" (Lourenço, 2010, p. 19), ao longo da qual foram reservadas faixas de terras de ambos os lados a serem ocupadas pela população indígena,[3] cujas aldeias, em sua maioria, eram constituídas por algumas casas e uma capela. Os índios viviam da agricultura de subsistência, cujo excedente era trocado ou vendido para tropas que passavam pela estrada.

Entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, foram atraídos para a região do Triângulo Mineiro numerosos grupos de famílias de migrantes conhecidos como geralistas.[4] Vindos da região central e sul da capitania de Minas Gerais, foram expulsos de Ouro Preto e das regiões próximas pelo crescimento da população ou pelo esgotamento do solo. Com isso, surgiram vários arraiais[5] no sertão dos Araxás, entre os rios Paranaíba e das Velhas.[6] Dentre eles, estava o de Araxá, que se tornou um núcleo importante graças às águas salitrosas do Barreiro, propício à invernada de boiadas que seguiam de Goiás para o Rio de Janeiro (Lourenço, 2010, p. 22). Nesse mesmo período, também por conta do esgotamento das "abundantes minas auríferas" (Pontes, 1978, p. 50)

---

[2] Palavra de origem guarani que significa água brilhante.

[3] Após a abertura da "Estrada do Anhanguera", foi inevitável o contato entre os caiapós e os luso-brasileiros. No início, os indígenas aceitaram pacificamente a invasão de suas terras, porém as agressões infligidas por parte dos colonizadores os levaram a atacar caravanas que passavam pela estrada, a destruir fazendas e povoados embrionários, matando moradores e queimando plantações e benfeitorias; tornaram-se, em pouco tempo, a tribo mais temida do Brasil central (Riccioppo Filho, 2007).

[4] Habitantes das Minas Gerais.

[5] Núcleos constituídos por, pelo menos, uma capela curada (com um religioso fixo), um adro e algumas habitações ao redor dele. A capela assentava-se no terreno a ela doado.

[6] Hoje rio Araguari.

no núcleo de mineração mais antigo da região – o Desemboque[7] –, os geralistas iniciaram a colonização da área localizada entre o rio das Velhas e o rio Grande, que se tornou conhecida a partir daí como Sertão da Farinha Podre,[8] primeiro nome da região do Triângulo Mineiro. De acordo com Pontes (1978), os julgados[9] de Desemboque e Araxá[10] pertenceram, até o ano de 1816, ao governo de Goiás. O Desemboque abrangia a região atual do Triângulo Mineiro e todo o sul de Goiás, menos o julgado de Santa Luzia. Os dois julgados foram desagregados da capitania de Goiás e incorporados à de Minas Gerais pelo alvará do rei de 4 de abril de 1816, assinado no Rio de Janeiro. A justificativa apresentada nesse alvará fazia referência à distância entre aquele território e a capital de Goiás:

> Os grandes incômodos, que suportavam os que vivem sujeitos à Capitania e Comarca de Goiás, cuja capital lhes fica em distância de mais de cento e cinquenta léguas, sendo-lhes muito penosos os recursos, de que frequentemente necessitam; ao mesmo passo, que estando eles sujeitos à Capitania de Minas Gerais, e à Ouvidoria de Paracatu, que lhes fica próxima, podem ser mais facilmente ouvidos, e socorridos nas suas dependências, sem serem obrigados a desamparar suas Casas, e cultura de suas terras. (Lourenço, 2010, p. 23).

O memorialista Hildebrando Pontes (1978, p. 70) realça que "o Triângulo Mineiro, muito mais ligeiro do que se pensava, passou de Goiás para Minas Gerais".

Conforme mencionado, a decadência da mineração e o consequente esgotamento do solo produtivo no Arraial de Desemboque levaram

---

[7] A denominação "Desemboque" vem de certa parte do rio Grande cujas águas, embocando por um estreito canal entre serras, se subdividem em cinco braços apertados entre ilhas de terras (Pontes, 1978). Foi na época o mais importante núcleo populacional da região. A consequente necessidade de migração de parte de sua população para os sertões do oeste fez aos poucos com que a mineração cessasse por completo.

[8] Segundo reza a tradição, o nome Farinha Podre originou-se talvez por ser comum encontrar certa quantidade de farinha de mandioca deteriorada, dependurada nas árvores, por esquecimento dos sertanejos que iam em busca de minas de ouro no interior do sertão.

[9] Denominava-se julgado o núcleo de povoamento que tivesse um juiz de fora, nomeado pelo capitão-general da capitania, ou ordinário, escolhido pelos eleitores locais.

[10] "A zona dos julgados de Araxá e Desemboque teve primitivamente o nome de Novo Sul, Novos Descobertos do Paranaíba e mais tarde Farinha Podre. Atualmente é Triângulo Mineiro" (Pontes, 1978, p. 73).

parte de seus habitantes a procurar por terras produtivas no Sertão da Farinha Podre, onde se assentaram milhares de campesinos e criadores de gado. O sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, que se tornou conhecido como o Regente dos Sertões e protetor dos indígenas, procurando terras para se estabelecer, atingiu o rio Uberaba e fixou-se na margem esquerda do córrego das Lages, onde construiu a Chácara da Boa Vista.[11] Memorialistas da cidade registraram que essa chácara foi o núcleo da cidade de Uberaba. Próxima a ela, foi doada área para construir uma capela dedicada a Santo Antônio e São Sebastião, a qual foi abençoada pelo padre Hermógenes Araújo, primo de Antônio Eustáquio. Tempos depois, esse último construiu sua residência definitiva no Centro, na praça Rui Barbosa.

Em 1816, iniciou-se o povoamento do Arraial de Uberaba. Sabendo de suas condições propícias, do prestígio e da segurança que aquele sargento-mor oferecia, grande número de pessoas migrou para o novo arraial. Eram comerciantes, criadores de gado, boiadeiros, mascates, ferreiros e outros. Região de muita mata, cerrado e água em abundância, era também estratégica, pois sua posição geográfica a situava em caminhos para o Rio de Janeiro (antiga capital do país), São Paulo e o interior "a ser desbravado". Como relata Pontes (1978, p. 78),

> As riquezas da região, no dizer de vigário Silva, se compõem de linda e extensíssima campina e matos que produzem milho, feijão, arroz, cará, batata, cana, algodão, mandioca, anil, como em parte alguma se tem visto, sem que, entretanto o lavrador sinta o efeito de um trabalho pesado, pois que as capinas nas mesmas capoeiras são muito favoráveis. Os campos viçosos durante a maior parte do ano e os bebedouros salitrosos em quase todas as fazendas dispensam a salga do gado, que aqui se cria admiravelmente bem.

Como se lê, não se mencionam problemas sociais. Destaca-se tão somente a riqueza de Uberaba. As terras ocupadas constituíram propriedades extensas, dado o valor baixo e a isenção de impostos. Com essas facilidades, o domínio das terras da região coube a poucas famílias, que logo as transformaram em fazendas imponentes e impuseram os traços

---

[11] Hoje Fazenda Experimental da Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais (Epamig).

proeminentes da sociedade e da cultura local. A pecuária foi a atividade econômica primeira e principal, impulsionando a população a se dedicar à atividade pastoril e à agricultura de subsistência.

Em 1836, informa Birchal (2004), Uberaba foi elevada à condição de Vila de Santo Antônio de Uberaba e, em 1856, à de cidade, via Lei Provincial 759, de 2 de maio, para se consolidar como centro comercial abastecedor do Triângulo Mineiro, de Goiás e de Mato Grosso. A partir de 1870, ainda que de forma incipiente, a industrialização se impôs, com fábricas de tecido, cerveja, laticínios, vinhos, cerâmicas e engenhos de açúcar, assim como foram inaugurados agência bancária, teatro e casas comissárias, dentre outros estabelecimentos. Merece destaque a Fábrica de Tecidos do Cassu,[12] que chegou a empregar, em 1886, cerca de 60 funcionários (Birchal, 2004).

Uberaba apresentava contrastes sociais: era dominada, política e economicamente, por uma elite rural abastada, enquanto a maioria da população vivia em condições minguadas. Para Riccioppo Filho (2007), as condições de vida eram modestas, enquanto a longevidade era breve, conforme se pode constatar na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Obituário de Uberaba, 1884.

| ano | mês | óbitos | média etária |
|---|---|---|---|
| 1884 | Outubro | 28 | 26,93 |
| 1884 | Novembro | 17 | 23,12 |
| 1885 | Julho | 24 | 30,92 |
| 1885 | Agosto | 13 | 28,62 |

Fonte: Riccioppo Filho (2007, p. 131).

Como se vê, em meados de 1880, o tempo médio de vida era de 24,7 anos. A maioria falecia por causa de pneumonia, tétano, febre e picada de cobra. Faltavam higiene e saneamento básico à maior parte da população urbana e rural, tal era o grau de pobreza.

Também contribuiu decisivamente para o povoamento e desenvolvimento da região a construção da ferrovia da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro até a cidade de Uberaba (Figura 1). Iniciou-se o tráfego de passageiros e mercadorias em abril de 1889, ano da transição política de Monarquia para República.

[12] A Tecidos do Cassu funcionou até 1994, com o nome de Cia. Têxtil do Triângulo Mineiro.

A ferrovia trouxe prosperidade econômica ao aproximar Uberaba do mundo moderno, em especial "por diminuir" a distância até a capital do País e a Província de São Paulo, cidade que passava por um processo de urbanização e industrialização rápido.

> A partir desse momento, todo comércio feito anteriormente, em grande escala, por S. João Del Rei e Formiga, convergiu para Uberaba, transformando-a na região mais importante da província no mercado salineiro do Brasil Central e de além Leste da Cordilheira, abrangendo Paracatu, Bagagem, Patrocínio, Arcos, Patos de Minas e povoações intermediárias. (Rezende, 1991, p. 36).

O crescimento da economia proporcionado pela ferrovia impulsionou a vinda de imigrantes europeus, em maior número dentre italianos, espanhóis e portugueses. Vieram sírio-libaneses, alemães e franceses,[13] fundamentais para a história de Uberaba, assim como os homens vindos das minas da região de Ouro Preto e Desemboque. O aumento da população urbana multiplicou o comércio. A cidade se tornou o caminho de passagem para a quase comercialização com o Centro-Oeste, além de se transformar em um mercado salineiro movimentado no interior.

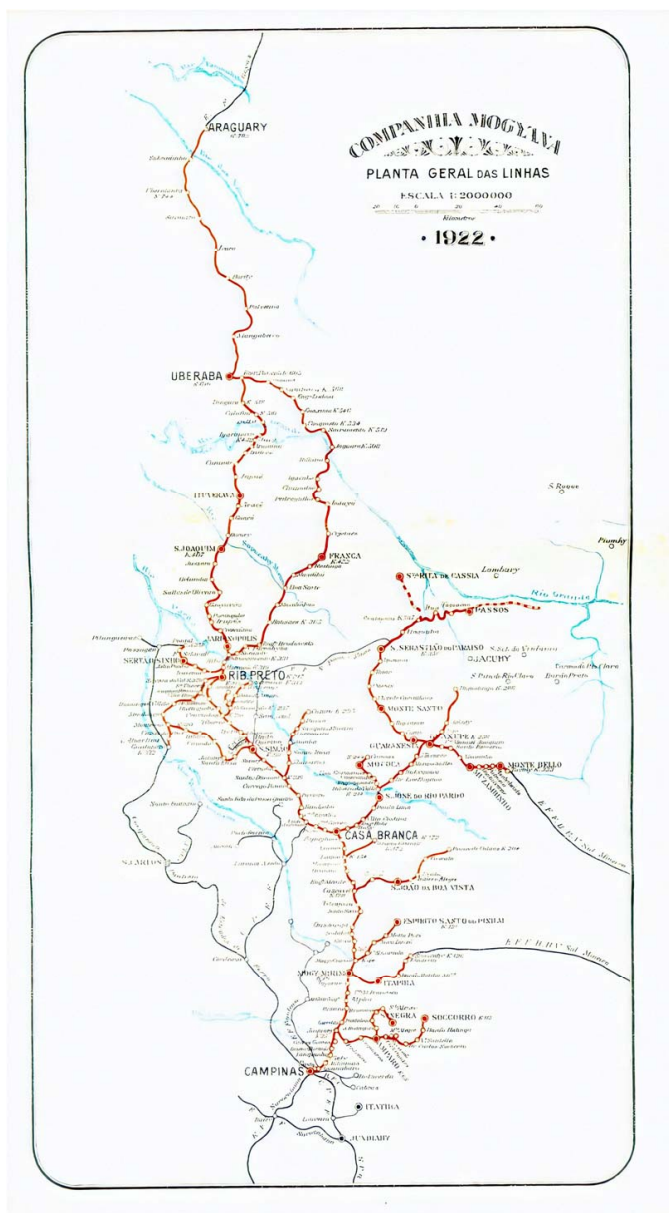
De acordo com Dantas (2009, p. 71), esses símbolos fizeram Uberaba se destacar dentre as cidades vizinhas, gerando um "sentimento ufanista" de superioridade:

> No núcleo urbano de Uberaba, uma série de novas construções e serviços passou a integrar a paisagem: arquitetura de estilo europeu, abertura de novas ruas, arborização de praças, hotéis, lojas de armarinhos, livraria, colégios,[14] criação de um instituto politécnico, confeitaria e restaurantes com "menus à francesa", casas de jogos, associações artísticas e musicais, a realização de saraus e concertos. O ufanismo atingiu dimensões consideráveis, a ponto de forjar a expressão "Paris-Rio de Janeiro-Uberaba", como exemplaridade da condição que alcançara na concepção de muitos de seus moradores, como centro de negócios e centro sociocultural.

---

[13] Pontes (1978) registrou as famílias nacionais e estrangeiras que fixaram residência no município de Uberaba.

[14] Foram criados dois colégios de confissão religiosa – marista e dominicano – que desempenharam papel importante na educação da elite local.

Figura 1. Extensão das ferrovias da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro.

Legenda: Publicado na ocasião do cinquentenário da companhia, em 1922, o mapa apresenta linhas que ela construiu entre 1872 e 1921.

Fonte: Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (2015, *on-line*).

No entanto, quando os trilhos da Mogiana alcançaram, em 1895, a cidade de Uberlândia, e em 1896, de Araguari, Uberaba perdeu gradativamente a importância econômica e a liderança do comércio atacadista em relação a Mato Grosso e Goiás para essas duas cidades, mais próximas da fronteira goiana. A ferrovia que havia contribuído para o apogeu econômico e político de Uberaba a deixou então em situação de estagnação econômica.

A crise da economia uberabense foi enfrentada com investimento na pecuária, representado pelo gado zebu, importado da Índia. O aprimoramento da raça, que se adaptou às condições climáticas da região, reacendeu a economia uberabense; a realização de exposições agropecuárias enriqueceu fazendeiros. A repercussão do gado zebu como nova atividade econômica Rezende (1991, p. 114) vê como algo que "passou a liderar, em caráter quase absoluto, a vida socioeconômica, anulando gradualmente, desse período até a década de 1930, as características marcantes deixadas pela atividade comercial". Durante a primeira Guerra Mundial (1914-1919), o Brasil tornou-se grande exportador de carne congelada, valorizando ainda mais seus rebanhos e enriquecendo os pecuaristas.

O crescimento da pecuária zebuína possibilitou que proprietários e comerciantes do zebu erguessem verdadeiros palacetes. Edificadas na zona urbana e em grandes propriedades rurais, essas casas tinham estilos semelhantes ao que havia de mais moderno na época. No dizer de Rischiteli (2005, p. 35),

> Representando a fomentação provocada pela riqueza adquirida, os proprietários e os comerciantes de zebu recorreram a arquitetos, engenheiros e construtores alemães, espanhóis, portugueses e, principalmente, italianos para a construção de seus palacetes. Os estilos assemelhavam-se ao que havia de mais importante na época e, muitas vezes, deixavam o próprio espírito criativo se manifestar nas edificações sendo notável o ecletismo arquitetônico.

Na área da região urbana central, os palacetes – residências dos coronéis – concentraram-se em torno da Praça Rui Barbosa, circundada por palmeiras imperiais, que a transformaram no maior símbolo de concentração de riquezas da cidade no período. Embora a pecuária zebuína fosse a atividade econômica do município de Uberaba, é perti-

nente ressaltar que não contribuiu para o crescimento da cidade, conforme afirma Wagner (2006, p. 117-118):

> Os poderosos mantinham o capital concentrado entre as cercas de suas fazendas, não se preocupavam com a situação do município, com a população, com a geração de empregos e o fortalecimento do comércio local. Pelo contrário, suas ações mostram que os coronéis na verdade não desejavam o desenvolvimento do município de Uberaba, ao comprarem tudo em outras localidades, e conseqüentemente, investindo o capital em outros municípios, ampliando e aprofundando o marasmo do comércio local.

Dessa forma, fora desse núcleo central, a população urbana e sertaneja continuava submetida às condições precárias de vida. Apesar das riquezas geradas pela pecuária e da cidade já ter sido um importante centro urbano comercial, a aparência de Uberaba era provinciana e com características bastante rurais, como mostra a foto abaixo, de uma das principais ruas da cidade.

Figura 2. Praça Rui Barbosa em 1908.

Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba.

Figura 3. Praça Rui Barbosa em 1930.

Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba.

Figura 4. Buracos invadem a rua da Constituição, na área central da cidade.

Fonte: Ferreira (1928, p. 31).

O jornalista uberabense Orlando Ferreira foi o primeiro cidadão a realizar uma análise crítica política da cidade, registrada em seu livro *Terra madrasta: um povo infeliz*, lançado em 1928. Ele detalhou um balanço negativo do trabalho realizado pelas administrações públicas municipais. Para Ferreira (1928, p. 29), Uberaba vivia "apagadamente" devido à mesma política "estúpida e rotineira" que não fazia mais do que "capinar ruas, construir pinguelas, matar cachorros, nomear e demitir funcionários e arrecadar impostos". Por meio de números, ele demonstrou que, em quase um século de existência, das 155 ruas, somente 11 haviam sido calçadas – precariamente – e que, das 19 praças, só três calçadas e urbanizadas – pessimamente. Seu livro tem fotografias para provar que Uberaba permanecia "na balbúrdia, na ruína, no descrédito, na imoralidade, no desconforto, na imundície, na lama, na poeira, no capim, no matagal, na buraqueira" (Ferreira, 1928, p. 30).

De 1927 a 1930, Uberaba foi governada por Olavo Rodrigues da Cunha, sucessor do coronel Geraldino Rodrigues da Cunha (1924-1927), ambos fazendeiros locais. Com a Revolução de 1930, as oligarquias municipais foram colocadas em risco. Após a instalação do governo provisório e com o controle centralizador do Estado, o monopólio político e o exercício do poder privado dos grandes proprietários de terra foram relativamente enfraquecidos. Apesar disso, Uberaba tomou caminho inverso: o poder dos coronéis aumentou ainda mais com a capitalização do gado zebu, levando a mais uma estagnação das atividades comerciais e industriais. Com o retorno das eleições municipais, em 1936, e com o golpe de 1937, dado por Getúlio Vargas, uma inovação na política local contrariou o tradicionalismo: a ocupação do cargo de prefeito por um filho de imigrantes libaneses: Whady Nassif, que era advogado. Com o amparo do Estado Novo, ele executou uma administração voltada ao desenvolvimento urbano e comercial da cidade, modernizando-a por meio de melhorias no sistema de fornecimento de água e energia, na infraestrutura de esgoto, no calçamento das ruas, além de se preocupar com outros aspectos urbanísticos.

A partir da década de 1930, a economia brasileira experimentou um processo de industrialização crescente nas áreas de alimentos, calçados e tecidos para suprir o mercado interno. Esse projeto de desenvolvimento foi do primeiro governo de Vargas, quando foram criadas indústrias, em especial no centro-sul. Esse fato contribuiu para acelerar o processo de

urbanização da sociedade, até então predominantemente rural. Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha a função de administrar a Previdência Social. O sistema previdenciário deixou de ser estruturado por empresa para sê-lo por categorias profissionais de âmbito nacional. Com isso, a Previdência Social, cujas atribuições incluíam "resolver os problemas de saúde dos trabalhadores" (Scliar, 1987, p. 70), teve incentivos na era Vargas por meio do seguro social, que não só cuidava das aposentadorias e pensões, como também prestava serviços de saúde aos trabalhadores.

> Até então, o Brasil era, segundo o próprio Vargas, um país semicolonial, agrário, exportador de matérias-primas e importador de manufaturados. O campo dominava a cidade; a política era feita à base de currais eleitorais manipulados pelos coronéis. Após a Revolução de 1930 as oligarquias entrarem em declínio, surge um proletariado urbanizado e reivindicador. E foi justamente Getúlio, o latifundiário, Getúlio, o caudilho, que teve a audácia suficiente para romper com o passado feudal e criar um Estado populista, do qual o seguro social foi um dos suportes. A assistência médica da Previdência era uma necessidade não só para a classe trabalhadora, como para o próprio sistema previdenciário, que teria que arcar com o ônus da doença não tratada; além de se constituir em poderoso instrumento de manipulação política. Era a medicina para o povo. (Scliar, 1987, p. 70-71).

No Triângulo Mineiro, a "marcha para o oeste" idealizada por Vargas trouxe uma das bases de apoio conhecida como operação Roncador-Xingu. Essa ação governamental deu início a obras de construção de aeroportos, rodovias, hospitais, escolas, curtumes e outras na região. Caminhões e automóveis gradativamente substituíram os carros de boi, introduzindo os sertões no processo de modernização nacional.[15] Nos anos 1950, a criação do polo petroquímico e moveleiro, de casas de comércio, além da prestação de serviços, passaram a compor a economia da cidade ao lado da agropecuária. Tinha início uma nova fase de desenvolvimento na cidade, com a diversificação econômica.

---

[15] A empreitada de Vargas tomou consistência com a criação da Fundação do Brasil Central, cujo principal objetivo era colonizar o interior, além de interligar Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso aos grandes centros produtores (Lenharo, 1985).

O período de modernização do Brasil durante a década de 1950 foi marcado por uma movimentação social e política intensa. Desenvolvimento e nacionalismo foram marcantes nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – líderes populistas. A migração social rural – cabe frisar – levou ao crescimento das cidades. Por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro – capital federal até 1960 e centro das decisões políticas e administrativas – e a de São Paulo – maior parque industrial de toda a América Latina – tornaram-se rapidamente duas metrópoles influentes, as maiores cidades do país. A capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, foi outro exemplo de crescimento urbano: como cidade planejada, ela reuniu urbes vizinhas para ser transformar na Grande Belo Horizonte.

Por ocasião da proclamação da República, a população brasileira era estimada em 14 milhões de habitantes; 85% eram analfabetos. Em 1970, somavam-se 90 milhões de habitantes; 33,1% analfabetos (Veiga, 2007). Esses percentuais indicam que a educação foi se consolidando com o desenvolvimento de ações públicas direcionadas à escolarização, pois a taxa de analfabetismo diminuiu, ainda que nesse período tenha havido um crescimento populacional expressivo.

Segundo Cunha (1983), à medida que o processo de centralização do capital levou à monopolização na indústria, o processo de ascensão social por meio da reprodução do pequeno capital – tornar-se proprietário de pequenas empresas industriais, comerciais ou de prestação de serviços – foi sendo inviabilizado. Assim, a demanda por escolarização aumentou em todos os graus, pois esse era o novo caminho para admissão e promoção nos níveis de poder e de emprego nas empresas, como em Uberaba, com as tentativas de implantar cursos superiores. A educação passa a ser o foco das atenções políticas.

Os próximos itens deste capítulo são dedicados a uma leitura do contexto educacional uberabense, apresentando como ocorreram a organização da educação básica e as tentativas de implantar a educação superior.

### 1.2 Contexto educacional uberabense: educação básica

O processo de implantação das primeiras escolas de educação básica teve início na segunda metade do século XIX, conforme informações apresentadas no Quadro 2, a seguir. Abrange este estudo o período que vai até meados do século XX, à luz das pesquisas de Melo (2002, p. 36-39) e Souza (2012, p. 48-64). Constata-se que a oferta do ensino primário e secundário teve início em Uberaba no ano de 1854. Apesar de muitas

escolas terem fechado em pouco tempo, sua participação foi relevante na formação educacional da época. Os documentos analisados mostram que, por exemplo, a Escola Santo Antônio teve matrícula anual de 80 a 90 alunos no curso primário; a Escola Municipal Guerra Junqueira atendeu quase 390 alunos; o Externato Santa Catarina ofereceu instrução primária e religiosa para mais de 100 alunos; e o Externato Cristo Rei primou pela pedagogia católica, cuja ênfase estava na formação intelectual e moral do estudante, e atendeu cerca de 280 alunos.

Como se pode observar, houve iniciativas e disposição de trazer a educação básica para a região, assim como havia obstáculos. Do contrário, grande parte das escolas criadas até a década de 1940 não teria sido fechada. Essa conjuntura foi analisada por Muniz (2003, p. 180) nestes termos:

> Embora empenhadas em alfabetizar meninos e meninas, foram instituições que tiveram, em sua maioria, vida curta, sobrevivendo, no máximo, a uma década. Pela frágil estrutura financeira, falta de pessoal qualificado, dificuldades de caixa para manutenção e reparo dos prédios, elas não conseguiram oferecer, ou continuar oferecendo, o tipo de ensino demandado pelas famílias que podiam pagar pela educação de seus filhos e filhas.

Até 1940, predomina o ensino particular ante o descaso do governo federal com a política para a oferta de educação pública. Das poucas instituições que sobreviveram, permaneceram funcionando o Colégio Nossa Senhora das Dores, fundado em 1885, e o Colégio Diocesano, fundado em 1902. Ambas eram instituições confessionais particulares conhecidas em toda a região pelo ensino de qualidade e marcaram a escolarização da elite. Garantiam o nível secundário preparatório para o ingresso nos cursos superior de Medicina, Direito, Engenharias e Farmácia, então os mais comuns. O objetivo central dessas escolas foi garantir a educação formal a filhos e filhas da "gente graúda", como as famílias tradicionais e elitizadas gostavam de ser chamadas (Wirth, 1982, p. 120). Para a elite, a educação representava o capital cultural[16] necessário para a garantia de posição social singular, em

---

[16] Conforme Gonçalves (2011, p. 32), à luz de Pierre Bourdieu, capital são as posses do agente: podem ser materiais, sociais, econômicas, culturais ou simbólicas. Cada tipo tem valores que se conformam ao campo em que está situado, ou seja, podem ser maiores ou menores.

Quadro 2. Escolas de educação básica em Uberaba, MG, 1854-1950.

| Ano de Fundação | Nome da Escola | Fundador | Nível | Tempo de Funcionamento |
|---|---|---|---|---|
| 1854 | Colégio Cuiabá | Fernando Vaz de Melo | Primário e secundário | 3 anos |
| 1859 | Colégio Des Gennettes | Henrique Raimundo des Gennettes | | 3 anos |
| 1877 | Liceu Uberabense | César Ribeiro | Secundário | 2 anos |
| 1878 | Colégio Piedade | Joaquim Antônio Gomes da Silva | | 4 anos |
| 1881 | Liceu Uberabense | Antônio Silvério Pereira | Primário e secundário | 10 anos |
| 1885 | Colégio Nossa Senhora das Dores | Irmãs dominicanas | Primário e secundário – feminino até 1973 | Em atividade |
| 1889 | Colégio Uberabense | Paulo Frederico Barthes até 1990<br>Manuel Joaquim Bernardes | Secundário | 7 anos |
| 1896 | Seminário Episcopal Santa Cruz | Igreja Católica | Seminário e externato | 6 anos |
| 1903 | Colégio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus | Ordem dos Irmãos Maristas | Primário e secundário | Em atividade |
| 1909 | Grupo Escolar de Uberaba (transformado em Grupo Escolar Brasil em 1927) | Ensino público Estadual | Primário e secundário | Em atividade |
| 1935 | Escola Municipal Guerra Junqueira | Ensino público municipal | Primário | Fechado |
| 1938 | Externato Santa Catarina | Igreja Católica | Primário e religioso | Fechado |
| 1941 | Liceu do Triângulo Mineiro | Mário Palmério | Secundário | Fechado |
| 1943 | Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro | Mário Palmério | Comercial, básico e técnico | Fechado |
| 1944 | Grupo Escolar Minas Gerais | Ensino público Estadual | Primário e secundário | Em atividade |
| 1946 | Grupo Escolar América | Ensino público Estadual | Primário e secundário | Em atividade |
| 1947 | Externato Cristo Rei | Igreja Católica | Primário e admissão | Fechado |
| 1948 | Escola Normal de Uberaba/ Escola Est. Marechal Humberto de A. Castelo Branco | Ensino público Estadual | Normal/ Primário e secundário | Em atividade |
| 1948 | Grupo Escolar Uberaba | Ensino público Estadual | Primário e secundário | Em atividade |
| 1950 | Grupo Escolar Dom Eduardo | Ensino público Estadual | Primário e secundário | Em atividade |
| 1950 | Grupo escolar Professor Chaves | Ensino público Estadual | Primário e secundário | Em atividade |

Fonte: Melo (2002); Souza (2012).

geral ocupando cargos públicos de destaque. Às massas[17] sobravam escolas de primeiras letras, a maioria na zona rural, com professores leigos e ensino não sistematizado, onde se aprendia apenas a ler e realizar os cálculos básicos da matemática. Além disso, como analisa Wirth (1982, p. 120), restavam os festivais de música:

> Para a elite, havia escolas secundárias (geralmente seminários) e escolas normais que alimentavam os valores humanistas ocidentais. Os homens das letras das localidades contavam com grande prestígio. Para as massas, havia festivais que recordavam as tradições coloniais – concertos de bandas nos dias de mercado –, todos repletos de movimento, aquela qualidade tão apreciada no interior.

Segundo Veiga (2007), o ensino obrigatório e gratuito foi estabelecido em Minas Gerais em 1892, para crianças de 7 a 13 anos de idade. Havia escolas urbanas e rurais com currículos enciclopédicos (informações e conhecimentos limitados, insuficientes para compreender o contexto) e diferentes entre si. Ensinava-se não mais que a ler, a calcular e a escrever. Um professor podia lecionar para quatro séries na mesma sala – eram as classes multisseriadas. O ensino primário ficava sob a responsabilidade dos estados que, quase sempre, disponibilizavam recursos financeiros insuficientes para a manutenção das escolas. Assim, deixavam para as famílias a responsabilidade de custear a educação da prole. Houve investimentos só no ensino secundário, não seriado e irregular, cujo objetivo era preparar para o ingresso no ensino superior. Porém, como era insuficiente o número de instituições superiores em funcionamento, poucos podiam cursá-las, ou seja, só as classes mais abastadas tinham recursos para se manterem em tais escolas. De tal modo, pôs-se em discussão na Primeira República o modelo educacional oriundo do Império, que privilegiava as elites.

Somada às crises dos setores político, econômico, cultural e social, a Revolução de 1930 fez avançar o processo educacional. Uma iniciativa destacada foi a criação dos grupos escolares. Gonçalves (2011, p. 114) afirma que "provavelmente a iniciativa concreta mais marcante no campo

---

[17] Segundo o Dicionário de Sociologia, massa é o conjunto de elementos em que o número de pessoas que expressam opiniões é incomparavelmente menor do que o das que as recebem; a massa é uma coleção abstrata de indivíduos, recebendo impressões e opiniões já formadas, veiculadas pelos meios de comunicação de massa. (Massa, 2016).

educacional, iniciada ainda no século XIX, tenha sido o estabelecimento dos grupos escolares" A responsabilidade pela sua criação cabia aos governos estaduais, obedecendo a padrões arquitetônicos preestabelecidos. Tinham de refletir princípios de "civilização" – traduzidos na urbanização – e higienistas –, que tinham como foco preservar a saúde individual e coletiva por meio de normas e novos hábitos. Essas instituições eram consideradas como modelos de ensino e referência padrão para a iniciativa particular.[18]

Em 1940, havia em Uberaba quase *cinco mil* crianças em idade de escolarização (Anuário estatístico do Brasil, 1948) para *um* grupo escolar. "O único estabelecimento de ensino que Uberaba possui não tem capacidade para receber o enorme número de jovens que ali comparecem para pedir as águas lustrais da instrução" – lamentava o jornal *Lavoura e Comércio* (1940, p. 4). Texto extraído de outro jornal da cidade mostra a calamidade social por conta da ausência de escolas para suprir a demanda do contingente populacional em idade escolar:

> Temos numerosos problemas sociais, entre muitos avulta com aparência ameaçadora o pauperismo intelectual. A fome intelectual não é menos calamitosa. É acabrunhador ver inteligências rudes, fechadas, curtas, sem agilidade. Parece que o espírito se enclausura em si mesmo e adormece [...] a falta de instrução é uma doença. (Correio Católico, 1946, p. 1).

Destacam-se, ainda, as condições de funcionamento: precárias. As escolas do país, em especial as destinadas ao ensino primário, não tinham prédios próprios; funcionavam em casas de professores ou fazendas, portanto, locais improvisados (Faria Filho, 2003). Nesse contexto, uma exceção foi a construção do Grupo Escolar de Uberaba, em 1909, o primeiro da cidade, que passou a se denominar Grupo Escolar Brasil, em 1927. De aspecto monumental, a construção se alinhava numa praça no Centro da cidade, num dos bairros altos.

---

[18] As inovações básicas do grupo escolar foram: organização das classes em séries – cada série ocupava uma sala e tinha um professor; organização serial presumindo etapas sucessivas; grupos de quatro ou cinco séries no mesmo prédio; funcionários com funções específicas – porteiro e diretor, por exemplo; salas construídas segundo prescrições de higiene escolar, seja a capacidade cúbica ou de superfície para cada aluno; ginásios para exercícios físicos; pátios internos para recreio dos alunos; instalações sanitárias adequadas, dentre outras (Veiga, 2007, p. 242-4).

Figura 5. Ao fundo, o Grupo Escolar Brasil, anos 1930.

Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba.

Apesar do investimento nas décadas de 1940 e 1950 na criação de grupos escolares e de escolas municipais urbanas e rurais, elas não foram suficientes para suprir a demanda ocasionada pelo crescimento da população urbana, advindo da migração do campo movida pela promessa de trabalho nas indústrias que surgiam, conforme pode ser observado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2. Indivíduos com 5 anos de idade ou mais que sabem ler e escrever no município de Uberaba, 1950.

| Indivíduos de 5 anos de idade ou mais | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Sabem ler e escrever | | Não sabem ler e escrever | |
| | | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Uberaba | 58.979 | 16.783 | 16.043 | 11.809 | 14.344 |
| Cidade | 37.071 | 12.544 | 13.113 | 4.401 | 7.013 |
| Vila Água Comprida | 235 | 90 | 49 | 34 | 62 |
| Quadro rural | 21.673 | 4.149 | 2.881 | 7.374 | 7.269 |

Fonte: IBGE (1954, p. 238).

Com quase metade da população analfabeta, a solução para o problema da falta de mais vagas nas escolas urgia, a fim de preparar Uberaba para o "progresso nascente". Os clamores ocuparam as páginas dos jornais, como em texto publicado pelo *Lavoura e Comércio* de 15 de fevereiro de 1958 (apud Melo, 2002, p. 41):

> Jornais de São Paulo assinalam o desprestígio cada vez maior por parte das autoridades em relação ao ensino primário [...] Em Minas, e particularmente em Uberaba a situação é precária: edifícios antiquados, salas superlotadas e crianças em idade escolar impossibilitadas de estudar por falta de lugares. Essa triste realidade acontece na terceira cidade de Minas. Apesar da iniciativa privada haver buscado "suprir" a ausência de providência dos poderes públicos, o panorama geral em Uberaba é precário, tanto no ensino primário, como no secundário.

Em concordância com o texto do jornal, a organização educacional do município ainda era de precariedade, pois não havia escolas em número suficiente para atender à demanda. Esse quadro estava de acordo com a realidade nacional do ensino primário, que deixava fora das escolas, ao final da década de 1960, aproximadamente 60% das crianças em idade escolar (Souza, 2012).

Examinada a necessidade de investimentos na educação básica, passa-se a investigar como ocorreu a criação das primeiras instituições de ensino superior na cidade de Uberaba.

## 1.3 Primeiros passos da educação superior em Uberaba

No fim do século XIX, Uberaba iniciou sua trajetória no ensino superior. Em 5 de agosto de 1895, começou a funcionar o primeiro curso superior, na fundação do Instituto Zootécnico de Uberaba,[19] ou seja, voltado à formação de engenheiros agrônomos. Esse instituto funcionou entre 1895 e 1898, mas sua existência foi significativa para a sociedade uberabense. Para abrigá-lo, o governo mineiro adquiriu, reformou e adaptou as estruturas

---

[19] A regularização da profissão de zootecnista ocorreu com a Lei 5.550, de 1968. Acredita-se que o nome dado ao instituto objetivava enfatizar, no perfil do egresso do curso de Engenharia Agronômica da escola uberabense, uma formação voltada também para área de conhecimento de zootecnia: necessidade advinda da criação de gado como atividade econômica central da região.

físicas de um prédio segundo as necessidades de funcionamento do instituto prescritas em decreto:

> Art. 4º Além das acomodações necessárias para residência do director, do porteiro e outros empregados internos, secretaria, biblioteca e salas para os diversos cursos theoricos, haverá nos edifícios do instituto, para a instrucção pratica dos alumnos e o ensino experimental: 1 gabinete com laboratório de minerologia e geologia com o material necessário para os ensinos e estudos complementares; 1 gabinete de physica com os apparelhos e instrumentos necessários ao curso elementar; 1 laboratório de chimica com o material indispensável às experiências, preparações e análises; 1 gabinete de botânica e colleções de plantas e sementes mais utilizáveis na agricultura; Estábulos, apriscos para reprodutores, gado de trabalho e de reprodução e vacas de leite; acommodações para a preparação de laticínios, conservação das forragens e material agrícola; enfermaria veterinária, etc.; terrenos necessários para culturas experimentaes, horto botânico e plantações de vinhas para instrução prática dos alumnos especialmente sobre enxerto, poda, tratamento das doenças parasitárias, culturas de plantas forraginosas e raízes, prados artificiaes e pastos. (Minas Gerais, 1896 apud Machado, 2009, p. 78).

Uberaba nasceu – convém frisar – da ocupação de terras para atividades agropecuárias em decorrência do fim da exploração aurífera. Daí que o primeiro curso superior foi ligado ao campo, embora as terras férteis e as condições climáticas ideais não significassem produtividade elevada. Riccioppo Filho (2007) ressalta que à pecuária eram destinados ainda os investimentos financeiros dos fazendeiros uberabenses, desejosos de desenvolvê-la. Isso fica patente em texto da *Gazeta de Uberaba* de 31/12/1888 (apud Riccioppo Filho, 2007, p. 193):

> A principal indústria desta região, a pastoril, tem prosperado sensivelmente pelo cruzamento das raças existentes entre si e com indivíduos de outras raças importadas por creadores intelligentes. Embora os preços a que tem athingido o gado não hajam sido tanto quanto seria desejável, compensadores dos esforços dos creadores, (isto devido ás despesas que fazem com o transporte delle para os pontos de venda), contudo essa industria prospera e se aperfeiçoará cada vez mais pela aptidão dos nossos campos para creação de gado.

Conscientes da necessidade de mão de obra especializada e visando ao melhoramento genético bovino e da agricultura na região, os fazendeiros pleitearam ao governo estadual a criação de uma escola superior de agricultura. Se parece pouco provável essa possibilidade numa cidade interiorana, a elite a viu se concretizar por meio do trabalho do professor e deputado estadual de Uberaba Alexandre de Souza Barbosa,[20] que se valeu da política mineira de incentivar a criação de escolas superiores no estado:

> o sistema educacional das escolas primárias às faculdades de ensino superior era ao mesmo tempo impressionante, lamentável. Objetivando um sistema universal de modelo americano, os educadores mineiros criaram um grande estabelecimento público e particular praticamente sem os benefícios de verbas federais. Na década de 1890, Minas liderou o país em número de escolas fundadas. (Wirth, 1982, p. 141).

O Instituto Zootécnico oferecia educação gratuita. Não cobrava nem as matrículas. Porém, exigia a conclusão do ensino secundário e a dedicação integral do aluno ao curso, daí que se abria mais a pessoas oriundas da elite. Bilharinho (2006) elucidou que o instituto surgiu quando a cidade tinha uma população de sete mil habitantes, não dispondo de ruas calçadas, luz elétrica nem serviços de água e esgoto.

Ante a escassez de recursos financeiros repassados pelo estado, faltaram recursos humanos para a docência em áreas específicas, técnicos especializados para o suporte, recursos didáticos e infraestrutura para as aulas práticas. Mesmo com os esforços de professores, alunos e direção, a situação se tornou precária a partir de 1897, quando o governo estadual se eximiu totalmente da responsabilidade pela escola.

Em 4 de outubro de 1898, o então presidente de Minas Gerais, Francisco Silviano de Almeida Brandão, assinou o Decreto 191, no qual

---

[20] Mineiro nascido em Sete Lagoas, Alexandre de Souza Barbosa foi seminarista e era professor de Geografia em 1885, quando se mudou para Uberaba. Em 1889, por ocasião da inauguração da ferrovia, fundou o Clube Republicano 20 de Março, ingressando na política. Após a proclamação, integrou a junta do Governo Provisório que tinha como objetivo manter a ordem pública. Em 1890, participou da fundação do partido União Política – cuja vice-presidência assumiu – e foi eleito em 1891 deputado estadual. Foi um dos responsáveis pelo encaminhamento da emenda ao projeto de lei à Câmara dos Deputados para a instalação de um Instituto Zootécnico em Uberaba e um Instituto Agronômico em Leopoldina. Ambos foram aprovados (Riccioppo Filho, 2007).

dispensava o pessoal docente e administrativo dos institutos: Zootécnico de Uberaba, Agronômico de Itabira, dos Campos de Demonstração do Oliveira e do Entre Rios e Belo Horizonte. Esse enxugamento na administração pública objetivou reduzir despesas. Não há registros oficiais da extinção desses institutos, mas cabe supor que o processo de demissão levou ao processo de extinção como consequência natural. Mesmo assim, Machado (2009) considera que o Instituto Zootécnico cumpriu sua função social, ou seja, foi criado para uma necessidade da elite local, que aproveitou sua representação política no Congresso Mineiro e concretizou sua instalação.

> A relevante atuação profissional dos egressos concedeu ao Instituto Zootécnico de Uberaba a consagração de uma escola de ensino superior no interior do Brasil Central, que alcançou seu principal objetivo: formar homens, cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento da indústria agropastoril de Uberaba e também do Estado de Minas Gerais. (Machado, 2009, p. 163).

Quadro 3. Relação das primeiras faculdades de Uberaba, 1895-1960.

| Ano de criação | Instituição | Tempo de funcionamento |
|---|---|---|
| 1895 | Instituto Zootécnico de Uberaba | 3 anos |
| 1927 | Faculdade de Odontologia e Farmácia | 9 anos |
| 1933 | Faculdade de Direito de Uberaba | 1 ano |
| 1947 | Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (Uniube) | Em atividade |
| 1948 | Escola de Enfermagem Frei Eugênio | 32 anos |
| 1949 | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Tomás de Aquino | Incorporada pela Uniube |
| 1951 | Faculdade de Direito (Uniube) | Em atividade |
| 1954 | Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (UFTM) | Em atividade |
| 1956 | Faculdade de Engenharias (Uniube) | Em atividade |

Fonte: A autora.

Como se pode deduzir desses dados, o ensino superior teria novo impulso em fins dos anos 1920. Marilda Arantes Loureiro realizou pesquisa de mestrado sobre a escola de farmácia e odontologia com o título: *Escola de*

*Farmácia e Odontologia de Uberaba: gênese e desenvolvimento* (*1926-1936*). Segundo ela, a criação da faculdade de Odontologia e Farmácia começou a ser pensada em 1926, ante a denúncia – feita ao Conselho Nacional de Educação por dentistas uberabenses regularmente formados – de que práticos exerciam ilegalmente a profissão de dentista e farmacêutico, atuando em Uberaba e região.[21] Existia uma escola que ensinava a profissão a alunos de várias regiões, como se lê em anúncio publicitário:

> Garante-se o ensino perfeito e criterioso dessa excellente arte, a pessoas de bom procedimento e perfeita saúde, mediante o respectivo pagamento das despesas totaes do curso:1:000$000 no acto da inscrição. O curso será de 3 a 6 meses, segundo a intellingencia de cada um. Tem-se excellentes accomodações para aprendizes de fora. (Lavoura e Comércio, 1916, p. 4).

Após discussões calorosas sobre a carência desses profissionais regularmente habilitados em reuniões realizadas sob a coordenação de Francisco Mineiro Lacerda[22] com um grupo de profissionais da elite (João Henrique Sampaio, médico e deputado estadual; Olavo Rodrigues da Cunha, médico; Levy Cerqueira, advogado; Jorge Frange, médico; José de Souza Prata, advogado; Guilherme Ferreira, engenheiro; Assis Moreira Júnior, cirurgião-dentista; Osvaldo Guimarães, agrônomo; e Luiz Ernesto Siqueira, professor), chegou-se ao consenso de que o curso superior de Odontologia deveria ser criado. Definiu-se o início das atividades para abril de 1927, com a realização de exame vestibular em março.

No entanto, por causa de problemas burocráticos de instalação, as aulas só começaram em 7 de julho de 1927, sob a direção de José de Oliveira Ferreira. Embora tenha havido o reconhecimento em nível estadual com a Lei 1.004, de 21 de setembro de 1927, esta não foi suficiente para garantir o reconhecimento federal, que exigia fiscalização contínua por dois

---

[21] Residi, de 1966 a 1984, em Quenta Sol, povoado do meio rural do município de Sacramento, MG. Os dentistas que atendiam a população do povoado e rural eram práticos formados em cursos de curta duração ou que aprenderam a profissão como autodidatas, a exemplo do dentista desse povoado que atendia minha família.

[22] Francisco Mineiro Lacerda era natural de Ouro Fino, MG. Graduou-se em Medicina, em 1904, na Faculdade de Medicina do Rio do Janeiro. Atendeu na Santa Casa da capital, na especialidade “doenças contagiosas: lepra, sífilis e doenças sexualmente transmissíveis”. Em 1925, mudou-se para Uberaba, onde se tornou médico-cirurgião da Santa Casa de Misericórdia. Suas experiências e competência profissional fizeram dele cidadão respeitado pelo povo Uberabense.

anos. No dia 14 de dezembro de 1929, colou grau a primeira turma do curso de Farmácia e a primeira de Odontologia. Era a realização de um sonho do professor Francisco Mineiro Lacerda, diretor na época e um dos proprietários da escola, bem como de seus colaboradores e da população.

O Decreto Federal 19.852, de 11 de abril de 1931 – que dispunha sobre a organização da Universidade do Rio do Janeiro –, criou um conjunto de normas para funcionamento dos cursos superiores. Determinava que os cursos de Farmácia e Odontologia deveriam ser realizados em escolas anexas às faculdades federais de Medicina. Mas, atendendo à reivindicação das escolas autônomas do país, o decreto anterior foi alterado pelo Decreto 20.179, de 6 de julho de 1931, que flexibilizou o funcionamento das Escolas Autônomas de Odontologia e Farmácia desde que comprovassem idoneidade com documentação pertinente. Assim, em 8 de outubro de 1932, o Conselho Nacional de Educação concedeu inspeção permanente federal (o que equivalia ao credenciamento para funcionamento de uma IES) à Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba.

Contudo, esse credenciamento não dispensou a inspeção permanente e periódica do estabelecimento. Em visitas realizadas de 1933 a 1935, os fiscais identificaram irregularidades e notificaram a direção para que fossem sanadas. Ante a inércia da escola quanto a tomar medidas necessárias para resolver os problemas apontados, o Departamento Nacional de Ensino retirou sua inspeção permanente. Na prática, isso significou o não reconhecimento federal dos diplomas emitidos pela instituição. A retirada da inspeção dos cursos impediu a instituição de funcionar, e com isso ela foi obrigada a fechar as portas, conforme atesta aviso publicado pelo *Lavoura e Comércio* de 8/8/1936 (apud Riccioppo Filho, 2007, p. 353):

> Tendo sido suspensa, por Decreto n. 1003, de 1º do atual, a fiscalização federal que a Escola de Farmacia e Odontologia gozava, a Diretoria Nacional de Educação, em ofício de 4 do corrente, dirigido á inspetoria da Escola, determinou que os seus alunos sejam transferidos para as escolas congêneres sob inspeção permanente. Determinou, ainda, a Diretoria Nacional de Educação, sejam registrados imediatamente os diplomas expedidos em 1933, inclusive os expedidos em segunda época, e os diplomados, depois daquele ano, deverão se submeter a exame de revalidação, nas cadeiras da terceira série. Os alunos da Escola de Farmacia

> e Odontologia de Uberaba deverão procurar, dentro do prazo de 10 dias, na secretaria da Escola, as respectivas guias de transferência, sob pena de perderem a matrícula.

A Escola de Farmácia e Odontologia graduou mais de 200 alunos. Mesmo com a escola sob inspeção e possibilidade de fechamento, o grupo dirigente não se deu por vencido. Em 20 de março de 1933, sob a liderança de seu diretor, Francisco Mineiro, fundou a primeira Faculdade de Direito de Uberaba, como outra tentativa de constituir o ensino superior. O jornal *Lavoura e Comércio* de 22/6/1933 (apud Riccioppo Filho, 2007, p. 381) noticiou o fato nestes termos:

> A Faculdade de Direito de Uberaba foi fundada de perfeito acordo com os dispositivos do Decreto n. 20.179, de 6 de julho do corrente ano, de conformidade com as disposições de seu artigo 8º, paragraphos 1 a 7. Os seus estatutos, organizados com a maior inteligência e critério, foram remetidos para a capital mineira, onde foram registrados convenientemente na repartição para esse fim necessária. A Faculdade de Direito de Uberaba funcionará durante dois anos e, findo esse prazo, pleiteará perante os poderes da República o seu reconhecimento federal, na forma disposta pelo artigo 8º do Decreto n. 20.179. O seu funcionamento se pautará pelo da Faculdade da Universidade do Rio de Janeiro, obedecendo ao mesmo critério, ao mesmo programa, á mesma seriação.

A Faculdade de Direito iniciou suas atividades no prédio da Escola de Farmácia e Odontologia no dia 25 de julho de 1933, ou seja, era vinculada a ela. O vestibular incluía provas escritas e orais de lógica, psicologia, geografia, latim, higiene e literatura. Em 1934, o número de matriculados chegou a 50; eram alunos de Uberaba e de cidades da região. A direção acreditava que vincular as duas instituições auxiliaria no processo de legalização da instituição e dos cursos de graduação. Todavia, com o fechamento de uma, a situação da outra se tornou insustentável. De tal modo, a Faculdade de Direito foi extinta. Os alunos perderam tempo e dinheiro. Nem as guias de transferência puderam ser emitidas. Disso se conclui: as exigências dos processos de credenciamento de uma instituição de ensino superior e de autorização e reconhecimento dos cursos de graduação eram rigorosas e controladas pelo poder central. Mesmo

com registro dos anos de exercício – mostrando que havia professores especialistas nas áreas – e a demanda de alunos para preencher as vagas ofertadas, essas faculdades foram fechadas.

Ainda assim, Riccioppo Filho (2007, p. 419) destaca que foram fundamentais para criar cursos superiores em Uberaba:

> A Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, assim como a Faculdade de Direito a ela ligada, tiveram, também, a relevância de terem sido as pioneiras quanto à implantação, na cidade, de um modelo empresarial de gestão do ensino superior. Mesmo fechadas em virtude de supostas irregularidades administrativas e também em função dos interesses de alguns setores da sociedade regional que defendiam o monopólio do acesso à educação superior, aquele bem-sucedido modelo de organização universitária serviu de exemplo para iniciativas futuras, como as que deram origem às faculdades dirigidas por Mário Palmério e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino.

Nas primeiras décadas do século XX, predominou a educação secundária das escolas particulares, especialmente as que se encontravam sob a direção da Igreja Católica, representada pelos colégios Nossa Senhora das Dores e Marista Diocesano, para moças e rapazes. Colégios cujas mensalidades davam a medida de seu público-alvo: a elite uberabense e de cidades da região. Essa influência da Igreja ocorreu, também, no ensino superior: Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, bispo diocesano, iniciou a fundação do Instituto Superior de Cultura, onde se reunia a elite cultural: professores, historiadores, religiosos e escritores, participantes ativos.

Um desses encontros teve a participação de Alceu Amoroso Lima,[23] articulador político e interlocutor da Igreja Católica no Ministério da Educação e Saúde Pública. Impressionado com a consistência acadêmica

---

[23] Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1893, e faleceu em Petrópolis, em 14 de agosto de 1983. Foi crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro. Como crítico literário adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Foi eleito para a cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras em 29 de agosto de 1935. Catedrático de Literatura Brasileira da Faculdade Nacional de Filosofia, foi um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e diretor de assuntos culturais da Organização dos Estados Americanos. Publicou dezenas de livros sobre temas variados (São Paulo, 2006).

das discussões, ele sugeriu aos presentes a possibilidade de criar uma faculdade de Filosofia na cidade. Assim, sob a competência de Amoroso Lima, Dom Alexandre elaborou o projeto de criação da faculdade com os irmãos maristas do Colégio Diocesano e com as irmãs dominicanas, que administravam o Colégio Nossa Senhora das Dores. Cumpridas as exigências burocráticas e legais, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino (Fista) iniciou suas atividades em 1949, amparada legalmente pela autorização dada pelo Decreto 26.044, de dezembro de 1948.

Foram autorizados e criados os cursos de Pedagogia, Filosofia, Geografia, História e Letras: Línguas Neolatinas, Clássicas, Anglo-Germânicas e Didática. Os alunos, divididos por sexo até o ano de 1954, desenvolveram atividades nos espaços físicos dos colégios Marista Diocesano e Nossa Senhora das Dores. O aumento do número de matriculados exigiu um prédio próprio, inicialmente alugado do Colégio Nossa Senhora das Dores, na Rua Governador Valadares. Assumiu a direção da Fista a irmã Virginita do Rosário, conhecida pela competência, pelo dinamismo e pelo idealismo. Em sua administração, buscou construir a sede própria mediante doação de recursos para erguer um edifício, inaugurado com quatro pavimentos, 40 salas de aulas, salas especiais para administração e professores, laboratórios, quadras, piscinas, espaço para museu, capela, pensionato e uma das mais completas bibliotecas da região. A maior parte da obra foi realizada com recursos de pagamento das mensalidades da Faculdade e do Colégio Nossa Senhora das Dores.

Notícia veiculada em jornal local informou sobre as mudanças culturais provocadas na sociedade pela criação da faculdade em Uberaba:

> Sentiram os observadores logo nos primeiros dias, que à Faculdade estava reservada a honrosa missão de sacudir a estagnação em que adormeceu a vocação em Uberaba pela cultura. Abria-se um capítulo novo na história de nossa inteligência, não havendo lugar dentro dele para os despidos de vontade e de confiança nos destinos desta comunidade, porque a vida da importante organização foi e continua a ser uma permanente afirmação de entusiasmo. Sem este a sua existência não seria possível, e muito menos, o seu extraordinário desenvolvimento. (Lavoura e Comércio, 1956, p. 1 apud Santos, 2006, p. 56).

Figura 6. Alceu Amoroso Lima na inauguração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino, em 1961.

Fonte: Santos (2006, p. 38).

Também coube às irmãs dominicanas – atentas às necessidades daquele período – a tarefa de criar uma faculdade de Enfermagem. Fundada em 1948, com o apoio do mesmo bispo que articulou a criação da Fista, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, ela funcionou no interior do prédio da Santa Casa de Misericórdia. Mesmo que a gênese da Escola de Enfermagem seja creditada às irmãs dominicanas com apoio do bispo, a participação dos médicos nessa empreitada foi fundamental para desenvolver suas atividades acadêmicas. Com efeito, em julho de 1946, José Soares Bilharinho sugeriu à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba (SMCU) a criação de uma escola de enfermagem, haja vista a insuficiência de enfermeiras e enfermeiros na cidade. A sugestão foi logo aprovada pela categoria. Ainda decidiram convidar a diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas de Belo Horizonte para visitar Uberaba a fim de orientar a realização da tramitação desse processo nas instâncias legais de reconhecimento das instituições de ensino superior. Em 7 de outubro, o *Lavoura e Comércio* noticiou a concretização da reunião entre a SMCU e a diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas:

> Abrindo a sessão, o Dr. Carlos Smith, seu digno Presidente, fez a apresentação da professora Walescoska Paixão, diretora da "Escola de Enfermagem Carlos Chagas", em Belo Horizonte e que aqui veio com o objetivo especial de orientar a implantação da entidade de ensino que pretendemos. Com alto saber técnico, pois tem curso de especialização nos Estados Unidos, a professora Walescoska Paixão, a quem logo em seguida foi dada a palavra, expôs os fins da Escola de Enfermagem, assim como as exigências do Governo Estadual para o seu reconhecimento, após dois anos de funcionamento legal. [...] O Dr. Lauro S. Fontoura, ilustre Prefeito, também presente à reunião, prontificou-se a auxiliar financeiramente a Escola de Enfermagem [...] os médicos uberabenses cooperariam com o ensino científico (Lavoura e Comércio, 1946 apud Bilharinho, 1993, p. 1.298).

Com a articulação das irmãs dominicanas, do bispo, do prefeito e dos médicos da SMCU, foi criada e instalada a Escola de Enfermagem Frei Eugênio (em homenagem ao fundador da Santa Casa). A primeira diretora seria a irmã Alzira Barros. Compuseram o grupo de professores os médicos que prestavam serviços na Santa Casa, que ministraram as aulas gratuitamente:

> Felizes pelo grande interesse despertado por sua iniciativa e, sobretudo, pela concretização da mesma, os médicos não só apoiaram a fundação da Escola, como aceitaram, imediatamente, sem qualquer vantagem pecuniária, reger as cadeiras que lhes foram atribuídas. (Bilharinho, 1993, p. 1.299).

A escola de Enfermagem funcionou por mais de trinta anos e teve seu curso de Enfermagem equiparado à excelência da Escola de Enfermagem Ana Neri, do Rio de Janeiro. Após contribuir para a formação de enfermeiros e auxiliares de enfermagem (curso técnico que funcionava anexo) para o atendimento à saúde da população do município, a escola fechou em 1980. Consta nos documentos consultados que nesse ano o curso de Enfermagem foi transferido para a cidade vizinha de Sacramento.

A região conhecida como "Brasil Central" – Goiás, a maior parte de Mato Grosso, o oeste de São Paulo e o Triângulo Mineiro – não contava

com estabelecimento de ensino odontológico. Nesse cenário de demanda, Mário de Ascensão Palmério obteve autorização, pelo Decreto 24.132, de 27 de novembro de 1947, para o funcionamento da nova Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, conforme noticiado pelo *Lavoura e Comércio* (1947, p. 6): "Uberaba tem motivos para se afanar de enriquecer seu patrimônio cultural com um estabelecimento de ensino superior como poucos outros do país terão igual". Essa instituição foi pesquisada por Neirimar Ferreira de Castilho, em sua dissertação de mestrado intitulada: *Pioneirismo do ensino superior em Uberaba: a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro* (*1947-1950*).

O historiador André Azevedo da Fonseca (2010) apresenta dados importantes para compreender o contexto social, econômico e educacional de Uberaba nos fins da década de 1940, fundamental para justificar a importância dos cursos superiores para a cidade e região. A população, em 1947, somava quase 67 mil habitantes, com estimativa de 44 mil na área urbana. A infraestrutura da cidade era constituída por dez clubes e associações de classe; oito casas de saúde; cinco hotéis; quatro jornais (dois diários e dois semanais); três grandes colégios, três escolas de comércio, três grupos escolares e 26 escolas municipais, em um total de 8,3 mil alunos; duas estradas de ferro; um aeroporto com oito linhas, que fazia rotas ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Belo Horizonte; malha rodoviária para cidades vizinhas; rede de telefones automáticos; cinemas; 14 agências bancárias e alguns estabelecimentos industriais. Os profissionais autônomos somavam: 52 médicos, 40 dentistas, 34 advogados, 23 farmacêuticos, 21 parteiras, 14 engenheiros, 62 enfermeiros e 114 contadores. Esses dados permitiam pensar em Uberaba como uma cidade detentora de condições necessárias ao funcionamento de uma faculdade:

> Era essa a cidade que deveria se orgulhar do nascimento de sua instituição de ensino superior. O professor [Palmério] explicava que a opção pela faculdade de Odontologia partira da percepção de uma "real necessidade do ponto de vista profissional" no contexto da cidade. "Uberaba possui condições culturais necessárias ao seu regular funcionamento", argumentava. Em suas contas, o município contava com algo em torno de quarenta ou cinquenta dentistas em situação regular "para uma população de cerca de 70.000 almas". Deste modo, dizia que esse único argumento já justificava a instalação do curso. (Fonseca, 2010, p. 175-6).

Ainda que as principais cidades fossem capitais, Uberaba foi considerada cidade-polo educacional e de tratamento de saúde. Uma parte significativa da população do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, noroeste de São Paulo, Goiás e Mato Grosso enviavam seus filhos para cursar o ensino médio nos colégios da cidade e, depois, ingressar nas poucas faculdades. Da mesma forma, os hospitais, raros no vasto Sertão da Farinha Podre, recebiam um contingente expressivo de pessoas que demandavam serviços de saúde.

Com efeito, segundo Prieto (2010, p. 385), "A universidade nos centros de médio porte carregava a simbologia do progresso, da modernidade e do avanço". Por essa razão, a sociedade uberabense, representada por uma elite intelectual, política e econômica, desejava que a região tivesse educação de nível superior, o que era facilitado pelas boas relações políticas com o governo federal e os estaduais. Ao fim da década de 1950, as condições para isso eram favoráveis: além de Uberaba ser considerada a terceira cidade mais desenvolvida de Minas Gerais, a ampliação desse nível educacional era uma política do governo federal para o interior. Segundo Luiz Antônio Cunha (1983), essa política foi incentivada pelo Conselho Federal de Educação, facilitando o dificílimo processo de autorização para funcionamento dos cursos superiores e o credenciamento das faculdades particulares.

Aumento da demanda pela urbanização, federalização de faculdades estaduais e particulares, agregação de escolas profissionalizantes, ascensão social das camadas médias e equivalência dos cursos técnicos ao ensino secundário foram fatores que levaram à ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil sob o impacto do populismo. Segundo Cunha (1983, p. 43), "se o Brasil tinha, em 1940, 12,6% de sua população residindo em cidades de 50 mil habitantes ou mais, essa proporção já era de 22,9% em 1960".

A organização do ensino superior regia-se pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, que consagrava a competência do governo federal para controlar o ensino superior, tradição desde a publicação do Ato Adicional de 1834, reforçada pela criação do Ministério da Educação, em 1931. O estatuto preconizava a universidade como padrão para organizar o ensino superior. Mas se continuou a admitir a existência de estabelecimentos isolados de educação superior, então a maioria. Em 1945, de acordo com Cunha (1983), existiam cinco universidades

e 293 instituições isoladas, que atendiam a mais de 27 mil estudantes. Mantendo a tradição secular, eram instituições privadas. Custeava-se a taxa de inscrição nos vestibulares e de matrículas a cada ano ou semestre. Pagava-se por cadeira (disciplina) cursada, guia de transferência, certidão de conclusão de curso, diplomas etc. A Constituição Federal de 1946 preconizava que o ensino superior oficial deveria ser gratuito para quem comprovasse insuficiência de recursos financeiros. Também alguns setores do Estado, já no início da República populista,[24] defendiam a gratuidade do ensino superior. Assim, a participação da União e dos governos estaduais e municipais foi crescendo no custeio do ensino superior. De tal modo, em dezembro de 1950, a Lei 1.254 federalizou instituições de ensino superior mantidas pelos estados, municípios e por particulares. Esse processo instaurador de mais oferta de vagas levou ao crescimento do ensino superior na década de 1950: o número de matriculados, de 27.253, elevou-se a 142.000 ao fim da década. Nesse contexto, surgiu a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), quinta escola de ensino superior do município (já funcionavam a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, a Escola de Enfermagem Frei Eugênio, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino e a Faculdade de Direito).

A instituição do ensino superior no Brasil data do início do século XIX. Embora a história revele tentativas de criar cursos superiores no século anterior – Medicina, Direito e Engenharia em cátedras isoladas e elitistas para filhos dos aristocratas da colônia de Portugal –, essa ampliação, ainda incipiente, aconteceu com numerosas tentativas do Império de instaurar a universidade no Brasil após a proclamação da Independência. Bese (2007, p. 4) destaca, pelo menos, cinco projetos da época:

> o de 1843, criando a Universidade Pedro II; o de Visconde de Goiânia, em 1847; o de Paulino José Soares de Souza, em 1870; o de Homem de Melo, em 1881; o de Antônio Joaquim Ribas, em 1883. Todos frustrados. Na última fala do trono de 1889, o velo Imperador Pedro II ressalta seu interesse em dar ao Brasil uma universidade.

---

[24] Período que separa as duas ditaduras que se estabeleceram no país durante todo o século XX, de 1945 a 1964. A denominação de populista é resultado da visão de que o momento político foi dominado por líderes que tiveram por hábito buscar a simpatia e a confiança da população como instrumento político de manobra.

Em 1889, ano da proclamação da República, o panorama da educação superior estava restrito a aproximadamente 12 faculdades. Há registros de iniciativas de criar universidades nos estados, mas foram frustradas. O lucro representado pelo ensino superior para o país, a demanda escassa e a necessidade de exames perante as escolas oficiais eram condições suficientes para esfriar os ânimos. A Constituição de 1891 transferiu aos estados a organização da instrução pública, isto é, abandonou qualquer projeto de construção de um sistema de ensino unificado. Mas, sobre a educação superior, a União continuou a deter a prerrogativa de criar escolas. Daí que o controle foi mantido, pois competia só a ela legislar e fazer funcionar tal ensino. Desde então, observa-se expansão crescente dos cursos superiores.

> Nos Estados, esse período se caracteriza pela política dos governadores, pela qual se tratava de entregar cada estado federado, como fazendas particulares, à oligarquia regional que o dominasse, de forma que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas desses estados. [...] É um período fértil para a expansão do ensino superior que de 1907 a 1933 passa de 25 para 338 instituições de ensino superior e 17 Universidades e de 5.795 para 24.166 alunos. (Morosini, 2011, p. 308).

Ainda segundo Morosini (2011, p. 309), o período que vai do fim do século XIX aos anos 1930 é movido por “reformas consecutivas e desconexas, com uma educação que na prática era intelectualista, alienada da realidade e sem vinculação ao mundo do trabalho”. Com o fim da Revolução de 1930, um dos primeiros atos do novo governo foi criar o Ministério da Educação e Saúde Pública, que em 1953 passou a ser Ministério da Educação e da Cultura. Além disso, em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e o Estatuto das Universidades Brasileiras, com as seguintes determinações:

> preferência ao sistema universitário para o desenvolvimento do ensino superior; as instituições isoladas seriam regidas pelo mesmo estatuto; criação e manutenção da Universidade pela União, estados, sob a forma de fundação ou associações e pela iniciativa privada; autonomia para cada universidade elaborar seu estatuto de funcionamento (organização

> administrativa e didática), contudo, para a sua aprovação deveria ser submetida ao ministério; adoção da cátedra vitalícia e da livre-docência; incorporação da cultura científica; preparação dos professores; exigência de pelo menos três cursos num rol de cinco (ciências e letras, direito, educação, engenharia, medicina) para criação de uma universidade. (Veiga, 2007, p. 298).

A Constituição de 1937 e o Estado Novo ampliaram a competência da União como responsável por fixar bases e diretrizes para a educação nacional. A educação superior, até a década de 1960, continuou caracterizada pela universidade elitista: poucos discentes, a maioria homens de origem burguesa. Os cursos de Direito, Medicina e Engenharia eram os mais procurados. Muito homogêneo, o produto dessas escolas constituía a "elite dos bacharéis", cujo papel era servir de sustentáculo à elite política. O ensino era centrado na figura do professor catedrático (titular da cadeira).

### 1.4 Início e expansão dos cursos médicos

A instituição das primeiras escolas médicas data do início do século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, fugindo da invasão de Portugal pelas forças francesas. Com a chegada do príncipe regente a Salvador, BA, a sociedade local reivindica a fundação de uma universidade literária, com a contrapartida de importante soma em dinheiro para custeá-la, assim como a construção do palácio real. Em vez de universidade, o príncipe optou por criar ali uma escola de Medicina.[25] A população dessa cidade somava então 60 mil habitantes. Com a transferência da Corte para o Rio do Janeiro, criou-se, em 1808, a segunda Escola de Medicina na capital do reino.[26]

---

[25] A Escola de Cirurgia da Bahia teve as seguintes denominações: Escola de Medicina da Bahia (1808); Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1816); Faculdade de Medicina da Bahia (1832); Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia (1891); Faculdade de Medicina da Bahia (1901); Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia (1946); Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (1965) (Amaral, 2007).

[26] Denominações da Faculdade de Medicina da UFRJ: Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808); Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1813); Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832); Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro (1891); Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1901), isolada; Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (1920); Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (1937); Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio do Janeiro/UFRJ (1965) e, enfim, Fundação Osvaldo Cruz/Fiocruz (2006); cf. Amaral (2007).

Alguns motivos apontados para a criação imediata de dois cursos cirúrgicos no Brasil[27] foram: a baixa complexidade para o ensino da cirurgia – que podia ser aprendida com os cirurgiões barbeiros –, a existência de hospitais que possibilitariam a formação prática e a necessidade de médicos para atender a Corte.

> Capacitara-se o príncipe da urgente necessidade de maior número de profissionais e criou as escolas, a conselho do cirurgião-mor do Reino, o brasileiro dr. José Correia Picanço (1745-1823), que recebeu, posteriormente, o título de barão de Goiana... concediam elas diploma de "Cirurgião-aprovado" ao aluno que em cinco anos cursasse as diversas cadeiras de anatomia, química, fisiologia, higiene, etiologia, patologia, terapêutica, operações, obstetrícia e clínica médica. Receberia o título de "Cirurgião-diplomado" o candidato que repetisse em mais de um ano as disciplinas lecionadas nas duas últimas séries. (Santos Filho, 1980, p. 76-77).

De acordo com Amaral (2007), a prática médica nesse período era guiada pela identificação dos sinais vitais mais importantes, ou seja, tudo que se podia ver ouvir, tocar e sentir e ser reconhecido pelos conhecimentos da época. Os médicos do século XIX se sobressaíram pelo apuro da observação clínica e da realização do exame físico. Em 1816, surgiu a instrumentalização, com o invento do estetoscópio, por René Laennec, que era um simples tubo oco de madeira.

Após a Independência, destacou-se no plano educacional a Lei da Educação Popular, que aboliu a exclusividade do Estado no patrocínio do ensino formal. Outras leis educacionais surgiram, como a Carta Lei de Criação dos Cursos Jurídicos, de 15 de agosto de 1827. Data de 1832, em

[27] Do século XVI ao século XIX, os cirurgiões residentes no Brasil classificaram-se nas seguintes categorias: a maioria eram os "cirurgiões-barbeiros", ou seja, que se exercitaram como aprendizes ou ajudantes dos mestres, foram examinados e receberam a "carta". Além dos atos cirúrgicos comuns à época, sangravam, sarjavam, aplicavam ventosas e sanguessugas, extraíam dentes, barbeavam e cortavam o cabelo. Do século XVII em diante, essas práticas passaram a ser realizadas pelos barbeiros. Outra categoria foi a dos "cirurgiões-aprovados", que seguiram um curso teórico-prático em hospitais, submeteram-se a exame e obtiveram a "carta" que lhes dava o direito de exercer toda a cirurgia e a medicina onde não houvesse físicos. Eram minoria os "cirurgiões-diplomados", ou seja, formados por escolas europeias que não as ibéricas e que aqui viveram no século XVIII (Santos Filho, 1977, p. 304).

decorrência desse processo, a reestruturação das Academias de Medicina e Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, as quais passaram a ser nominadas de Faculdades de Medicina, facultando-lhes a concessão do título de doutor. Essa ação, encabeçada pela Academia Imperial de Medicina do Rio do Janeiro, representou o esforço e a união da categoria profissional médica pela sua afirmação. De acordo com Santos Filho (1980), o foco de atuação foi a profissionalização dos médicos, cujo objetivo era consolidar a medicina científica no cenário nacional em detrimento das práticas de cura exercidas por *terapeutas* sem formação para exercer essa atividade. Coaduna-se com essa reflexão Flávio Coelho Edler (2000, p. 9):

> No Brasil, a Academia de Medicina (1829-1889) foi não apenas o principal fórum de debates sobre o ensino médico e a saúde pública imperial como também a principal trincheira voltada a defender a necessidade de implantação do modelo anatomoclínico francês. A transformação das Academias Médico-Cirúrgicas em Faculdades de Medicina, em 1832, foi obra sua.

Convém esclarecer que havia uma distinção grande entre o diploma de cirurgião aprovado e o de cirurgião formado. O primeiro recebia uma carta com atuação mais restrita à realização de sangrias, cura de feridas e fraturas, dentre outros problemas. O segundo, após a repetição dos dois últimos anos (quarto e quinto) do mesmo currículo, podia realizar cirurgias e tratamento com prescrição alopata das enfermidades, porém sua atuação era restrita às áreas onde não houvesse médicos licenciados pelas universidades europeias. A vantagem quanto à atuação prática efetiva do cirurgião formado em relação ao aprovado era grande, mesmo que, do ponto de vista pedagógico, esse formato de currículo de repetição de conteúdos dos dois últimos anos configurasse uma visão muito tradicional de ensino. Questiona-se a aprendizagem pela simples repetição e memorização dos conteúdos.

Além dessas duas escolas de medicina, foram criadas, em 1808, a Academia de Guarda-Marinha e, em 1810, a Academia Militar, que se transformou em Escola Central, depois Escola Politécnica, para ser hoje a Escola Nacional de Engenharia da UFRJ. Buscavam suprir a necessidade de formar oficiais para o Exército e a Marinha, destinados à defesa da Colônia. Em 1814, foi criado o curso de Agricultura e, em

1816, a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura. Em 11 de agosto de 1827, Dom Pedro I criou dois cursos jurídicos, um em São Paulo, outro em Olinda, PE. Durante a regência, ainda na menoridade de Dom Pedro II, criou, em 1832, a Escola de Minas e Metalurgia e, em 1839, a de Farmácia, em Ouro Preto, MG. Estas foram as escolas superiores oficiais que o Brasil teve até 1889, ano da proclamação da República (Teixeira, 2005).

Na colônia de Portugal, durante quase cem anos só as faculdades médicas criadas no Rio de Janeiro e em Salvador detiveram, de acordo com a legislação vigente, a prerrogativa de formar médicos. Portanto, essa formação ficou restrita ao eixo Salvador-Rio de Janeiro. Coaduna-se com essa reflexão o autor Anísio Teixeira (2005), quando salientou que, no período imperial, o desenvolvimento educacional estacionou. O Brasil reproduziu, durante o século XIX, o modelo de ensino de Portugal, com investimento insignificante no ensino primário. As escolas vocacionais, responsáveis pelo nível secundário, formavam as elites para ingresso num reduzido número de instituições superiores isoladas e em tempo parcial (escolas especiais profissionais).

Como no Brasil havia uma tradição médica colonial caracterizada pela presença dos cirurgiões-barbeiros, dos físicos[28] e de práticas de saúde oriundas dos indígenas, africanos e europeus (saberes comuns), foi preciso abrir caminho em meio às heranças culturais de formação para dar espaço ao saber médico considerado científico. Charle e Verger (1996) destacam que, a partir de 1860, inicia-se um período na sociedade ocidental que um grupo de historiadores da educação caracteriza como de profissionalização, expansão e diversificação do ensino superior. Sua importância se fazia sentir cada vez mais necessária à formação das elites dirigentes, à promoção social das pessoas e à afirmação dos países nos contextos nacionais e internacionais. Nesse período, que vai até 1940, o ensino, sobretudo o superior, passou a ser preocupação político-institucional no mundo ocidental.

Ao fim do século XIX, percebeu-se, na elite brasileira, um anseio quanto à concepção de educação como fundamental para o progresso, a ordem e a civilização – numa palavra, para a modernidade. Surge a República, marcada por esse poder reabilitador e pela tarefa de reorganizar

---

[28] Os físicos, ou médicos propriamente ditos, eram os licenciados pela Universidade de Coimbra ou por Salamanca e por outras escolas ibéricas (Santos Filho, 1977, p. 303).

a educação, pois a industrialização e a urbanização em curso incomodavam os dirigentes, que elegeram a educação como o caminho para superar o atraso. Iniciadas no interior das faculdades, numerosas críticas ao ensino superior repercutiram nos meios políticos; alvejavam a baixa qualidade do ensino como consequência da carência das ciências "puras", da inexistência de professores com dedicação exclusiva ao ensino e de aulas "práticas", direcionadas à experimentação e aplicação do conhecimento científico. Com a lei de 1832, a duração do curso médico passou de cinco anos para seis. Paralelamente e agregado, funcionava um curso de Farmácia, de três anos, e um de Obstetrícia,[29] de dois anos. Para ingresso, os alunos deveriam ter a idade mínima de 16 anos, apresentar atestado de bons costumes e conhecimento de línguas estrangeiras (latim, inglês ou francês).

Nesse período, o ensino superior de medicina era controlado pela Corte e pelo Parlamento sob todos os aspectos: nomeação de professores, administração interna, nomeação dos dirigentes das escolas superiores, administração das Santas Casas de Misericórdia (que era desvinculada da administração das escolas médicas) e a definição dos conteúdos ministrados pelas cadeiras do currículo vigente. A reforma Leôncio de Carvalho, em 1879 – a última do período imperial –, introduziu o princípio da liberdade de ensino e pesquisa no nível primário, secundário e superior, extinguindo o monopólio do poder central sobre o funcionamento, a organização e a manutenção de escolas de ensino superior oficiais. Dessa forma, a criação desse nível de ensino passou a ser livre, de direito também da iniciativa particular ou de governos regionais.

A lei prescrevia ainda que as novas escolas criadas só poderiam requerer equiparação às federais se ao menos 40 alunos egressos obtivessem título nos exames correspondentes nas escolas "oficiais" por um período consecutivo de sete anos. Atendidas essas condições, os cursos podiam solicitar à União o estatuto de faculdades livres para ter sua organização didática, pedagógica e administrativa equiparada à das escolas federais. Porém, não foram dispensadas das ações de fiscalização *in loco* dos delegados fiscais do Estado para atestar as condições de higiene e moralidade.

Nas faculdades de Medicina, uma vez extinta a obrigatoriedade de ministrar apenas os conteúdos predefinidos pela Corte, passou-se ao

---

[29] A formação em Obstetrícia não compunha o currículo do Curso de Medicina. Era um curso próprio – especialização com duração de dois anos (Santos Filho, 1977).

ensino prático, livre e especializado, considerado inerente e imprescindível à formação do profissional médico. Nesse caso, o que se observa é uma tentativa de acompanhar os avanços técnicos e teóricos do modelo de ensino médico das universidades europeias, sobretudo da Faculdade de Medicina de Paris, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo em que a organização do trabalho livre se impunha no novo regime político, o desenvolvimento educacional motivado pela abolição da escravatura, pelo surto industrial e pela aceleração de uma política imigratória deram a essa época o rótulo de uma das mais importantes desde a Independência, levando Azevedo (1996, p. 605) a afirmar que "O país, jovem, ligado à tradição e à rotina do trabalho agrícola, afirmava pela primeira vez, nos grandes centros, a sua vontade de industrializar-se". No início do regime republicano, a criação de escolas médicas era permitida desde que fossem cumpridas as exigências já mencionadas, quando então seriam equiparadas às escolas oficiais – às faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia; o ato legal de reconhecimento era expedido pelo Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior e Exterior. Nesse contexto, em 1898, foi criada a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, RS, terceira do Brasil.

Em seguida, como resultado do Decreto 8.659, de 5 de abril de 1911 – que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República –, instaurou-se uma política de desoficialização do ensino. De autoria do gaúcho Rivadávia Correa, ministro da Justiça e dos Negócios do Interior e do Exterior do governo Hermes da Fonseca (1910-1914), esse decreto foi considerado inovador e ficou conhecido como Reforma Rivadávia Correa. Estabeleceu-se a autonomia das escolas superiores em relação ao controle rígido do governo federal quanto aos aspectos financeiros e à organização de seus estatutos relativos à autonomia didática e administrativa. Essa foi a primeira sinalização e possibilidade real de abertura de instituições educacionais com alguma autonomia em relação ao Estado. Os currículos dos cursos superiores seriam organizados segundo normas aprovadas pelos professores por meio de seus conselhos de representação. Instituíram-se os exames de aprovação para ingresso (vestibular) e criou-se o Conselho Superior de Ensino (CSE), a ser presidido por pessoa nomeada pelo governo e que seria responsável pelo acompanhamento do ensino e das atividades acadêmicas nas instituições superiores.

Para o curso de Medicina, o Decreto 8.661, de 5 de abril de 1911, publicado na mesma data, aprovou o regulamento para as faculdades de Medicina. Definia condições para a matrícula, requisitos para ser docente e disciplinas das cadeiras, além de orientar o exame vestibular, dentre outras atribuições. Em geral, orientava, sobretudo, a organização pedagógica.

Cabe dizer que essa reforma possibilitou condições de ampliação das instituições médicas nas regiões Sudeste e Sul do país. A Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, a Faculdade de Ciências Médicas de São Paulo, a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a do Paraná tiveram à frente os egressos formados nas escolas imperiais oficiais do Rio de Janeiro e de Salvador.

Entretanto, dadas essas regras menos rígidas, a qualidade do ensino passou a ser questionada, em especial por causa da proliferação de faculdades livres, algumas inescrupulosas, consideradas “de fachada”. Há que se destacar a preocupação de médicos com o risco dessa proliferação no caso da medicina. Embora a legislação tenha sido polemizada pela imprensa, por profissionais da medicina e pela comunidade acadêmica das instituições superiores, é inquestionável que, concretamente, levou à expansão das escolas médicas nas regiões Sudeste e Sul e à formação de mais profissionais para atender a população nas regiões interioranas, em detrimento das capitais, que contavam com o curso médico.

Com o crescente desenvolvimento do país, a necessidade de promover modificações no sistema educacional continuou. Uma nova reforma aconteceu com o Decreto 11.530, de 18 de março de 1915. Denominada Carlos Maximiliano, em homenagem ao então ministro da Justiça, ela reoficializou o ensino secundário e superior ao revisar o decreto anterior. Além disso, apresentou novas regras para as faculdades de Medicina, as quais passaram a ser exigidas para sua equiparação às instituições oficiais congêneres. Objetivavam resguardar a segurança profissional dos alunos das escolas médicas. A exigência de currículos idênticos para os cursos de Medicina em funcionamento no país retornou, por meio da fiscalização federal do MEC, e legitimou o CSE como órgão máximo responsável pela avaliação e pelo reconhecimento das instituições de ensino superior.

Nesse início do século XX, apesar da promessa do governo republicano de expandir a educação pública, o número de escolas

destinado à formação primária e secundária continuou escasso. Por outro lado, mantinha-se a preferência do governo pelo ensino superior, iniciada por Dom João VI. Como consequência, sobravam vagas nessas escolas, pois poucos jovens concluíam o ensino secundário, motivando questionamentos do próprio Carlos Maximiliano:

> Para que cinco Academias de Direito na capital de um país de analfabetos, na qual se não contam quatro ginásios excelentes? Em cidade nenhuma do mundo se nos depara semelhante abundância de cursos superiores. Nos centros pouco populosos, se acaso uma faculdade existe, não é possível a seleção do pessoal docente: todos os médicos ou todos os advogados do lugar se tornam professores. (Moacyr, 1942, p. 93).

Nessa declaração, o ministro salientou o nível de escolaridade da população – baixo – e a qualidade de ensino – baixa. Alertou para a preferência do governo pelo ensino superior, ou seja, por criar um amontoado de faculdades isoladas inadequadas, contraditórias e destinadas à formação de bacharéis, ou seja, sem preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimentos. Mais importante era formar o "doutor": título que proporcionava aos egressos o prestígio para conquistar privilégios como ascensão social e ocupar cargos públicos mais importantes.

Em se tratando de reformas educacionais para o ensino de medicina na primeira metade do século XX, Cintra (2010) destaca que a reforma Maximiliano foi a de maior repercussão, em especial para a Universidade do Paraná (UP), cuja faculdade de Medicina foi criada

> Não seriam poucas as alterações e, por isso, tal legislação significou um momento de suspense na instituição, que sentiu os seus alicerces ameaçados pela reforma de ensino, como registrava em seu relatório anual, o diretor geral. Isso porque a instituição continuava organizada sob o princípio geral da UP, e não havia até então instituição congênere no país à qual pudesse ser oficialmente equiparada. Assim, o C. S. E., instância superiora da educação na capital federal, resolveu que tal reconhecimento só poderia ser feito com o desdobramento da instituição em escolas autônomas. Daí que, em 25 de maio de 1918, a UP se desdobrou em três faculdades (Direito, Engenharia e Medicina), firmou a autonomia

> didática, mas manteve centralizada a direção administrativa. A separação completa, para o reconhecimento federal, só aconteceu mais tarde, no ano de 1920, quando em sessão, na última assembleia geral da UP realizada em 19 de dezembro daquele ano, foi homologada a decisão em escritura pública, ficando a partir de então, cada faculdade (Medicina, Direito e Engenharia) com sua administração e patrimônio independentes, ainda que utilizando o mesmo espaço físico e alguns laboratórios conjuntos. (Cintra, 2010, p. 90-91).

Pode-se inferir dessas informações que no Paraná, em meados da década de 1910, as faculdades isoladas de ensino superior haviam se organizado em universidade por meio da aglutinação dos cursos de Medicina, Direito e Engenharia. Entretanto, por força da reforma Carlos Maximiliano, essa universidade recém-criada foi obrigada a retornar à organização administrativa e acadêmica de faculdade, imposta pela legislação do ensino para obter o reconhecimento perante órgãos superiores de ensino.

Outras reformas para o curso médico e o ensino superior aconteceram. Por exemplo, a normativa de 1925, conhecida como Reforma João Luiz Alves (Decreto 16.782, de 13 de janeiro de 1925), criou nas faculdades de Medicina a cadeira de Medicina Tropical, destinada ao ensino das moléstias brasileiras denominadas tropicais.

A realização de eventos coletivos educacionais aumentou a coesão entre os educadores e intensificou a luta pela construção de um sistema nacional de educação. Aqui se destacaram a 1ª Conferência Nacional de Educação, em Curitiba, PR (1927); a 1ª Conferência do Ensino Superior em comemoração aos 100 anos dos cursos jurídicos (1927); a 2ª Conferência Nacional de Educação, em Minas Gerais; a 2ª Conferência Nacional de Educação, em São Paulo; e a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1929. No ano de 1931, foi instituído o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931), ao qual, de acordo com o *caput,* o ensino superior obedeceria, de preferência

> ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos

> respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. (Brasil, 1931).

Dentre as alterações realizadas pelo estatuto, as mais expressivas foram: a preferência pela universidade para desenvolver o ensino superior; a criação e manutenção das universidades pela União; a autonomia para a universidade elaborar seu estatuto (embora continuasse necessária a aprovação do MEC); a adoção da cátedra vitalícia e da livre-docência; a incorporação da cultura científica; a preparação de professores com a obrigatoriedade da existência de uma faculdade de Educação, Ciências e Letras; enfim, a exigência de pelo menos três cursos dentre Ciências e Letras, Direito, Educação, Engenharia e Medicina para criar uma universidade. A oficialização do estatuto não impediu o Estado de ampliar a centralização da educação, conforme Amaral (2007, p. 60):

> Mesmo durante a implantação do processo revolucionário de 1930, ampliou-se a centralização do processo educacional, com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública (MNESP) e a regulamentação das profissões liberais. Na mesma década, a Lei 378/37 aumentou a concentração do poder ao reorganizar o MNESP e convocar oficialmente a Conferência Nacional de Educação, outrora convocada pela ABE.

No entanto, a despeito de o estatuto ter decretado a universidade como padrão para organizar o ensino superior, continuou a admitir instituições isoladas numa realidade onde constituíam a maioria.

Nessa conjuntura, surgem as entidades médicas, tais como o Conselho Federal de Medicina (CFM), pelo Decreto-Lei 7.955, de 13 de setembro de 1945, e a Associação Médica Brasileira (AMB), de 1951. A preocupação com a defesa da dignidade profissional e a assistência de qualidade à saúde permeiam os trabalhos da AMB desde sua fundação. Em 1953, ela criou o primeiro código de ética médica do país. A partir de 1957, surgiram os conselhos regionais nos estados.

Na segunda fase do governo de Getúlio Vargas (1951-1954), ocorreu um processo significativo de federalização das faculdades. A maioria se tornou universidade federal; por consequência, os professores foram incorporados ao MEC.

Quadro 4. Faculdades de Medicina criadas no período de 1808 a 1960.

| Ano de criação | Nome | Cidade/Estado | Categoria administrativa |
|---|---|---|---|
| 1808 | Escola de Medicina da Bahia | Salvador, BA | Federal |
| 1808 | Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro | Rio do Janeiro, RJ | Federal |
| 1898 | Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul | Porto Alegre, RS | Federal |
| 1911 | Escola de Medicina de Belo Horizonte | Belo Horizonte, MG | Federal |
| 1912 | Faculdade de Medicina Homeopática do Rio do Janeiro | Rio do Janeiro, RJ | Federal |
| 1912 | Faculdade de Medicina do Paraná | Curitiba, PR | Federal |
| 1913 | Faculdade de Medicina de São Paulo | São Paulo, SP | Estadual |
| 1919 | Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará | Belém, PA | Federal |
| 1920 | Faculdade de Medicina do Recife | Recife, PE | Federal |
| 1926 | Faculdade Fluminense de Medicina | Niterói, RJ | Federal |
| 1933 | Escola Paulista de Medicina | São Paulo, SP | Federal |
| 1936 | Faculdade de Ciências Médicas | Rio do Janeiro, RJ | Estadual |
| 1948 | Centro de Ciências da Saúde | Fortaleza, CE | Federal |
| 1951 | Curso de Medicina de Sorocaba (PUC – SP) | Sorocaba, SP | Privada |
| 1951 | Faculdade de Medicina do Recife | Recife, PE | Estadual |
| 1951 | Faculdade de Medicina de Alagoas | Maceió, AL | Federal |
| 1951 | Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia do Estado da Paraíba | João Pessoa, PB | Federal |
| 1951 | Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais | Belo Horizonte, MG | Privada |
| 1952 | Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública | Salvador, BA | Privada |
| 1952 | Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto | Ribeirão Preto, SP | Estadual |
| 1953 | Faculdade de Medicina de Juiz de Fora | Juiz de Fora, MG | Federal |
| 1953 | Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro | Uberaba, MG | Federal |
| 1954 | Faculdade de Medicina de Santa Maria | Santa Maria, RS | Federal |
| 1956 | Faculdade de Medicina de Natal | Natal, RN | Federal |
| 1957 | Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná | Curitiba, PR | Privada |
| 1958 | Fundação Universidade Federal do Maranhão | São Luiz, MA | Federal |
| 1959 | Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado | Pelotas, RS | Federal |
| 1960 | Faculdade de Medicina de Goiás | Goiânia, GO | Federal |
| 1960 | Faculdade de Medicina de Santa Catarina | Florianópolis, SC | Federal |

Fonte: AMB; CFM (2005, p. 17).

O Quadro 4 lista as escolas criadas entre 1808 e 1960; nele se visualiza o movimento de institucionalização do sistema educacional de formação de médicos, motivados por interesses políticos ou movidos por circunstâncias sociais. O quadro foi elaborado com base no relatório *Abertura de escolas de medicina no Brasil: relatório de um cenário sombrio. Associação Médica Brasileira – AMB*, de 2005. Esse relatório apresenta o nome da universidade; por esse motivo, a pesquisadora buscou o nome de origem de cada faculdade de medicina. A nomenclatura foi levantada com base nos históricos dos cursos de Medicina, documentados nos *websites* das universidades a que estão ligados. As consultas ocorreram em outubro de 2015. Os cursos das universidades federais do Ceará, de Santa Maria (RS) e o curso da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo não apresentam essa informação em sua página eletrônica, o que demandou consultas por *e-mail*, prontamente respondidas pelos respectivos coordenadores de curso.

Vargas encerrou seu governo em 1949, com 13 escolas médicas criadas no país. Era urgente a necessidade de médicos nos centros urbanos maiores, resultantes do crescimento populacional. Assim, a disseminação das escolas médicas na primeira metade do século XX estava integrada ao projeto de modernização do país, ao reconhecimento político, educacional e social do médico nesse cenário de mudanças. A região Sudeste concentrava 53,84% desse total (cabe lembrar que o Distrito Federal era na cidade do Rio do Janeiro, enquanto Niterói era capital do estado).

Com a criação, em 1956, da Faculdade de Medicina do Rio Grande do Norte, a região Nordeste passou a ter oito escolas de Medicina. Das 24 escolas, cinco se localizavam no interior de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Centro-Oeste ainda não tinha escola de Medicina.

A proporção entre as escolas de medicina públicas e particulares era de 87,5% para 12,5%, respectivamente. Ao mesmo tempo, as capitais abrigavam 19 escolas médicas (79,2%), enquanto o interior tinha 5 (20,8%) do total. No ano de 1960, o Brasil possuía 29 escolas médicas, das quais 13 (45%) foram criadas entre 1808 e 1948 (140 anos), e 16 (55%), entre 1951 e 1960 (8 anos).

> Esta expansão passou a preocupar as entidades médicas, levando a Associação Médica Brasileira a criar, em 1956, a Comissão de Ensino Médico para avaliar a qualidade e os objetivos deste sistema de ensino. Os

> resultados do trabalho desta comissão foram apresentados ao presidente Juscelino Kubitschek, resultando na constituição de uma comissão interministerial, com a participação de professores de medicina, cuja finalidade era avaliar o ensino médico brasileiro e apresentar subsídios à elaboração de um projeto de lei adequando à nova realidade do ensino de medicina no Brasil. (AMB; CFM, 2005, p. 15).

Com base nas informações apresentadas no Quadro 4, observa-se que algumas escolas médicas experimentaram momentos de expansão ínfima, enquanto outras concentraram grande crescimento quantitativo, como na década de 1950. Acredita-se que a criação da FMTM foi parte integrante de um projeto político do governo federal de investimento na expansão do ensino superior, em especial nos cursos de Medicina. Isso porque, entre 1940 e 1960, foram criados 16 cursos.

* * *

# II

# Origem e criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro

> A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro nascia pobre, sem espaço físico, mas com aspiração fecunda, com certeza daria bons frutos.
>
> — MONSENHOR JUVENAL ARDUINI

> Contar a história da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro é de fato relevante, pois consolida através dos tempos sua vida... é uma necessidade, para que não só os mais jovens, mas também os que virão e farão parte dela, saibam como tudo começou e como caminhou.
>
> — WANDIR FERREIRA DE SOUZA

Uma vez analisados alguns aspectos do contexto sócio-histórico, econômico e educacional de Uberaba, MG, bem como a conjuntura de criação e ampliação de cursos médicos no Brasil, convém compreender o cenário de criação da FMTM – os primeiros médicos uberabenses e o surgimento da SMCU – para entender os motivos que antecederam à criação da faculdade; o ponto de vista de alguns fundadores, depreendidos de relatos que constam no documento *FMTM: uma história de idealismo e*

*coragem*; a Santa Casa de Misericórdia de Uberaba, futuro hospital-escola da instituição; e aspectos da estrutura física do prédio da FMTM, antiga penitenciária de Minas Gerais.

## 2.1 Pioneiros da medicina em Uberaba

A trajetória percorrida pela medicina em Uberaba foi relatada por um de seus memorialistas: José Soares Bilharinho.[1] Talvez seja o único que tenha escrito sobre a medicina e a atuação médica nesse município, daí a relevância de sua obra para a escrita de uma história da medicina na cidade. No entanto, não se pode deixar de levar em consideração que seus escritos são políticos e comprometidos com os princípios da medicina, num discurso saudosista e apologético aos médicos uberabenses, isto é, aos seus valores e à sua cultura.

Distante dos centros urbanos mais populosos, Uberaba herdou a cultura gerada nas cidades do ouro de Minas Gerais, tendo sido entreposto exclusivo da região do Brasil Central por mais de um século. Portanto, pode-se afirmar que a cidade oferecia o suporte econômico necessário à fixação de profissionais de áreas diversas. Na perspectiva de analisar a contribuição dos primeiros médicos que fixaram residência na cidade, enumeram-se alguns facultativos pioneiros da prática médico-cirúrgica.

Em 1847, teriam chegado a Uberaba os primeiros médicos: André Frederico Regnell e Augusto Westin, ambos suecos. Regnell realizou pesquisas na área da botânica, estudando e catalogando vastas espécies de plantas do município. Em 1853, veio morar na cidade o médico Henrique Raimundo des Genettes, de nacionalidade francesa. Dedicou-

[1] José Soares Bilharinho nasceu em Uberaba (MG), em 13/12/1918. Era filho de Jaime Soares Bilharinho, vice-cônsul espanhol para o Triângulo Mineiro e Goiás, e de Luíza de Oliveira Bilharinho. Estudou na escola particular de D. Maria Áurea de Faria e no Colégio Marista Diocesano. Cursou medicina na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Fez cursos de aperfeiçoamento em cirurgia nos Estados Unidos e na Argentina. Foi diretor técnico da Fundação Frei Eugênio, um dos fundadores da FMTM, onde também foi professor. Foi vereador de 1950 a 1954. Em 1971, foi empossado na Academia de Letras do Triângulo Mineiro como membro fundador. Exerceu o cargo de presidente da Academia por seis anos. Publicou os livros “O Rotary em Ação”, “Elogio de Clementino Fraga” e “História da Medicina em Uberaba”. Esse último foi motivado pela sua preocupação em registrar a história da Medicina em Uberaba. Fez uma paciente e difícil pesquisa nos jornais locais durante doze anos, ouviu histórias e anotou experiências, resultando em nove volumes da *História da Medicina em Uberaba*, tendo editado três volumes (Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 2011).

se à medicina, à política e à filosofia. Em 1859, inaugurou uma escola de ensino secundário, e iniciou a imprensa no Triângulo Mineiro em 1879, com a fundação do jornal *Gazeta de Uberaba*. Médico natural da Bahia e diplomado pela Faculdade de Medicina desse estado em 1854, José Modesto de Souza veio para Uberaba em 1861. Nicolau Bruno, cirurgião de origem italiana, chegou em 1872 e permaneceu até sua morte, em 1888. O médico Tomás Pimentel de Ulhôa, bacharel pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais, chegou em 1875 e, em pouco tempo, mereceu da população o título de "médico dos pobres": percorria a cavalo a região do Triângulo Mineiro para prestar serviços médicos. Exerceu o cargo de delegado de polícia e criou o Serviço de medicina legal. Partiu para o Rio de Janeiro em 1912 e lá faleceu, aos 82 anos de idade.

Os graus profissionais eram pré-requisito para ocupar cargos públicos ou outras funções de destaque na sociedade, sobretudo os de bacharel em Medicina e Direito. "Os médicos, com suas clínicas e listas de clientes, estavam em uma posição notável para se lançarem na carreira política; por serem indispensáveis, ficavam menos vulneráveis às pressões políticas do que os advogados" (Wirth, 1982, p. 206). O médico José Joaquim de Oliveira Teixeira foi o primeiro uberabense a fazer o curso de Medicina. Formado em 1878, no Rio de Janeiro, retornou a Uberaba. Foi presidente da Câmara Municipal, delegado de higiene do município e jornalista da *Gazeta de Uberaba*. Faleceu subitamente aos 54 anos.

No início da década de 1870, segundo recenseamento oficial da população, o município de Uberaba tinha população de 10.190 habitantes: 2.387 na zona urbana (24,43%), 7.803 no meio rural (76,57%) (Sampaio, 1971). Ante o crescimento das atividades urbanas, esses percentuais refletem o perfil agropecuário da região. Uma análise desse contexto nos anos finais do Brasil imperial mostrará que essa discrepância era comum aos municípios interioranos. Dentre os bacharéis graduados nas faculdades no século XIX nos cursos de medicina, direito e engenharias, os médicos foram os primeiros intelectuais da ordem burguesa. De acordo com Wirth, foram poucos os mineiros que conseguiram escolarizar-se num estado de analfabetos. Logo, poucos gozavam de status social, que era privilégio de quem portava o título de bacharel.

> Apenas 9% da elite mineira (ajustada) não passava do nível secundário – quase todos se concentravam na primeira geração política, nascida antes de

> 1869. [...] Quase três quartos receberam toda a educação superior em outro local, principalmente na Escola de Direito de São Paulo ou na Escola de Medicina do Rio do Janeiro. (Wirth, 1982, p. 206 –7).

O segundo médico uberabense foi Ilídio Salatiel Guarita, que realizou seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1881, voltou para Uberaba, para atuar como clínico e cirurgião. Eleito para vereador na cidade de Paracatu, MG, em 1889, voltou a residir e clinicar em Uberaba. Lecionou Física na Escola Normal, da qual foi diretor. Faleceu aos 52 anos de idade.

Filho de importante família de Sergipe, Manoel Raimundo de Melo Menezes fez faculdade de Medicina na Bahia e fixou residência e clínica em Uberaba, em janeiro de 1888. Foi político atuante pelo Partido Republicano, além de escrever para a *Gazeta de Uberaba*. Faleceu em 1898, de ataque do coração.

Esse jornal registrou, na folha do dia 16 de setembro de 1889, a presença em Uberaba

> dos seguintes facultativos: Dr. José Joaquim de Oliveira Teixeira – médico operador – Largo da Matriz; Dr. Tomás Pimentel de Ulhoa – Clínica Médico-Cirúrgica – Rua Municipal (Manoel Borges); Dr. Ilídio Salatiel Guaritá – Médico e Operador – Rua Barão de Ataliba (Artur Machado); Dr. Joaquim Antônio de Oliveira Botelho – Médico e Operador – Rua Municipal; Dr. José de Oliveira Ferreira – Rua Municipal; Dr. Raimundo de Melo Menezes – médico – Rua do Vigário Silva; Dr. Manoel Gonçalves Pedreira – Clínica Médico-Cirúrgica – Rua do Vigário Silva, 13 e Dr. Antônio Cândido de Assis Andrade – Rua Santo Antônio. (Bilharinho, 1980, p. 261).

Portanto, dos anos finais do Império aos anos iniciais da República, Uberaba tinha em torno de oito médicos com residência fixa e clínicas para atender a uma população de quase 9 mil habitantes residentes no município. Com uma maioria vinda de outros estados, era comum se filiarem aos partidos políticos locais. De tal modo, também exerciam, concomitantemente à medicina, cargos de destaque na gestão municipal nas áreas de saúde, educação e planejamento urbano. Era uma de forma de aparição pública e de ter status social.

> No dia 1º de agosto de 1908, Hildebrando Pontes conclui mais um recenseamento da cidade, constatando o seguinte resultado: número de habitantes: 9.186, sendo 887 estrangeiros; 1.442 casas numeradas; 633 prédios sem numeração; 94 ruas; 16 praças; 5 ladeiras e duas travessas. (Bilharinho, 1980, p. 58).

No fim do século XIX, três médicos nascidos em Uberaba, José Joaquim de Oliveira Teixeira, Ilídio Salatiel Guaritá e José de Oliveira Ferreira, tiveram a oportunidade e possibilidade de cursar Medicina no Rio de Janeiro. O acesso ao ensino superior era restrito. Poucas famílias podiam custear a formação de um "doutor". Era muito oneroso se manter nos poucos e limitados centros de formação específica das capitais: esferas legítimas dos letrados de então.

O terceiro cidadão uberabense a se formar em Medicina, em 1888, foi José de Oliveira Ferreira, Doutor Ferreira. O trabalho realizado como médico, assim como sua dinâmica de administração, ultrapassou o âmbito municipal e estadual. Segundo consta nos documentos encontrados, o Doutor Ferreira – como era conhecido na cidade – soube dar contribuição a serviços de alcance social que iam além da medicina. Inconformado com o que chamava de cidade atrasada e aproveitando-se do prestígio que os médicos possuíam, coordenou o trabalho de implantação da eletricidade; até então, a cidade era iluminada a gás. Afirmava que a precária iluminação dificultava o trabalho não só dele, mas também de todos.

Assim, em 1904, após mais de dez anos de debate nos poderes executivos e legislativos, municipal e estadual, Doutor Ferreira foi contratado pelo Executivo local, com Gabriel Orlando Teixeira Junqueira, para instalar força e luz elétrica: "foi concedido aos outorgados o privilégio de montar, custear e explorar o serviço de iluminação pública e particular desta cidade para quaisquer fins pela aplicação da eletricidade..." (Lei nº 171, de 29 de fevereiro de 1904. Uberaba, MG). A obra foi executada por meio da constituição de uma companhia formada por sociedade de cotas composta por 30 membros e denominada Ferreira, Caldeira e Cia. A inauguração da luz elétrica aconteceu nos dias 30 e 31 de dezembro de 1905. Foram dias de comemoração da população uberabense a José de Oliveira Ferreira. Dentre elas, os versos de "Et lux facta est", assinado por M. F. (s.d. apud Bilharinho, 1980, p. 229), expressa esse momento:

> Grato anseio, gostosa expectativa,/ No semblante da onda em movimento/ Acusavam já os postes o momento.../ O povo remoinha-se em roda viva/ Que linda mutação! Como se fosse/ A rápida criação de novo éden,/ Ao comando de... de... (não sei quem)/ De repente a cidade iluminou-se./ Corujas e morcegos espantados,/ Voando em desatino, desvairados,/ Fogem das cavatinas e do rio./ Do povo que em folguedos se inebria/ Entre ondas de luz e de harmonia/ Neste limbo tornado em paraíso.

Se naquele início de século a energia elétrica disponibilizada à população foi suficiente para suprir a demanda, o passar dos anos e o início do processo de industrialização, na década de 1930, tornaram insuficiente o volume de energia produzido. Isso impôs sacrifícios ao povo; por exemplo: dela dependia a elevação da água para os reservatórios. Como sua falta era constante, os problemas eram numerosos. Em meio a avanços, retrocessos e tentativas de acordo entre administradores, políticos, categorias de produtores, outras entidades classistas e o povo, no fim de 1935 a empresa Força e Luz de Uberaba foi adquirida pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). A cidade pôde, então, retomar seu crescimento.

Ao lado do deputado federal uberabense Fidélis Gonçalves dos Reis, Doutor Ferreira colaborou para trazer o ensino profissional obrigatório para Uberaba, com a criação do Liceu de Artes e Ofícios em 1925 – hoje escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). No campo da comunicação, ele presidiu a Sociedade de Rádio e Telefonia de Uberaba, instalada no Jóquei Clube, onde se ouviam concertos de música clássica realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Valendo-se de seu relacionamento político, sugeriu ao governo do estado a construção da estrada de ferro do oeste de Minas, ligando Belo Horizonte a Uberaba. Em 3 de janeiro de 1926, chegou ao bairro Alto do São Benedito o primeiro alicerce da ferrovia; no fim do ano, foi inaugurado o trecho Ibiá – Araxá – Uberaba.

A despeito desses esforços, a contribuição maior do Doutor Ferreira foi para a área médica, ou seja, para a projeção dos médicos em Uberaba. De tal modo, a "extirpação de um cancro em um dos órgãos do aparelho gênito-urinário" em 1888 pode ter sido sua primeira intervenção cirúrgica importante (Bilharinho, 1980, p. 200). A notícia dessa cirurgia se espalhou e marcou o despontar de Uberaba como centro médico. Sempre a cavalo, Doutor Ferreira percorria as ruas da cidade a caminho da Santa Casa, das

residências dos doentes ou de fazendas distantes. Entre o final de 1890 e o início de 1891, após percorrer vilas do Triângulo, viajou por vilas de Goiás, onde socorreu doentes, pois essa província tinha então *dois* médicos.

> Até a década de 1930 as grandes cirurgias eram realizadas em salas provisórias, nas clínicas instaladas em antigas residências urbanas confortáveis e adaptadas ou na casa do paciente. Amígdalas e até mesmo apêndices eram removidos na mesa da cozinha. (Gordon, 1995, p. 120).

Em 1894, Doutor Ferreira realizou a primeira de muitas viagens a Paris, onde se atualizava quanto às descobertas científicas e trocava conhecimentos com estudiosos da área médica renomados. Seu êxito em operações que se sucediam lhe rendeu conceito profissional elevado, disseminado pelos parentes de pacientes ou pela publicidade da imprensa. O diretor e proprietário da *Gazeta de Uberaba*, Tobias Antônio Rosa, mudou-se para Ribeirão Preto, SP, onde se tornou diretor do jornal *São Paulo e Minas*. Os profissionais do jornal uberabense, compreendendo a importância do reconhecimento de Uberaba como centro médico relevante, enviavam periodicamente ao amigo e diretor do jornal paulista as informações mais significativas da medicina na cidade. Foram muitas as cirurgias realizadas com sucesso, a exemplo da remoção de lesão tuberculosa em uma mão, de um sarcoma (câncer) em uma menina, de um quisto aderente que comprometia intestinos e bexiga etc.

Por todo o século XIX, predominou a policlínica na prática médica. Como não havia especialistas, acentuaram-se características dos clínicos mais eminentes, como a vasta erudição e o domínio de conhecimentos médicos. Doutor Ferreira tinha ambas, graças a excelente memória que se somava à habilidade cirúrgica. As cirurgias maiores eram realizadas na Santa Casa de Misericórdia, da qual ele foi um dos construtores, administrador, médico e cirurgião por quase 50 anos. À Santa Casa doou a guarda de seus instrumentos cirúrgicos, postos a serviço da saúde pública. Trouxe para Uberaba os primeiros aparelhos de radioscopia do país.

Com a saúde debilitada, faleceu em 2 de julho de 1951, aos 87 anos de idade. Em homenagem prestada, o médico Bilharinho (1980, p. 253) assim se manifestou:

> Em sua longa vida realizou o máximo possível. Do ponto de vista social, colaborou eficazmente para que Uberaba vivesse, no primeiro quartel deste século, o período áureo de sua grandeza. Foi expoente naquele pequeno mundo de bom gosto, de requintadas maneiras, de beleza, sob a égide superior da cultura e da estética. Paternal e eficiente nos augúrios dos humildes, em príncipe se tornava nos salões, em meio à rica e civilizada sociedade local.

Também o professor Santino Gomes de Matos, filólogo e escritor uberabense, homenageou Doutor Ferreira em uma crônica registrada por Bilharinho (1980, p. 255, grifo nosso):

> Impõe-se, portanto, o registro da sentida mágoa de Uberaba, pelo desaparecimento do Dr. José de Oliveira Ferreira. O varão ilustre que fechou os olhos para sempre, na manhã de 2 de julho de 1951, tinha por si a sanção dos julgamentos unânimes, como um dos maiores vultos da terra uberabense. Podia-se mesmo transpor as fronteiras da cidade e situá-lo, com o seu merecimento excepcional, entre os exemplares humanos que mais dignificaram o sentido de elevação da vida, no Triângulo Mineiro. A sua filosofia de vida era a aceitação de qualquer dardo do destino, sem nunca atraiçoar a bondade infinita de que forrava a sua personalidade, para perdoar, perdoar sempre, com todas as veras de um coração magnâmico. Foi um sábio, *proclamou a classe médica de Uberaba,* à beira da sepultura da mais completa organização de policlínico que o interior do Brasil jamais conheceu. Foi um santo, acrescentou o povo, *una* voce, relembrando os episódios de edificação da vida de um homem de bem na acepção plena de semelhante designativo.

No início do século XX, chegaram outros médicos à procura de serviços. Por exemplo: João Teixeira Álvares, Domingos Paraíso, João Henrique, Carlos Fernandes, Luiz de Paula, Arlindo Azevedo Costa, Norberto de Oliveira Ferreira, José Sebastião da Costa, Mineiro de Lacerda, Olavo Rodrigues da Cunha e Álvaro Guaritá. Das biografias encontradas sobre o perfil desses médicos, destacam-se características como serem bons clínicos, beneméritos, operadores excelentes e ocupantes de cargos públicos, dentre outros atributos que facultaram a esse grupo uma identidade profissional relevante. Tais características

de comportamento deveriam ser reproduzidas por quem almejava se destacar no meio médico ou político. Tidos como portadores de requinte cultural, estavam aptos a discutir e escrever sobre os vários aspectos da medicina (científicos, históricos e culturais), além de participar de atividades promovidas pela elite, tais como jantares, bailes, saraus etc. O trabalho realizado por esses primeiros médicos foi fundamental para constituir a medicina em Uberaba.

Durante o século XIX e nas décadas iniciais do XX, a medicina foi muito ligada à moralidade: era quase uma "missão social"; seu ato mais importante na sociedade seria "salvar vidas". Essa dimensão comporta o entendimento de que o médico deveria confortar o enfermo, estabelecer laços afetivos e assistir gratuitamente pobres e desvalidos. Reforçava-se a ideia de que a medicina não era uma atividade "qualquer". Ser um médico elevado exigia, além de aptidão técnica, erudição, humanismo e moralidade. Isso garantiria o sucesso profissional e a possibilidade de ingressar em outros cargos de destaque público, que traziam ainda mais visibilidade social. Numa palavra, a medicina era para indivíduos "especiais", supostamente dotados de inteligência brilhante, cultura vasta e moral.

Essa foi uma estratégia usada pelos médicos até que puderam aos poucos substituir as bases populares da medicina pela ciência. A medicina foi se transformando numa profissão autorregulada, com corpo de conhecimento científico elevado e complexo, além de controle sobre o processo de trabalho. "Nenhuma outra profissão exercita este poder na escala em que o faz a medicina, certamente porque nenhuma outra profissão se iguala a ela em grau de autonomia ou autorregulação" (Machado, 1996, p. 32). Segundo Herschmann e Pereira (1996), dentre as três profissões consideradas nobres (direito, engenharias e medicina) no Brasil republicano, os médicos foram os primeiros especialistas a construir sua identidade profissional e a se organizarem institucionalmente. Ainda segundo esses autores, com o passar do tempo ela consolidou um conhecimento científico amplo, sólido e complexo, a ponto de ter prerrogativas monopolistas que a diferenciavam das demais profissões de serviços especializados. Colocou em prática um projeto profissional médico bem-sucedido por meio da realização de alianças: com o Estado – que concedeu prerrogativas legais para seu exercício exclusivo – e com a elite – pela oferta dos serviços particulares a preço de mercado. Essa

autoridade profissional do médico sobre o paciente ocorreu à medida que se aplicaram conhecimentos científicos para desvendar causas de doenças e propor terapêuticas; nesse processo, o médico se tornou um sujeito passivo. Mais do que isso, decorre desse tipo de relação de poder e autoridade (sobre o paciente) o uso, secular, do título de "doutor", empregado como pronome de tratamento dos médicos.

## 2.2 Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba

Conceituada como centro avançado de conhecimento médico-científico no interior mineiro, Uberaba – convém frisar – era referência na área médica. De tal modo, desde 1927 passou a existir uma sociedade médica, que, em 1947, iniciou a realização de congressos para apresentar pesquisas e trocar experiências em meio à categoria médica.

A primeira menção à necessidade de criar uma associação que congregasse os médicos da cidade de Uberaba foi feita em 1919. O cearense João Henrique Sampaio Vieira da Silva, que escolheu Uberaba para residência definitiva, publicou um texto no *Lavoura e Comércio* de 20/2/1919 (apud Bilharinho, 1993, p. 1252), que dá o tom inicial dessa

> Impõe-se, em Uberaba, a formação de uma sociedade médica. Cidade de tradições cultas, centro excelente para o exercício das profissões liberais, ela tem sabido manter numerosa classe de médicos... Para praticar-se a verdadeira caridade profissional, aquela que a humanidade tem o direito de esperar do sacerdócio médico – não basta ter coração. É preciso, também, ter cérebro. Daí o dever que todo médico impõe a si mesmo: estudar e estudar sempre. Por isso mesmo os vemos agrupados para citar exemplos brasileiros – na Academia Nacional de Medicina, aspiração de todos os estudiosos e cenáculos de cem dos que melhor souberam dignificar o nosso patrimônio científico; na Sociedade dos Hospitais, na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio e em várias outras agremiações eruditas na capital do País e nos Estados.

Porém, a concretização da sociedade médica só aconteceu em 1927, quando, em reunião com a quase totalidade dos médicos residentes no município uberabense, foi fundada a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba (SMCU). Criada com o objetivo de "estudar os problemas

científicos médicos, aproximar os colegas em palestras médicas, defender os interesses de classe e os sociais no que se refere à higiene e à saúde pública" (Bilharinho, 1993, p. 1254), a ela filiaram-se médicos de Uberaba e de outras cidades do Triângulo Mineiro. Como primeira conquista importante dessa entidade, destaca-se a criação, pelo governo do estado, de um distrito sanitário no Triângulo Mineiro com sede em Uberaba.

Em 1930, a SMCU era considerada um centro de trabalho, estímulo, estudos, cultura e congregação da categoria. Suas ações centrais incluíram:

> Realizar a união indissolúvel e inquebrantável da categoria médica; fixar os seus direitos e pugnar esforçadamente por eles; fazer com que cada médico goze do maior prestígio social, pela assistência moral que lhe tributarão todos os seus colegas e pela proteção emanada da mais perfeita solidariedade; exigir de cada facultativo o realce da coletividade pelo seu proceder individual, de tal modo que a associação médica possa ser considerada uma ESCOLA DE HONRA E CIÊNCIA; organizar um código de ética profissional; dispor de assistência jurídica para a defesa dos interesses da classe quando se fizer necessário; promover a sindicalização da classe nos moldes do Sindicato Médico do Rio do Janeiro. (Bilharinho, 1993, p. 1.260).

Um pronunciamento sobre a necessidade "inadiável" de cursos para especialização dos médicos foi publicado no jornal *Lavoura e Comércio* de 24 de março de 1931, com o título de "Uberaba, centro de cultura médica: a questão das especializações – reforma indispensável" (Bilharinho, 1993, p. 1.261). O texto informava que em Uberaba havia cirurgiões, oculistas, obstetras, radiologistas, pediatras e ginecologistas renomados, mas que, ainda assim, esses facultativos precisavam aprofundar e atualizar os conhecimentos nas áreas de especialização. Ressaltava a necessidade de lembrar que Uberaba já não era mais uma grande aldeia, e sim uma cidade com todas as características de civilização: comércio adiantado, indústrias em funcionamento, profissionais liberais especializados, o que lhe permitia dispor *de* e compreender equipamentos médicos mais modernos. Para sensibilizar as autoridades políticas, alegavam que a população precisava dos médicos atualizados para a cura das suas enfermidades.

O trabalho realizado pela SMCU repercutia na sociedade local como cultivo da ciência pela ciência. Texto publicado no *Lavoura e*

*Comércio* de 3 de outubro de 1941 (apud Bilharinho, 1993, p. 1270) dá o tom da repercussão:

> Com a referida conferência sobe a sete o número das que, no decorrer deste ano ali se tem pronunciado, todas reveladoras da capacidade dos nossos médicos. Tal esforço intelectual, nesta época de rude materialismo, constitui um nobre e magnífico exemplo de dedicação científica. Uberaba está assim, graças à iniciativa de sua classe médica, disputando um lugar ao sol, entre os grandes centros médico-cirúrgicos do país. Sem ser uma cidade universitária como Rio, São Paulo, Bahia, vem, todavia padronizando sua vida mental de acordo com o ritmo seguido naquelas metrópoles do pensamento nacional. [...] A Sociedade de Medicina e Cirurgia não é uma organização nova, mas desde os seus primórdios até os nossos dias tem sido um ponto de referência do nível cultural e científico de Uberaba.

Além das sessões para estudar as questões científicas da medicina, o estatuto da SMCU prescrevia, como finalidade, a promoção e realização oportuna de congressos regionais. Disso se pode deduzir que havia uma confiança significativa na competência dos facultativos para a realização bem-sucedida desse trabalho no interior do país. Residiam em Uberaba, em 1941, 52 médicos, dos quais 40 pertenciam à SMCU. A filiação a essa sociedade se apresentava como passaporte seguro para o acesso a uma cobiçada posição social: a elite médica, pois o título de sócio concedia o status de integrante da hierarquia social da medicina.

Como a realização dos congressos era uma aspiração antiga do grupo, a SMCU planejou o 1º Congresso Médico do Triângulo Mineiro para 1947. Realizado de 11 a 14 de dezembro de 1947, no auditório Salão Grená da Rádio Sociedade do Triângulo Mineiro, foi tido como evento pioneiro na região. O tema central foi a moléstia de Chagas: endemia então predominante. Para que o congresso tivesse projeção científica e cultural, era importante convidar médicos renomados de escolas de medicina dos grandes centros urbanos; outra estratégia para fortalecer o evento foi convidar médicos de cidades da região para trabalhar em conjunto na coordenação. Facultativos de Uberaba viajaram para Araguari e Uberlândia com essa missão, assim como para assegurar mais recursos

financeiros à realização do congresso, uma vez que o governo estadual não oferecia recursos orçamentários para tal fim. Como resultados, tais ações confirmaram a participação de mestres do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte. Dado o significado da realização desse evento científico como estratégia para a projeção regional e nacional da medicina praticada e desenvolvida na cidade e região, o Anexo I apresenta a programação do congresso.

O estudo sobre "megaesôfago e megacólon", apresentado no dia 12 de dezembro, teve repercussão nos grandes centros urbanos. Com efeito, professores catedráticos do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio do Janeiro convidaram os médicos uberabenses Sabino V. de Freitas Júnior, Eurípedes Garcia, José de Abreu, Paulo de Oliveira e Álvaro Guarita para reproduzir essa conferência no Rio de Janeiro, cujo resumo foi publicado na revista médico-científica *Mundo Médico*.

Outra estratégia usada pela SMCU para projetar a medicina foi realizar congressos em cidades vizinhas. Assim, o segundo congresso ocorreu em Uberlândia e, a julgar pelos registros de Bilharinho (1993, p. 1.234), teve sucesso:

> O segundo Congresso Médico do Triângulo Mineiro, a primeira assembléia médica, realizada em Uberlândia foi, para esta comuna, um acontecimento memorável, que jamais se apagará da memória dos uberlandenses. Com ele plantou-se o marco primordial de uma nova etapa na vida desta cidade – a era da cultura e de mais estímulo para a intelectualidade de nossa gente.

O terceiro congresso foi realizado em Araxá, sob a denominação de III Congresso Médico do Triângulo Mineiro e I do Brasil Central, em setembro de 1949. Na ocasião, Sabino Vieira de Freitas Júnior foi nomeado para desenvolver pesquisas no Instituto de Manguinhos,[2] no Rio de Janeiro. Esse fato mostra que a SMCU começava a atingir seu objetivo de projetar a medicina de Uberaba. O valor desses eventos pode ser observado, também, na escolha de Uberaba como a cidade com competência científica para

[2] O Instituto de Soroterapia de Manguinhos foi criado no Rio de Janeiro em 1900, sob a direção do médico sanitarista Oswaldo Cruz. É referência em pesquisas e desenvolvimento de vacinas na área de saúde pública. Em 19 de março de 1908, foi oficialmente adotada a denominação Instituto Oswaldo Cruz (Instituto Oswaldo Cruz, 2015).

coordenar a campanha nacional contra a moléstia de Chagas. A solenidade oficial ocorreu em 1950 e contou com a presença de autoridades municipais e estaduais, além do Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani.

A despeito da importância dos três congressos realizados sob a coordenação da SMCU, o IV Congresso Médico do Triângulo Mineiro e II do Brasil Central foi o mais proveitoso para a área, pois reuniu numerosos especialistas consagrados no Brasil e no exterior. A repercussão nacional projetou ainda mais Uberaba como centro expoente da ciência médica. Ciente de sua influência e representatividade como entidade que congregava a categoria médica uberabense, a SMCU iniciou as primeiras discussões sobre a implantação de um curso médico na cidade. Foi durante os congressos que surgiram as primeiras ideias sobre a possível criação de uma faculdade de medicina em Uberaba, conforme pode ser observado em notícia da imprensa por ocasião de discurso proferido por Abgar Renault, secretário Estadual de Educação:

> o Dr. José de Paiva Abreu indaga do conferencista sobre a possibilidade de se fundar uma Universidade em Uberaba. Ao que o professor Abgar redarguiu ser perfeitamente viável tal fundação visto possuir a cidade o núcleo universitário, a Faculdade de Filosofia... aproveitando a deixa do Dr. Abreu, o Dr. Sabino Vieira solicitou ao Sr. Secretário de Educação que fosse lançador da ideia da Universidade de Uberaba. (Lavoura e Comércio, 1950a, p. 1).

Como se pode deduzir do que foi dito, havia uma tradição médica em Uberaba forte e influente. Afinal, desde 1927 os médicos já se organizavam numa sociedade médica que, além da representação da categoria profissional, divulgava suas realizações e seus estudos para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Eram médicos alinhados na política dos dirigentes de Uberaba e que, juntos, foram resolutos na busca do objetivo de consolidar o ensino superior médico na região. Eis por que cabe dizer que a FMTM foi fruto de articulações políticas, profissionais e de interesses públicos e privados diversos, como veremos adiante.

**2.3 Criação da FMTM**

Em 1950, havia 69.679 habitantes em Uberaba: 42.725 residiam no perímetro urbano; 26.954, no meio rural. Em dez anos, essa população

cresceu 20,67%, ou seja, em 1960, havia 87.835 habitantes: 72.053 urbanos e 15.780 do campo. A migração do campo para a cidade foi de 41,45%, motivada pelo desenvolvimento do comércio, pela fundação de escolas, pela presença de mais médicos, farmacêuticos, dentistas e advogados e por uma industrialização crescente, possibilitando mais empregos e condições de vida mais dignas e menos insalubres.

Com base nesses números, Uberaba era considerada de médio porte e com uma medicina avançada para uma cidade interiorana. Por essa característica, tornou-se notória na região do Triângulo Mineiro como centro importante e adiantado não só de atendimento médico à população de várias cidades, mas também de estudos na área da saúde. Seus líderes políticos mantinham relações de proximidade com os poderes Legislativo e Executivo estadual e federal. Na área da saúde – cabe frisar –, Uberaba coordenava a primeira Campanha Nacional contra o Mal de Chagas.[3]

Com a aproximação do fim do governo de Eurico Gaspar Dutra, o Brasil estava no início da campanha eleitoral para a presidência da República. Candidato e ciente da importância econômica e política de Uberaba, Getúlio Vargas incluiu-a no roteiro de suas viagens de campanha, em que visitaria a cidade no dia 10 de setembro de 1950. Os candidatos a cargos políticos locais pelo Partido dos Trabalhadores Brasileiro (PTB), Whady Nassif, Ovídio de Vito, Antônio Próspero e, sobretudo, Mário Palmério, eram os mais exaltados. Aproveitavam o prestígio político de Vargas em favor de suas campanhas locais.

Todavia, estrategicamente, a coordenação nacional da campanha de Vargas definiu que Adhemar de Barros, grande nome do Partido Social Progressista (PSP), chegaria a Uberaba um pouco antes para recepcionar o candidato a presidente no aeroporto. Barros seria acompanhado por sua comitiva, incluindo o então prefeito de Uberaba, Boulanger Pucci, também do PSP. Os centros dos dois partidos começaram uma disputa pela honra de ciceronear Barros e Vargas em Uberaba. Membros do PTB local não admitiam perder a primazia do encontro com Vargas para os adversários; seria uma derrota política inconcebível. Assim, alguns integrantes do PTB decidiram ir ao comitê de Getúlio Vargas no Rio de Janeiro para acertar detalhes da visita. Logo Pucci divulgou que Vargas chegaria ao aeroporto municipal às 10h,

[3] Desde 1985 é realizada na UFTM a Reunião Anual de Pesquisa Aplicada em Doenças de Chagas, com pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

enquanto o PTB garantiu que a chegada seria às 9h30. O comício seria realizado na praça Rui Barbosa, em palanque montado pela prefeitura, mas os trabalhistas divulgavam o evento para a avenida Getúlio Vargas, em frente à sede do partido. PTB e PSPS anunciavam cada um a sua versão em carros com alto-falantes. Assim, na manhã de 10 de setembro de 1950, correligionários de ambos os partidos, sem chegar a um acordo, aglomeraram-se desde cedo no aeroporto, à espera de Vargas.

Enfim, às 10h45, o avião que conduzia o candidato à presidência sobrevoou o aeroporto. Antes de aterrissar, correligionários de ambos os partidos começaram a correr rumo ao portão de embarque. Atropelavam-se numa disputa, literalmente, no braço pela primazia da recepção oficial no aeroporto. Vargas foi recebido por uma multidão, inclusive pelo prefeito Pucci. Na confusão instalada em sua chegada, um atentado a tiros atingiu Pucci, que foi conduzido ao hospital. Após a cirurgia de reparação do intestino, ele sobreviveu. Preso pela polícia ainda de arma na mão, o autor do atentado foi identificado como Florêncio Alves Filho, membro da comitiva do PTB (Lavoura e Comércio, 1950b).

A disputa política resultou na eleição do médico Antônio Próspero para o cargo Executivo municipal e do professor Mário Palmério para deputado federal. Infere-se que esse alinhamento dos políticos locais no governo federal facilitou a criação de um curso de Medicina em Uberaba.

### 2.3.1 De um ideal à sua concretização

O desejo de parte da categoria médica e da elite da sociedade uberabense era formar seus filhos como profissionais da medicina. Para tanto, era necessário prover a cidade com cursos superiores para fazê-la se projetar nacionalmente e se fazer de exemplo a outras cidades em que a palavra de ordem nacional era progresso, isto é, prosperar, progredir, avançar, formando bacharéis em Uberaba para que aí permanecessem e não tivessem o ônus do deslocamento para os grandes centros. Estas eram as reivindicações principais daquele período.

A década de 1950 marcou o desenvolvimento educacional de Uberaba quanto à criação de cursos e instituições de ensino superior. Foram frutos desse período a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, criada em 1947; a de Enfermagem Frei Eugênio, de 1948; a Fista, que iniciou as atividades acadêmicas em 1949; a Faculdade de Direito, de 1951; a autorização para funcionamento da FMTM, em 1953; e a

implantação da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro, em 1956. Em ordem cronológica de criação de cursos de Medicina em nível nacional, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro foi a 22ª faculdade de medicina criada no país. Em Minas Gerais, foi a quarta escola, precedida pela Faculdade de Medicina de Juiz de Fora, de 1953, criada alguns meses antes da FMTM. Lopes (2003) registrou que a FMTM nasceu de uma intensa articulação política no governo estadual e federal realizada por um grupo formado, na maior parte, por médicos da cidade, advogados e dirigentes de entidades de classe. A liderança coube ao deputado federal Mário de Ascenção Palmério.

> A instituição nasceu sob a égide de um fato político partidário, gestado pelas lideranças do Partido Social Democrata (PSD) e Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB). Havia descontentamentos na sociedade uberabense, em relação à política tributária do Estado de Minas Gerais governado, entre 1950 e 1954, por Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato à sucessão de Getúlio Vargas, na Presidência da República. (Lopes, 2003, p. 28).

Esse fato foi confirmado por Randolfo Borges Júnior (1983, p. 1-2) professor e ex-diretor da FMTM em discurso proferido por ocasião da abertura do I Congresso Médico dos Ex-alunos da FMTM, do III Congresso Médico da SMCU e do VII Congresso Médico do interior da AMMG, em 1983:

> A criação da FMTM teve sua origem, ainda que pareça incrível, num ato de vandalismo e sob a égide da política. Existe por toda a parte o dito popular que "Deus escreve certo por linhas tortas" e este aforismo se aplica perfeitamente bem à nossa Faculdade. Corria tranquilamente a Nação pelos idos de 1953, sem crises sócio-econômicas, sem desemprego e sem perturbação da ordem institucional. Ocupava o cargo de governador de MG o grande e notável brasileiro, Juscelino Kubistchek de Oliveira, democrata por convicção, de idéias arejadas, voltadas para metas de desenvolvimento. Convidou para Secretário da Fazenda o grande mineiro, José Maria Alkimin, recomendando-o que organizasse um plano para aumentar a arrecadação do Estado, pois tinha

idéias novas e metas administrativas, que deveriam ser cumpridas, mesmo que, para isto, fosse imposto um sacrifício do povo. Nesta altura, Juscelino já vislumbrava a possibilidade de vir a ser candidato à Presidência da República e, para isto, teria que fazer um bom governo em Minas, para se apresentar ao julgamento da nação. O Secretário da Fazenda, Alkimin, mandou instalar por sua ordem, nas entradas e saídas das cidades de médio e grande portes, verdadeiros portões de arrecadação, nos quais permaneciam, por vinte e quatro horas consecutivas, fiscais da Secretaria da Fazenda, acobertados por policiais. Eram vasculhados os veículos que entravam ou saíam da cidade. Aos que saíam era exigida a nota de compra e, se o portador não a tivesse, o estabelecimento comercial era multado. Aos que entravam era exigido o recolhimento do imposto dos produtos agropecuários. Redobrou-se a vigilância nas barreiras inter-estaduais havendo realmente um grande aumento na arrecadação. Estes fatores provocaram uma grande repulsa no povo mineiro, que sabidamente não gosta de pagar tributos. Em abril de 1953 a cidade de Uberaba amanheceu calma e tranqüila. Quando os relógios marcavam 9 horas, desciam das sete colinas, que circundam o centro, elementos mal encarados, homens, mulheres e até crianças que, obedecendo a um comando geral invisível, quebravam, depredavam e saqueavam repartições públicas como: duas coletorias estaduais, coletoria federal, secretaria da fazenda, delegacia de imposto renda, institutos dos industriários e dos transportadores de carga. Birôs, cadeiras, máquinas, papéis, documentos eram atirados pela janela e estatelavam no asfalto. Pequenos incêndios foram prontamente dominados e curiosamente não houve assaltos e saque a armazéns e depósitos de produtos alimentares. Depreende-se que esta rebelião foi dirigida contra os poderes públicos constituídos, pois não havia naquela época nem desemprego nem fome. A notícia do grande quebra-quebra em Uberaba correu célebre, com destaque na Imprensa e nas rádios do País. O governador JK, concluindo que sua posição política era frágil na cidade de Uberaba, procurou contornar esta situação, enviando para cá um seu preposto incógnito, com fim específico de oferecer, às lideranças políticas locais, uma Faculdade de Medicina e se propunha a doar o prédio da antiga penitenciária e 20 mil

cruzeiros de títulos da dívida pública, cujos juros de 5% seriam revertidos em benefício da faculdade. Pela primeira vez na história política de Uberaba houve o bom senso e o consenso, palavras tão em voga hoje em dia. Imediatamente a proposta do Governador foi aceita e começaram as consultas, coordenadas pelo Dr. Lauro Fontoura. Várias reuniões foram realizadas até que, em 27 de abril de 1953, foi dado o passo gigantesco, para a consecução do objetivo, que era a fundação da Faculdade.

A reunião de fundação da FMTM foi realizada com a participação dos representantes dos seguintes partidos políticos: PSD – Lauro Savastano Fontoura, João Henrique Sampaio V. da Silva, Antônio Sabino de Freitas, Alfredo S. de Freitas, Paulo Pontes, José Soares Bilharinho e Carlos Smith; PTB – Jorge Azôr, Hélio Costa, Odom Tormim, Hélio Angotti e o deputado Mário Palmério; PR – Mozart Furtado Nunes, Allyrio Furtado Nunes e Jorge Henrique Marquez Furtado; UDN – José de Paiva Abreu, Fausto da Cunha Oliveira e Randolfo Borges À luz do discurso de Borges Júnior (1983) e de acordo com Lopes (2003), a criação da Faculdade de Medicina teve origem num intenso processo de articulação política de médicos filiados a vários partidos políticos, sob a batuta de um deputado federal com o governo estadual e federal e a bandeira da busca pelo progresso na área da saúde. Se a sociedade representada por esse grupo de médicos visava garantir formação para sua prole e a possibilidade de projetar Uberaba no cenário nacional médico-educacional, a criação de um curso de Medicina constituía, para a população, a garantia de serviços melhores na área da saúde. Eis a íntegra da ata de fundação da FMTM (1953):

> Ata de Fundação da Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, de Uberaba, Estado de Minas Gerais. Aos 27 dias de Abril de 1953, na residência do senhor doutor Lauro Savastano Fontoura, à rua Carlos Rodrigues da Cunha, nº 39, nesta cidade, reuniram-se, às 20 horas, os senhores doutores, Mário de Ascenção Palmério, João Henrique Sampaio Vieira da Silva, Lauro Savastano Fontoura, Mozart Furtado Nunes, Alfredo Sebastião Sabino de Freitas, Hélio Angotti, Antônio Sabino Borges de Freitas Júnior, José Soares Bilharinho, Jorge Henrique Marquez Furtado, Carlos Smith, Jorge Abrão Azôr, José de

Paiva Abreu, Alyrio Furtado Nunes, Paulo Pontes, Hélio Luiz da Costa, Randolfo Borges Júnior, Odon Tormin e Fausto da Cunha Oliveira, para se fundar em Uberaba, uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, com a finalidade de promover, manter e dirigir, de acordo com as leis federais vigentes relativas ao ensino, uma faculdade de medicina e cursos anexos que venham interessar. Inicialmente, tomou a palavra o senhor doutor Lauro Savastano Fontoura, que, expondo a finalidade da reunião, ressaltou o propósito, nesse sentido, do senhor Governador do Estado de Minas Gerais, dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, idealizador e patrono da futura faculdade. Em seguida, falou o deputado Mário Palmério, que sugeriu fosse o estabelecimento denominado Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro e a entidade mantenedora – Sociedade da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Usou da palavra, a seguir, o doutor Mozart Furtado Nunes, que fez várias exposições sobre o assunto, apresentando, igualmente, algumas sugestões. Depois se manifestaram todos os presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: 1º – que a entidade mantenedora fosse denominada "Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro"; 2º – o estabelecimento tomaria, consequentemente, o nome de "Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro"; 3º – todos os presentes acima citados fossem considerados sócios fundadores; 4º – fosse considerada eleita, por aclamação, a seguinte diretoria: Presidente – dr. Lauro Savastano Fontoura; Secretário – dr. Hélio Angotti; Tesoureiro – dr. Alfredo de Freitas; 5º – Indicação do nome do Sr. Dr. Lauro Savastano Fontoura, presidente recém eleito, para elaborar o projeto dos Estatutos da Sociedade. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata que vai por todos os presentes subscrita. Uberaba, 27 de abril de 1953. Assinados: Lauro Savastano Fontoura; Hélio Angotti; Alfredo Sabino de Freitas; Mário de Ascenção Palmério; João Henrique Sampaio Vieira da Silva; Mozart Furtado Nunes; Antônio Sabino de Freitas Júnior; José Soares Bilharinho; Jorge Henrique Marquez Furtado; Carlos Smith; Jorge Abrão Azôr; José de Paiva Abreu; Alyrio Furtado Nunes; Paulo Pontes; Hélio Luiz da Costa; Randolfo Borges Júnior; Odon Tormin e Fausto da Cunha Oliveira.[4]

[4] A ata original não foi encontrada no levantamento de fontes para sustentar a pesquisa aqui descrita. Por enquanto, supõe-se que talvez não conste nos arquivos da UFTM.

## 2.4 Motivações para a criação da FMTM: registros de alguns fundadores

A criação da FMTM pode ser melhor entendida segundo o relato de seus fundadores, a exemplo de Allyrio Furtado Nunes, que concedeu entrevista aos 90 anos de idade. Pesquisador e médico conceituado em Goiânia, ele recebeu o convite do irmão, Mozart Furtado Nunes, para se juntar ao grupo. Aceitou o convite, participou da criação e assumiu a cadeira de Bioquímica. Permaneceu na faculdade até sua aposentadoria.

> Dr. Allyrio resumiu tudo em sua emoção dizendo: a Faculdade de Medicina foi um feito altruísta de um grupo de médicos corajosos e tenazes, estudiosos e trabalhadores, filiados ou entusiastas do PR, PSD, UDN e PTB. Um feito de educadores, que permaneceram com sua cria, até o final de suas vidas de trabalho. (UFTM, 1997, p. 5).[5]

Em razão de falecimento do fundador José Soares Bilharinho, coube a Edison Reis Lopes, professor da FMTM e seu amigo, dar seu testemunho em relação a ele. Bilharinho falava que Juscelino Kubitschek se adiantou no processo de expansão das escolas de medicina em Minas Gerais ao tomar conhecimento da meta de Vargas, então presidente da República, de criar mais cursos de Medicina.

> Juscelino era pretenso candidato à Presidência da República e procurava saber o que Getúlio Vargas faria para fazer antes. Soube, então, que Getúlio pretendia fundar uma série de escolas de medicina no Brasil.

[5] A partir desta página, as falas de personagens vinculadas à FMTM em seus primórdios citadas literalmente ou como relato de terceiros saíram do documento FMTM: uma história de idealismo e coragem, organizado e redigido por Ana Luiza Brasil. Em vez de incluir uma entrada para um na lista de fontes – como recomenda a norma –, pareceu mais sensato e prático creditá-las ao documento. Isso porque faltam dados factuais que úteis para compor a referência. Não há registros de datas das entrevistas nem locais, se foram gravadas em áudio ou não, se foram pessoais etc. No máximo, a entrada teria o nome da pessoa citada, o que seria redundante, pois são citados no texto. Esse documento merece mais comentários. Trata-se de um volume de folhas digitadas frente e verso e grampeadas. Marcas manuscritas de revisão e cortes em certas páginas sugerem um trabalho que foi paralisado. Tem introdução escrita pelo diretor da FMTM na gestão 1993-1937, Nilson de Camargos Roso; o prefácio é de Wandir Ferreira de Souza, vice-diretor da gestão 1993-1997; a apresentação, de José Maria Fenelon dos Anjos, coordenador de desenvolvimento institucional; o resumo histórico da criação da FMTM, assinado por Mário Palmério em 22/10/ 1975; o relatório de Mozart Furtado Nunes, de 30/11/1960; e ainda o texto de palestra proferida por Randolfo Borges Júnior, dentre outros registros escritos posteriores a 1960.

> Como Uberaba era um centro de tradição, em termos de medicina e de nomes ilustres, Juscelino tratou de criar condições para que aqui se fundasse a FMTM. Essa versão tem fundamento, já que, na mesma época, várias outras escolas médicas foram fundadas. (UFTM, 1997, p. 5).

O objetivo de Juscelino de criar mais escolas de Medicina em Minas Gerais pode ser atestado pela declaração do diretor da FMTM à época, Mozart Furtado Nunes.

> Em fins de março de 1953, vivia eu serena e despreocupadamente entre aos trabalhos de rendosa e seleta clínica, afastado completamente de qualquer atividade política, quando fui solicitado pelo Exmo. Sr. Dr. Hilo Andrade, Delegado de Polícia desta cidade, para colaborar com meu saudoso irmão, Durval Furtado Nunes, presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberaba, para a preparação de uma mesa-redonda, que permitisse a oportunidade do então Governador de Minas, para uma tomada de contato com o povo de nossa cidade. Se me era fácil declinar do convite feito pelo Dr. Hilo, era impossível deixar de colaborar com meu grande irmão. Auxiliei-o na tarefa, que como todos sabem, era, na época, difícil. Durval venceu as indisposições reinantes e, em 4 ou 5 de abril, recebíamos o Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek, com casa cheia. O Governador, muito feliz na sua exposição inicial, disse da boa vontade que mantinha para com Uberaba e, em rápidas palavras, informou que pouco antes mantivera conversações com o Deputado Mário Palmério e ajustara com o mesmo a proposta de se fundar, em Uberaba, uma Faculdade de Medicina, a exemplo do que acabava de se realizar em Juiz de Fora. (UFTM, 1997, p. 8).

Esse discurso mostra a participação fundamental da classe produtiva da cidade, representada pela Associação Comercial e Industrial de Uberaba na figura de seu presidente, Durval Furtado Nunes, que atuou positivamente no projeto de criação da FMTM. Foi sua a iniciativa de reunir líderes locais com o governador mineiro, Juscelino Kubistchek, a qual deu origem aos primeiros passos do caminho a ser percorrido para a consecução do objetivo em questão. Em função disso, buscou na família seu irmão médico, que tinha 48 anos de idade, portanto era experiente na medicina.

Figura 7. Mozart Furtado Nunes, fundador e primeiro diretor da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro

Fonte: Centro de Documentação e Memória – Curso de História UFTM.

Sobre a participação de Mário de Ascenção Palmério no processo de criação da FMTM, tomou-se como referência parte de um resumo elaborado por ele, com data de 22 de outubro de 1975, a pedido de Juscelino Kubitschek, então ex-presidente da República. Eis o teor do texto:

> A fundação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro decorreu dos entendimentos verbais [...] concluindo-se, entre o Senhor Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira e o Senhor Deputado Mário de Ascenção Palmério, a seguinte distribuição de responsabilidades: 1. Caberia ao Governo do Estado de Minas Gerais: a) a doação do edifício da antiga Penitenciária de Uberaba, próprio estadual, à Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, sociedade a fundar-

> se; b) doação de apólices estaduais, no valor de vinte mil contos de réis, inalienáveis, mas cujos juros seriam pagos, mensalmente, à Faculdade. 2. À Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro ficaram afetas as seguintes providências: a) convocação, dentre as figuras de maior expressão nos meios culturais e educacionais de Uberaba, bem como em sua classe médica, das pessoas que passariam a integrar o grupo fundador da Faculdade de Medicina; b) elaboração dos Estatutos da Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, sociedade civil educadora, sem finalidade lucrativa, para o fim específico de ministrar, em nível superior, o ensino médico; c) providenciar, através da Secretaria da Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, já à época mantenedora das Faculdades de Odontologia e Direito, em funcionamento na cidade de Uberaba, a elaboração do processo de autorização a ser encaminhado, para ser aprovado, ao egrégio Conselho Nacional de Educação; d) Pôr à disposição da nova Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, sem contra-partida remunerada de qualquer natureza, todos os edifícios e instalações administrativo-didáticas, laboratórios, etc., de propriedade da Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, para que ali se instalassem e funcionassem, até que ficassem concluídas as obras de adaptação do edifício a ser doado pelo Governo de Minas Gerais, e instalada convenientemente, e com recursos próprios, a Faculdade de Medicina; e) acompanhar, pessoalmente pelo Presidente da Sociedade, Senhor Deputado Federal Mário de Ascenção Palmério, o andamento do processo de autorização, junto ao Governo Federal. 3. Acertados os passos iniciais, tudo transcorreu com rapidez e pleno êxito. (UFTM, 1997, p. 6).

A doação do prédio da penitenciária, de competência do governador mineiro, foi um processo rápido. Logo saiu a publicação do ato oficial:

> PROJETO Nº 560
> Dispõe sobre a reforma e doação do prédio onde funciona a Penitenciária de Uberaba e dá outras providências. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º – Fica o Governo do Estado autorizado a adaptar, para instalação de um Hospital, o atual prédio onde funciona a Penitenciária de Uberaba. Art. 2º – Fica o Governo do Estado autorizado a doar, à Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, de Uberaba, o imóvel

> mencionado pelo artigo anterior, com a adaptação ali prevista, para o fim de instalar um Hospital de Clínicas anexo à Faculdade. Parágrafo único: – Reverterá o imóvel ao patrimônio do Estado caso não lhe seja dada, pelo donatário, no prazo de cinco anos, a destinação prevista neste artigo. Art. 3º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de verbas próprias no Orçamento do Estado, ou de créditos especiais a ser oportunamente abertos. Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta em vigor na data de sua publicação. Dada no Palácio da Liberdade aos 21–7–1953. (Minas Gerais, 1953, p. 1).

Figura 8. Região do então córrego das Lages na Uberaba da década de 1930 (atual avenida Leopoldino de Oliveira).

Legenda: Notam-se os prédios do mercado municipal, à esquerda da penitenciária, à direita e ao fundo da penitenciaria o colégio e a capela Nossa Senhora das Dores.

Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba.

Outra iniciativa de competência do governador fundamental para concretizar o curso de Medicina de Minas Gerais foi doar capital para o início do funcionamento da faculdade. Com a aprovação da Assembleia Legislativa, o governador cedeu, à Sociedade da Faculdade de Medicina

do Triângulo Mineiro, entidade mantenedora, 20 milhões de cruzeiros em títulos da dívida do Estado cujos juros mensais seriam revertidos para fazer jus às despesas da nova instituição.

A mobilização dos médicos que compuseram o grupo de fundadores foi rápida. Seus nomes constam na ata de fundação da Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, na página 85. Mozart Furtado Nunes foi convidado para ser o primeiro diretor da FMTM. Ficaria com a responsabilidade de conduzir o processo de criação e funcionamento, conforme relatou o próprio Furtado:

> Em sua casa, Palmério falou-me dos entendimentos que mantivera com o Dr. Juscelino, durante viagem feita a Diamantina, dos quais resultara a afirmação da sugestão dada aqui, e terminou dizendo: "concordei com Juscelino, mas estabeleci uma condição: que você, Mozart, seja o Diretor da Faculdade. Você tem 48 horas para me responder; se aceitar fundaremos a Faculdade; senão, está encerrado o assunto. Antes quero preveni-lo que você vai arrasar com sua vidinha boa. Eu sei o que são os médicos, cheios de melindres". Minha resposta foi rápida: "ainda me sinto moço bastante para enfrentar uma empreitada como esta; porém velho demais para pensar dois dias ao tomar uma resolução de tão grande interesse para Uberaba e para a nossa região. Eu topo a parada". Era dia 20 de abril. No dia 22 fomos a Uberlândia para que eu fosse apresentado ao Governador JK. De Uberlândia voltei Diretor da Faculdade de Medicina, a ser fundada. (UFTM, 1997, p. 8).

Para a descrição abaixo, sobre o trabalho realizado pelo fundador e primeiro diretor da FMTM, Mozart Furtado, foi considerado texto escrito cedido por Jarbas Barbosa, ex-aluno e ex-funcionário da FMTM, que o entrevistou em 30 de novembro de 1960.

> Na manhã do dia 8 de setembro de 1953 segui para o Rio de Janeiro. Lá procurei o grande uberabense, meu dileto amigo, Dr. Alaor Prata Soares, que me acompanhou ao Ministério da Educação, apresentando-me ao Prof. Lodi. No mesmo dia comecei a trabalhar, recebendo antes a advertência de que teria que enfrentar uma tarefa tremendamente árdua. Foram-me dados para estudo os Regimentos das Faculdades de Medicina de Juiz de Fora, de Pernambuco, de Salvador, de Santa Maria e Católica de Belo Horizonte. Quatro dias passei, com intervalo apenas para o

> almoço, no gabinete do Diretor do Ensino Superior. Tomei 546 páginas de anotações. Recebi, então, uma carta de apresentação para o Prof. Vilaça de Juiz de Fora, com ordem de me dirigir para aquela cidade e ver o que se fizera lá. Naquela cidade mineira tive uma das primeiras alegrias que me proporcionaria o meu trabalho: conheci um dos melhores homens com quem já tive oportunidade de trabalhar em toda minha vida. Prof. João Vilaça, misto de *gentleman* e de santo. Regressei ao Rio e comecei a via-crucis da procura de material necessário para o equipamento mínimo exigido por lei para que se pleiteasse a concessão da indispensável licença de funcionamento. E continuava horas e horas no Ministério estudando organização de uma Escola de Medicina. (UFTM, 1997, p. 9).

Mozart regressou a Uberaba munido das informações mínimas necessárias para iniciar, no MEC, o processo legal de licença para criar uma instituição de ensino superior e um curso de Medicina. Foi-lhe apresentado Benedito do Espírito Santo,[6] que detinha conhecimentos relacionados com a legislação do ensino superior e a organização acadêmica de uma instituição de ensino superior. Seu trabalho foi de valia para a instrução adequada do processo.

> Aqui chegando, fui apresentado ao Dr. Benedito do Espírito Santo, a quem fora entregue em feliz hora a função de Secretário da Faculdade de Medicina. Em poucos dias, completava uma tríade de conhecimentos capazes de enriquecer uma existência. Benedito, até hoje, nunca falhou no cumprimento de seu dever. Inteligente, trabalhador, leal, honesto, facilitou enormemente a tarefa tremenda que tinha diante de mim. Sem seu auxílio, sem os seus conhecimentos da Legislação de Ensino, jamais teria a nossa faculdade funcionado em 1954. (UFTM, 1997, p. 9).

Concluído e instruído o processo de criação da FMTM com a documentação legal, foi entregue na seção de protocolo do MEC pelo diretor, Mozart Furtado Nunes, em 27 de outubro de 1953, para análise da autorização de funcionamento. O prazo entre a visita de Mozart Furtado

[6] Benedito do Espírito Santo era secretário acadêmico da faculdade de Direito. Foi nomeado por concurso público na FMTM em 25 de janeiro de 1961. Exerceu a direção da Secretaria de Registro Acadêmico até sua aposentadoria, em dezembro de 1987.

ao MEC e o protocolo de abertura do processo foi de menos de dois meses. A organização da documentação pelos envolvidos na criação da FMTM foi rápida, demonstrando que tinham pressa para aproveitar a oportunidade política aberta pelo governo.

A legislação educacional exigia a visita *in loco* de inspetores do MEC para avaliar se a organização dos espaços físicos e as condições pedagógicas mínimas para funcionamento do curso superior de Medicina estavam coerentes com a documentação constante no processo de autorização da criação da instituição. No fim de novembro de 1953, Mozart Furtado recebeu, nas instalações improvisadas[7] para funcionamento da FMTM, Cesar do Val Villares, inspetor do MEC. Informou o inspetor que havia encontrado tudo em ordem conforme documentado no relatório de avaliação. Um único incidente aconteceu: a Santa Casa não havia assinado o convênio com a FMTM para a realização do estágio curricular hospitalar (internato) dos alunos. Entretanto, como o Hospital da Criança[8] também havia sido indicado para realizar as práticas hospitalares, o inspetor se deu por satisfeito com essas instalações e não obstou a tramitação do processo. O parecer emitido por Val Villares encontra-se no Anexo II deste trabalho.

A composição do quadro docente do curso de Medicina, bem como a relação de disciplinas do currículo do curso, sugerido por Mozart Furtado e que integrou a documentação do processo de criação desta instituição, são os relacionados no Quadro 5 ao lado.

Os nomes listados são de médicos com diploma devidamente registrado, exceto Lauro Savastano Fontoura, indicado para a cadeira de Medicina Legal, porque era advogado. Apresentaram, para constar no processo de criação da faculdade, atestado de idoneidade e termo de compromisso de residência em Uberaba. Alguns já eram professores da Escola de Enfermagem Frei Eugênio ou da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino. O citado parecer informa que os professores seriam inicialmente contratados ou interinos, até a realização de concurso público de provas e títulos, conforme a prescrição da Constituição Federal vigente.

---

[7] A Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro cedeu provisoriamente para funcionamento da FMTM as salas de aula e os laboratórios.

[8] Em 1955, Mozart Furtado Nunes procurou a presidente do Hospital da Criança, Aspásia Cunha Campos, e juntos assinaram convênio para que alunos da FMTM realizassem o estágio hospitalar em pediatria.

Quadro 5. Matriz curricular do curso de Medicina da FMTM e respectivos professores

| Disciplinas | Professor |
|---|---|
| Anatomia Descritiva | Renê Cecílio |
| Histologia e Embriologia Geral | Rubens Jacome |
| Fisiologia | José de Paiva Abreu |
| Física Biológica | Jorge Abraão Azôr |
| Química Fisiológica | Alyrio Furtado Nunes |
| Anatomia Topográfica | Sabino Vieira Freitas Júnior |
| Farmacologia | José Soares Bilharinho |
| Patologia Geral | Antônio Sabino de Freitas Júnior |
| Parasitologia | Ézio de Martino |
| Microbiologia e Imunologia | José Sebastião da Costa |
| Clínica propedêutica Médica | Randolpho Borges Júnior |
| Clínica dermatológica e sifiligráfica | Afrânio Rodrigues da Cunha |
| Clínica Propedêutica Cirúrgica | Hélio Luís da Costa |
| Técnica Operatória e Cirurgia Experimental | José Humberto Rodrigues da Cunha |
| Anatomia e Fisiologia Patológicas | Jorge Henrique Marques Furtado |
| Clínica Médica – 1ª cadeira | Mozart Furtado Nunes |
| Clínica Cirúrgica – 1ª cadeira | Hélio Angotti |
| Clínica Oftalmológica | Vítor Magalhães Mascarenhas |
| Clínica Médica – 2ª cadeira | Alfredo Sebastião Sabino de Freitas |
| Clínica Cirúrgica – 2ª cadeira | Carlos Schmidt Júnior |
| Medicina Legal | Lauro Savastano Fontoura |
| Terapêutica Clínica | Odon Turmin |
| Cirurgia Torácica e Tisiologia | Eurípedes Garcia |
| Higiene | Paulo Pontes |
| Clínica Obstétrica | Fausto da Cunha Oliveira |
| Clínica Ginecológica | Duarte Tomás de Miranda |
| Clínica Psiquiátrica | João Henrique Sampaio Vieira |
| Clínica de Doenças Tropicais e Infectuosas | Romes Cecílio |
| Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopédica | Álvaro Lopes Cançado |
| Clínica Pediátrica Médica | Cecílio Rodrigues da Cunha |
| Puericultura e Clínica da 1ª e 2ª infância | Humberto de Oliveira Ferreira |
| Dermatologia Médica | Álvaro Guaritá |
| Clínica Neurológica | Jorge Antônio Frange |
| Otorrinolaringologia | Sérgio Severino Soares |

Fonte: FMTM, 1954b.

Finda a visita, passou-se a aguardar a análise do processo pelo Conselho Superior de Ensino. O parecer do inspetor do então Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi analisado no dia 7 de março de 1954, em reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE), na qual esteve presente Mário Palmério. O CNE aprovou, por unanimidade, a

autorização para o funcionamento da FMTM. O processo foi homologado pelo ministro da Educação e, no dia 23 do mesmo mês, Mário Palmério levou, em mãos, o processo ao presidente Getúlio Vargas para a assinatura do decreto presidencial (Figura 10). A solenidade oficial aconteceu no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Assinado por Vargas em 24 de março de 1954 e publicado no *Diário Oficial da União* de 30 de março de 1954, o Decreto 35.249 autorizava a criação da FMTM.

Figura 9. Sob o olhar do deputado Mário Palmério, o presidente Getúlio Vargas assina o decreto que autorizou o funcionamento da FMTM.

Legenda: Palácio Rio Negro, Rio de Janeiro, RJ, 23/3/1954.

Fonte: Uniube (2015, *on-line*).

Após esse ato oficial, no dia 28 de abril de 1954 Juscelino Kubitschek, ainda governador de Minas Gerais, viajou a Uberaba a convite de Mozart

Furtado Nunes. O objetivo era ministrar a aula inaugural para a primeira turma de alunos, aprovados no exame vestibular para o curso de Medicina. O governador chegou acompanhado do professor João Vilaça, diretor da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora; de Samuel Libâneo, representante do CNE; e do professor Luigi Bogliolo, catedrático de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (Araújo, 2000). Ele foi recepcionado no aeroporto com a acolhida do então prefeito Antônio Próspero, dos deputados Mário Palmério e França Campos, dos diretores da FMTM e da SMCU e do diretor da Associação Comercial e da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, dentre outras autoridades do município e região, além de muitos populares. Houve homenagens na entrada da cidade, com honras de estilo pelo batalhão da Polícia Militar e aclamação da população em sacadas de prédios e calçadas. O governador pôde então perceber o apreço e a admiração que os uberabenses nutriam por ele, conforme mencionado pelo jornal *Minas Gerais*, transcrito por Araújo (2000, p. 206).

> em toda a sua permanência nesta cidade as classes e o povo não lhe regatearam as mais repetidas e calorosas demonstrações de estima, e o seu discurso proferido naquela ocasião tornou-se o assunto central na cidade, pelo brilho e pela grande cultura que revelou tratando de assuntos médicos e sociais.

Araújo relata que às 21h de 28 de abril de 1954 foi instalada, pelo governador, a Faculdade de Medicina. Esse momento representou, para o Triângulo Mineiro, um dos acontecimentos mais importantes dos últimos tempos. O salão da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro estava abarrotado de representantes uberabenses da área da educação, da administração local, de comerciantes, dos 52 alunos aprovados em vestibular e do povo em geral, que lotou o edifício, ocupando salões, corredores e escadarias. “Entre vivas e aclamações o Governador foi introduzido no salão nobre.” (Araújo, 2000, p. 207). A mesa foi composta pelo governador e pelo diretor da nova escola, Mozart Furtado; pelos membros da comissão organizadora do evento; por Lauro Savastano Fontoura e Mário Palmério; pelos professores Samuel Libânio e João Vilaça; pelo representante do bispo diocesano, cônego Juvenal Guani; dentre outros. Saudando e expressando a gratidão do povo uberabense ao governador pela concretização do sonho da criação da faculdade, falaram

Mozart Furtado e Lauro Savastano. Naquele momento, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba outorgou a Juscelino Kubitschek – governador e médico – o título de sócio benemérito da entidade.

A aula inaugural proferida por Kubitschek e dirigida aos 52 primeiros alunos teve início às 22h. Foi interrompida com frequência por aplausos e durou quase 50 minutos. Araújo (2000, p. 208) conta que, durante o discurso improvisado, o governador

> Abordou as relações do seu programa de energia e transportes com a melhoria do ensino superior do interior, passando a fazer brilhante exposição do progresso da medicina, trecho em que se demorou, demonstrando impressionante cultura sobre o assunto. Defendeu a necessidade da difusão do ensino superior no interior do País e se congratulou com Uberaba, fazendo ainda, para os alunos da nova Faculdade, a definição dos deveres do médico e dos objetivos da medicina. Por fim, exaltou a capacidade realizadora do povo do Triângulo Mineiro, uma vez que já contava agora Uberaba com as Faculdades de Filosofia, de Odontologia e Farmácia, de Direito e de Medicina e, dentro de poucos meses, contará também com o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR.

Mário Palmério encerrou a solenidade, convidando as autoridades presentes para requintada recepção oferecida pela categoria médica uberabense e sociedade local na sede social do Uberaba Tênis Clube. A partir desse dia marcante para a sociedade, tiveram início oficialmente as atividades acadêmicas da FMTM. Como nasceu sem espaço físico, funcionou durante os dois primeiros anos em salas e laboratórios da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Era necessário substituir "a algema pelo bisturi", *slogan* usado sempre pelo professor Mauritano[9] para vencer os desafios iniciais do funcionamento de um curso de Medicina concomitantemente à fundação de uma instituição de ensino superior. Para esse fim, trabalharam árdua e obstinadamente alunos, professores, autoridades políticas, entidades de classe e sociedade local, a fim de que a instituição prosperasse. Ainda assim, como dizia monsenhor Juvenal Arduini, a FMTM era uma semente miúda quando se iniciou em

[9] Em 1958, assumiu a cadeira de Fisiologia da FMTM. Foi homenageado por diversas vezes pelos alunos do curso de Medicina. Em 1960 foi o paraninfo da segunda turma, além de ser homenageado com cartão de prata pela faculdade de Medicina e pelo Centro Acadêmico Gaspar Vianna.

1954. Não era o nada, mas era o quase nada. A faculdade se consolidou e progrediu, transformando-se numa sólida faculdade de Medicina da região, respeitada no país e talvez até no exterior.

### 2.4.1 Fundadores

Havia características comuns aos membros do grupo de fundadores da FMTM que podem destacar possíveis elementos que os levaram a se unir em prol de um objetivo comum – criar uma faculdade de Medicina. O grupo tinha 18 membros: 16 médicos, um advogado e um deputado federal. Alguns passaram brevemente pela instituição. Outros permaneceram até se aposentarem ou falecerem. Daí que registrar pelo menos parte de sua trajetória pode ajudar a entender a força dos vínculos entre eles: parentesco, amizade e troca de apoio ou “favores”; os ambientes que lhes propiciaram convivência (cidade onde nasceram, escolas secundárias, hospitais, cargos públicos) e forneceram critérios para constituir o grupo. O Quadro 6, a seguir, expõe dados biográficos fundadores, enquanto a figura os retrata.

Em relação à naturalidade dos fundadores, 14 deles são do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; oito nasceram em Uberaba; um nasceu em Uberlândia; um, em Sacramento; um, em Veríssimo; um, em Santa Juliana, um, em Monte Alegre; um, em Monte Carmelo; um, no estado de São Paulo; um, em Fortaleza (CE); enfim, dois nasceram no estado do Rio do Janeiro, em Miracema e Niterói. Essa maioria mineira ressalta o traço tanto localista quanto regionalista da iniciativa de criar a faculdade.

A idade cronológica dos fundadores em 1954 permite supor que os médicos fundadores tinham certa experiência de atuação na área: mais de 50% eram profissionais com mais idade, superior a 40 anos. Quando assumiram a incumbência de criar uma faculdade de Medicina, oito tinham mais de 30; sete, mais de 40 anos; dois, mais de 50 anos; por fim, um não teve a idade identificada.

Por sua vez, a formação escolar básica deixa entrever a preponderância do Colégio Marista de Uberaba[10], onde estudaram doze

---

[10] Segundo os estudos de Melo (2002, p. 39), o Colégio Marista, desde a sua fundação, em 1903, ocupou-se da educação masculina e tornou-se misto a partir de 1970. Como era escola particular em regime de internato, a maioria de seus alunos provinha das classes mais abastadas economicamente da cidade e da região. Em consulta aos livros de matrícula,

fundadores. Ou seja, deixa entrever a escola particular como lócus da educação da elite econômica que comporia a sociedade médica formada em torno da FMTM. O médico natural de Lorena, SP, concluiu o ensino secundário no Colégio São Joaquim; outro cursou o Liceu Coração de Jesus. Não se identificou o local onde quatro fundadores cursaram o nível secundário.

Figura 10. Fundadores da FMTM.

Legenda: 1ª sequência, da esq. para a dir.: Mozart Furtado Nunes, Hélio Luiz da Costa, Jorge Henrique Marquez Furtado, José de Paiva Abreu, Mário de Ascenção Palmério e João Henrique Sampaio Vieira da Silva; 2ª sequência: Jorge Abrahão Azôr, Lauro Savastano Fontoura, Alfredo Sebastião Sabino de Freitas, José Soares Bilharinho, Antonio Sabino Borges de Freitas Júnior e Paulo Pontes; 3ª sequência: Randolfo Borges Júnior, Hélio Angotti, Fausto da Cunha Oliveira, Allyrio Furtado Nunes, Carlos Smith e Odon Tormim

Fonte: Centro de Documentação e Memória – Curso de História UFTM.

---

foram encontrados nomes de políticos da região, prefeitos e deputados, a exemplo do deputado federal Mário Palmério: "o Colégio empenhava-se em formar a "elite dirigente" de Uberaba" (Melo, 2002, p. 39).

Quadro 6. Dados biográficos dos fundadores da FMTM.

| Nome | Nascimento | Natural | Formaçao escolar | | Formação complementar/Atividades profissionais |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Básica | Superior | |
| Alfredo Sebastião Sabino de Freitas | 20/1/1911 | Uberaba | Colégio Marista, Uberaba | Faculdade Medicina e Cirurgia de Pinheiros, Universidade de São Paulo | Especialização em Clínica Médica e em Radiologia no Hospital da Universidade de Chicago (EUA) – diretor da FMTM e professor da Cadeira de Parasitologia |
| Antonio Sabino Borges de Freitas Júnior | 27/7/1904 | Uberaba | Colégio Marista, Uberaba | Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro | Diretor da Santa Casa de Misericórdia; fundador do Hospital da Criança; professor da primeira Faculdade de Farmácia e Odontologia; responsável pela introdução da vacina BCG em Uberaba; vereador por dois mandatos; professor da cadeira de Patologia Geral e da cadeira de Terapêutica Clínica da FMTM |
| Carlos Smith | 17/9/1899 | Miracema, RJ | — | — | Aperfeiçoamento em clínica médica nos Estados Unidos (Clínica Mayo e em Houston), na Europa (Viena, Londres, Colônia, Budapeste, Paris) e na Argentina – diretor do departamento clínico e cirúrgico da Santa Casa; presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba; professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino do Triângulo Mineiro; professor e diretor da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro; professor da cadeira de Clínica Cirúrgica da FMTM |
| Allyrio Furtado Nunes | 23/4/1905 | Veríssimo, MG | Colégio Marista, Uberaba | Faculdade Fluminense de Medicina, Farmácia e Odontologia do Rio de Janeiro | Professor de Química do Liceu Nilo Peçanha, Niterói, RJ; e das Faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia do Estado do Rio do Janeiro; um dos fundadores da Escola de Enfermagem Frei Eugênio e professor catedrático da cadeira de Bioquímica da FMTM |
| Fausto da Cunha Oliveira | 4/9/1921 | Uberlândia,MG | Colégio Marista, Uberaba; Colégio São Bento, São Paulo | Faculdade Nacional de Medicina, Univ. do Brasil, Rio de Janeiro | Especialização em Clínica Obstétrica – professor da cadeira de Obstetrícia da Faculdade de Enfermagem Frei Eugênio, da cadeira de Ginecologia e Obstetrícia da FMTM e diretor da Maternidade Escola da Santa Casa |
| Hélio Angotti | 20/7/1920 | Uberaba, MG | Colégio Marista, Uberaba | Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro | Especialização em Cirurgia e Oncologia – fundador da seção regional da Associação Brasileira de Combate ao Câncer de Uberaba; professor de Anatomia da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e da cadeira de Clínica Cirúrgica da FMTM; vice-prefeito de Uberaba |

Continua…

Continuação do Quadro 6. Dados biográficos dos fundadores da FMTM

| Nome | Nascimento | Natural | Formaçao escolar | | Formação complementar/Atividades profissionais |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Básica | Superior | |
| João Henrique Sampaio Vieira da Silva | 1896 | Fortaleza, CE | — | Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro | *Diretor* da seção "Consultório médico", do jornal *Lavoura e Comércio*; *vereador* e *presidente* da Câmara Municipal de Uberaba; *deputado* estadual e federal; *presidente* da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba; um dos *fundadores* da primeira Faculdade de Farmácia e Odontologia de Uberaba |
| Jorge Abrahão Azôr | 2/6/1920 | Santa Juliana, Minas Gerais | Colégio Marista, Uberaba | Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro | Especialização em Oncologia e Radioterapia – *médico* no Hospital da Criança e da Santa Casa de Misericórdia; *professor* da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro; um dos *fundadores* do Hospital Beneficência Portuguesa, do Hospital Hélio Angotti e do Hospital Santa Helena, do qual foi sócio-proprietário; *membro* da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba; *professor* catedrático da disciplina de Biofísica da FMTM |
| Jorge Henrique Marquez Furtado | 1923 | Niterói, Rio de Janeiro | — | Faculdade Nacional de Medicina Universidade do Brasil, Rio de Janeiro | *Diretor* da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro; *professor* titular das cadeiras de Microbiologia e Imunologia da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e de Medicina Legal na Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro; *diretor* do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência; *professor* da cadeira de Microbiologia da FMTM; *prefeito* de Uberaba |
| José de Paiva Abreu | — | Lorena, SP | Colégio São Joaquim, Lorena, SP | Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro | Especialização em Urologia – *presidente* da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba; participante da organização dos congressos médicos do Triângulo Mineiro e Brasil Central; *médico* da Santa Casa de Misericórdia por 25 anos; *professor* da Cadeira de Urologia da FMTM |
| José Soares Bilharinho | 13/12/1918 | Uberaba, MG | Colégio Marista, Uberaba | Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais | *Especialização* em Cirurgia Geral e Ginecologia; *aperfeiçoamento* em cirurgia nos Estados Unidos da América e na Argentina – *fundador* do Hospital São Lucas (hoje Hospital São Paulo); *membro* do Colégio Internacional de Cirurgiões e da Academia Mineira de Medicina; *sócio* da Associação Médica Brasileira; *membro* e *fundador* da Academia de Letras do Triângulo Mineiro; *autor* dos livros *O Rotary em ação*, *Elogio de Clementino Fraga* e *História da Medicina em Uberaba*; *professor* da cadeira de Farmacologia da FMTM |

Continua…

Continuação do Quadro 6. Dados biográficos dos fundadores da FMTM

| Nome | Nascimento | Natural | Formaçao escolar | | Formação complementar/Atividades profissionais |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Básica | Superior | |
| Lauro Savastano Fontoura | 1903 | Monte Alegre, MG | | Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro | *Jornalista*; *professor* do estado de MG; *magistrado* e *advogado-geral* do estado; *desembargador* do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; *diretor* da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro; *professor* da disciplina Introdução à Ciência do Direito; um dos *fundadores* da Academia de Letras do Triângulo Mineiro; *presidente* da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba |
| Mário de Ascenção Palmério | 1/3/1916 | Monte Carmelo, MG | Colégio Marista. Uberaba | Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo (formação em Matemática) | *Fundador* do Liceu do Triângulo Mineiro e da Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro; *criador* da primeira Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e das Faculdades Integradas de Uberaba (Universidade de Uberaba); *deputado federal* pelo PTB por três legislaturas; embaixador do Brasil no Paraguai |
| Mozart Furtado Nunes | 26/5/1903 | Uberaba, MG | Colégio Marista, Uberaba | Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil, Rio do Janeiro | Um dos *fundadores* do Instituto de Pesquisas do Brasil Central; *professor* da primeira Faculdade de Farmácia e Odontologia de Uberaba; *diretor* do Asilo São Vicente de Paulo; da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro; da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba; da FMTM e *professor* da cadeira de Clínica Médica da FMTM |
| Odon Tormim | 18/12/1912 | Sacramento, MG | Liceu Coração de Jesus, SP | Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais | *Médico* do Hospital do Pênfigo de Uberaba e *professor* da cadeira de Doenças Infecciosas e Parasitárias da FMTM |
| Paulo Pontes | 1911 | Uberaba, MG | Colégio Marista, Uberaba | Faculdade Nacional de Medicina. Universidade do Brasil. Rio de Janeiro | *Diretor* do Centro Regional de Saúde de Uberaba e *professor* da Escola Normal Oficial de Uberaba |
| Randolfo Borges Júnior | 1918 | Uberaba, MG | Colégio Marista, Uberaba | Faculdade Nacional de Medicina Universidade do Brasil Rio de Janeiro | *Professor* da Escola de Enfermagem Frei Eugênio; *vereador* e *presidente* da Câmara Municipal de Uberaba; *diretor* da FMTM; *professor* da cadeira de Clínica Médica da FMTM |

Fonte: A autora.

Como tais escolas não eram acessíveis a todos, pode-se supor que essas famílias planejassem o futuro profissional da prole. Noutros termos, provindos de núcleos familiares privilegiados social, cultural e economicamente ante a maioria da população, supõe-se que esses médicos, estudando na mesma escola, se tornassem próximos e planejassem, juntos, cursar medicina no Rio de Janeiro. Não por acaso, 12 dos fundadores se diplomaram na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil; também o fundador, advogado, graduou-se naquele estado, na Faculdade Nacional de Direito, enquanto um médico se formou na Faculdade de Medicina e Farmácia Fluminense. Curiosamente, dois médicos se formaram na Faculdade de Medicina de Minas Gerais, enquanto outro fez a graduação na Faculdade de Medicina de São Paulo. Se a distância menor entre Uberaba e Belo Horizonte puder ser tomada como motivação para se formar na escola de Medicina de lá – sustentar os filhos seria menos oneroso – não se pode afirmar que tenha sido o bastante para anular a tradição da escola do Rio do Janeiro, faculdade que se destacava nacionalmente pelos professores consagrados que lá atuavam. Soma-se a isso a diversidade de opções culturais e as formas de lazer disponíveis (cinemas, bares, teatros etc., sem contar as praias). Não foram localizadas informações referentes à instituição cursada pelo médico Carlos Smith. O deputado federal Mário Palmério cursou Matemática na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP).

Do total de 18 pessoas desse grupo, sete eram ou tinham sido ocupantes de cargos políticos como vereador, vice-prefeito, prefeito, deputado estadual e federal. Portanto, cargos de influência sobre as decisões de interesse do município. Segundo Herschmann e Pereira (1994, p. 44), o estado contou com o apoio de novos aliados, cujo prestígio ascendente coincidia com o período de modernização. Dentre esses aliados, destacaram-se médicos, engenheiros e educadores, "novos intelectuais" que pleiteavam desempenhar funções complementares nos governos municipais, estaduais e federal.

> Basta lembrar-nos que muitas medidas sanitárias, que dizem respeito aos melhoramentos de higiene das cidades, seriam impossíveis sem o concurso do engenheiro, para bem se compreenderem os pontos de contato entre essas profissões. Os processos médicos de saneamento são

> sempre combinados com o de engenharia, onde o médico termina sua obra, o engenheiro começa a sua, e ambos têm um campo comum de trabalho no aperfeiçoamento das condições higiênicas (Herschmann; Pereira, 1994, p.44).

Ao fim do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, as faculdades de Medicina foram tema de debate num movimento liderado por professores do curso de Medicina do Rio de Janeiro. Reivindicava-se mais autonomia administrativa e pedagógica nas escolas da área, ou seja, menos interferência no Estado, e buscava-se criar mais faculdades de Medicina. Esses pleitos eram transmitidos aos estudantes da escola do Rio de Janeiro, os quais incluíam uberabenses. A revista *Progresso Médico* (1881, p. 81) registrou alguns desses momentos:

> Outro grande problema é que ainda somos poucos e assim seguramente não há médicos disponíveis para quem precisa e nem para sermos respeitados. [...] obviamente não deve existir um curso médico em cada rua. Não se pode banalizar a nossa nobre atividade, mas outros locais de estudo se fazem necessários em grandes cidades do Brasil. Para isso conto a iniciativa dos jovens que saem daqui diplomados.

Seria necessária uma quantidade maior para os hospitais, para tratar os doentes, assim como mais médicos para ocupar outros espaços. Por exemplo, os serviços sanitários, cargos nas esferas governamentais e a docência. Disseminadas por professores da Faculdade de Medicina do Rio do Janeiro, essas ideias podem ter se alastrado em meio àqueles que seriam os fundadores da FMTM – ex-alunos dessa faculdade – e estimulado o propósito de criar a instituição uberabense.

Por fim, cabe destacar as atividades paralelas à medicina e à docência exercidas pelos fundadores, as quais podem ter sido fundamentais para concretizar a FMTM. Das 18 pessoas do grupo, sete eram ou haviam sido ocupantes de cargos políticos (vereador, vice-prefeito, prefeito, deputado estadual e federal), cargos aos quais se atribuía influência sobre as decisões de interesse municipal. Grande parte deles tinha experiência como docente superior (na Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, na Fista, na Faculdade de Direito ou na Faculdade de Enfermagem Frei Eugênio), experiência essa que pode ter sido decisiva para o sucesso do

projeto. Outros escreviam para jornais locais, jornais esses que – pela sua própria natureza – traduziam e aproximavam esse ideal de criar a FMTM dos anseios da população; anseios como aqueles associáveis ao papel das Santas Casas de Misericórdia – serviços de saúde e assistência para a população carente – e à estruturação de um hospital-escola.

Noutras palavras, num contexto em que o sentido maior da atuação das Santas Casas de Misericórdia era suprir demandas por assistência à saúde da população carente, convém entender como a FMTM estruturou seu hospital-escola para realizar a parte prática profissional do currículo do curso de Medicina. Isso porque o atual Hospital de Clínicas da UFTM,[11] exigido por lei para funcionamento do curso de Medicina, teve como embrião a Santa Casa de Misericórdia de Uberaba. Nesse sentido, contextualizar a criação e a transformação desta é fundamental para este estudo.

## 2.5 Santa Casa de Misericórdia: espaço de atuação docente e discente

Em 1839, a Lei Provincial mineira 148, de 6 de abril, autorizou as câmaras municipais a construir hospitais nas cidades e vilas de Minas onde ainda não existissem.

---

[11] Com localização estratégica, o Hospital de Clínicas da UFTM se abre a uma região envolvendo 27 municípios – que compõem a macrorregião do Triângulo Mineiro sul – como único hospital público que oferece atendimento terceirizado de alta complexidade. Também abrange outras macrorregiões de Minas Gerais e de outros estados. Comporta 290 leitos – 20 unidades de terapia intensiva infantis, dez adultas e dez coronarianas. Certificado como hospital de ensino, disponibiliza campo de estágio para os cursos técnicos, em especial os de saúde e graduação da UFTM, além de suprir demandas de formação profissional no tocante à residência médica e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). Oferece campo favorável à pesquisa científico-acadêmica, dada a densidade de casos e a infraestrutura operacional e tecnológica. Compõem o corpo clínico 448 médicos com especializações distintas e atuantes na área acadêmica e assistencial. Constantemente em evolução, na sua estrutura e na aquisição de equipamentos de última geração, o hospital tem área física de 25.811,42 metros quadrados, distribuídos entre estruturas operacionais de internação hospitalar, ambulatorial, pronto-socorro e serviços de diagnóstico e tratamentos especializados. Oferece serviços de transplante de córnea, rins e válvula cardíaca; medicina física e reabilitação; cirurgias em diversas especialidades médicas (neurocirurgia, traumatologia, ortopedia, otorrinolaringologia, oftalmologia, urologia e outras) materno-infantis e pediatria; hematologia e hemoterapia; terapia renal substitutiva; tratamento de aids e hepatite; nutrição enteral e parenteral; patologia clínica e cirúrgica; radiodiagnóstico (feito em aparelho de ressonância nuclear magnética, em fase de implantação; terapia intensiva adulto, infantil e coronariana); ambulatórios especializados em várias áreas; central de quimioterapia e hospital-dia (UFTM, 2015a).

Figura 11. Frei Eugênio Maria de Gênova e a primeira planta da Santa Casa de Misericórdia, 1858.

Fonte: Centro de Documentação e Memória – Curso de História UFTM.

> As Santas Casas surgiram no país já no período colonial; correspondiam à antiga tradição cristã de misericórdia para com os enfermos. Eram sustentadas e administradas por Irmandades, das quais faziam parte homens ricos e respeitados. Da aristocracia rural, principalmente, senhores de terras, cujos peões tinham assim onde baixar quando doentes. Eram tratados pelos filhos ou genros desses mesmos fazendeiros que assim, exercendo a caridade, dispunham de serviços onde podiam ensinar seus discípulos a produzir trabalhos científicos, sem falar no prestígio que tudo isso representava. (Scliar, 1987, p. 40).[12]

No Brasil, esse tipo de instituição foi presente e atuante no campo social e político, servindo como referência e modelo para irmandades[13] que conviviam nos núcleos urbanos e perpetuando-se na vida coletiva das cidades e vilas. Embora tenham origem católica, cabe ressaltar que as Santas Casas podem ser definidas como “organizações leigas e não governamentais infiltradas de princípios cristãos e humanitários de caridade, com a finalidade precípua de assistir física e espiritualmente todos que dela necessitarem” (Santana, 2008, p. 43).

---

[12] Essa estrutura hospitalar foi a única no Brasil durante três séculos, até que a iniciativa privada, sozinha ou vendendo serviços à Previdência Social, entrou em cena.

[13] Segundo Reis (2000, p. 79-99), as irmandades existiam como associações corporativas que desenvolviam internamente um conjunto de ações que as levavam a atingir posição, identidade e comunhão; algumas chegavam a ter destaque social.

Figura 12. Casa de frei Eugênio Maria de Gênova, 1921.

Fonte: Centro de Documentação e Memória – Curso de História UFTM.

Em Uberaba, a partir de 1859, vinte anos após a publicação da lei acima citada, teve início, por iniciativa do frei Eugênio Maria de Gênova[14] – grande filantropo de Uberaba –, a construção da Santa Casa de Misericórdia (Figura 12), albergue de caridade destinado a acolher doentes e desvalidos (Bilharinho, 1982).

Como fator de distinção social, a elite local era convidada a prestar mensalidades/anuidades em favor dessa instituição. Isso foi um feito considerável à época. A manutenção dessas instituições deveria ser garantida por doações e esmolas arrecadadas pelas senhoras da sociedade em especial. Os recursos financeiros vinham de angariações diversas, sobretudo doações das damas da elite local – que contribuíam até com joias, além de coordenar a realização de bailes e quermesses beneficentes. Outras doações provinham de fazendeiros mediante leilões de gado. Também o poder público municipal contribuiu, doando terreno

---

[14] O nome de batismo de frei Eugênio Maria era João Batista Maberino. Nascido em Oneglia, província de Gênova, Itália, em 4 de novembro de 1812, era membro da Ordem dos Menores Franciscanos Capuchinhos e foi enviado ao Brasil pela Sagrada Congregação da Propaganda. Aqui, além de se dedicar à pregação da fé, por onde passou fez questão de prover as cidades com melhoramentos indispensáveis: cemitérios, hospitais, serviços de água e estradas. Assistia a órfãos, índios e escravos. Foi central para a construção da Santa Casa de Uberaba – imensa naquele tempo, única do gênero a oeste do rio São Francisco. Homem raro, sua memória impregnou para sempre a lembrança do povo uberabense. Faleceu aos 59 anos de idade, no dia 15 de junho de 1871. Seus restos mortais encontram-se depositados no interior da Igreja Santa Teresinha, diante do santuário (Bilharinho, 1982).

e materiais de construção. Os médicos e demais profissionais da saúde realizavam consultas e tratamentos como caritativas, o que demonstrava a influência da igreja. A alta sociedade uberabense ajudava, satisfazendo a seus princípios cristãos, assim como ao desejo de ostentar suas virtudes como classe social com a divulgação de seus feitos nos jornais e em outros canais de comunicação. Na visão de Santana (2008, p. 45), "a concepção cristã de caridade pretendia amenizar e corrigir as desigualdades sociais, mas nunca suprimi-las. A caridade envolvia a salvação dos ricos e a santificação dos pobres".

Diante disso, as classes dominantes se notabilizavam, prestando assistência a mendigos, inválidos, idosos e órfãos; de outro modo, incorporavam ao seu trabalho a colaboração da Igreja, em especial pela legitimação desse trabalho. Essas políticas assistencialistas neutralizavam ameaças à ordem vigente por meio da concretização de formas específicas de atividades assistencialistas, de que são exemplo as Santas Casas.

Após a morte de frei Eugênio, a finalização da construção da Santa Casa foi paralisada por vários anos, até a vinda das irmãs dominicanas, em 1885. Tinham como missão, além de realizar serviços de enfermagem aos menos favorecidos, fundar um colégio católico. A dedicação da sociedade local não bastou para erguer o prédio da Santa Casa. Em suas instalações pequenas e rústicas, eram atendidos uns poucos indigentes e funcionou o colégio das irmãs por quase dez anos. Em 1896, foi aberto ao público o edifício construído para abrigar o que viria a ser o atual Colégio Nossa Senhora das Dores. Com a mudança das irmãs para esse colégio, as obras de reconstrução da Santa Casa foram reiniciadas, com mobilizações e esforços da sociedade mediante doação de recursos. Em setembro de 1897, as obras foram concluídas, com duas enfermarias grandes, refeitório, cozinha e dependências administrativas.

Entretanto, uma vez erguido o prédio, a Santa Casa não pôde funcionar por falta de funcionários de enfermagem e administrativos. A solução de seus dirigentes foi buscar, no Rio do Janeiro, outras irmãs de caridade para trabalhar na instituição e, assim, pôr fim ao atraso na inauguração de obra tão aguardada pela população local, em especial a carente.

A dedicação às tarefas de construção, administração e atendimento aos indigentes era imensa. Estas exigiam dos administradores muita disposição pessoal e sentimento de fé e caridade. Virtude pregada pela

Igreja Católica, a caridade, segundo Leite (2001, p. 92), era para seus praticantes "uma forma de justiça social" e uma "sublimação espiritual" que resultava no "conhecer o prazer inigualável de beneficiar o indigente".

Em 1899, assumiu a diretoria (provedor) da Santa Casa José de Oliveira Ferreira, médico dedicado. Durante sua gestão, a instituição se projetou na região, pois o diretor médico passou a realizar ali cirurgias complexas de pacientes do Triângulo Mineiro, Goiás, sul de Minas e São Paulo (Bilharinho, 1982). Eis os números registrados naquele momento: 370 enfermos internados, de 25 a 30 pacientes diários no ambulatório, 24 operações importantes, 240 fórmulas aviadas, pequenas intervenções cotidianas e aplicação de aparelhos de fraturas (Almanaque Uberabense, 1903). Outros provedores se sucederam ao Doutor Ferreira, mas não conseguiram impedir que, de novo, a falta de recursos financeiros paralisasse as obras de manutenção do prédio.

Em 1918, a gripe espanhola obrigou as irmãs dominicanas a fechar o Colégio Nossa Senhora das Dores. Forçadas a retomar os trabalhos de caridade na Santa Casa, assumiram, mais tarde, sua direção interna, enquanto a sociedade se mobilizou, sob a coordenação do Doutor Ferreira, para construir outro hospital. Após análise e conclusão de que investir na reforma do prédio antigo não bastaria para suprir as demandas modernas da medicina, decidiu-se pela demolição do prédio.

Entretanto, antes que fosse demolida, a construção antiga pegou fogo, que reduziu a cinzas a documentação e o mobiliário da Santa Casa. Os serviços lá prestados foram improvisados pelas irmãs na antiga residência de frei Eugênio, prédio que ficava ao lado da instituição incendiada (Figura 13).

Tal qual o finado frei Eugênio, Doutor Ferreira empreendeu muitos esforços na coordenação dos trabalhos da construção. Constituiu e nomeou uma comissão de médicos, liderando um trabalho de arrecadação de contribuições. A imprensa colaborou, chamando a população a efetuar doações na medida de suas posses. O jornal *Lavoura e Comércio* de 28 de julho de 1927 (apud Bilharinho, 1982, p. 441) noticiou que

> Para se removerem as dificuldades decorrentes da falta de numerário há um meio fácil: os homens mais instruídos, conhecedores da psicologia humana façam ver ao Povo (com P maiúsculo) que ao homem assiste, além de outros deveres, de fazer alguma coisa útil à humanidade, na

medida de suas forças, quer dizer, que aquele que não o fizer, incorrerá na falta de cumprimento de um dever sagrado. O milionário não gozará menos, se desfalcar de um por cento seus milhões; o operário jornaleiro não ficará mais pobre, ser der o produto de um dia de Serviço às obras da Santa Casa.

Figura 13. Pessoas participando da exposição agropecuária de Uberaba de 1934 e fachada da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba.

Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba.

Na década de 1930, o país se encontrava em recessão, provocada pela crise política nacional, o que se refletia nas contribuições, que eram escassas. Todo o esforço possível foi realizado, mas as obras da Santa Casa não puderam ser concluídas. Em 1933, Uberaba tinha 25 mil habitantes e 30 médicos. A centenária residência de frei Eugênio, quase em ruínas – conforme pode ser observado na Figura 13 –, continuava a servir de espaço para serviços hospitalares e ambulatoriais da Santa Casa, e cada vez mais precariamente.

Em meio a disputas e rixas político-partidárias, os poderes Executivo e Legislativo municipais não se manifestaram sobre soluções para amenizar a precariedade da assistência à saúde. Porém, no decorrer de 1933, houve reação popular. Atendendo ao chamado da classe médica e com a crise econômica chegando ao fim, as campanhas de doação alavancaram as obras de tal modo que, ao final de 1934, se encontravam em fase de acabamento. No dia 1º de fevereiro de 1934, José Ferreira, então provedor da Santa Casa, assinou contrato com Adelino Campos de Oliveira para realizar uma exposição agropecuária nos terrenos e no prédio da Santa Casa em construção. Exemplo de festa pagã, essa exposição marcaria o início das feiras agropecuárias que a Associação Brasileira de Criadores

de Zebu promove anualmente. Quase todos os participantes doaram "mercadorias", que ficaram expostas naquele hospital.

Também nesse período, a prefeitura voltou a arcar com parte das despesas. Enfim, em março de 1935, a imprensa foi conhecer o edifício da Santa Casa, conforme relata Bilharinho (1982, p. 466-467):

> No lado oeste do edifício, em sua parte baixa, estavam os consultórios. No andar inferior, à entrada, a portaria e duas salas destinadas a serviços assistenciais especializados; à direita, 12 quartos, farmácia e maternidade; à esquerda, duas enfermarias totalizando 60 leitos, duas salas de curativos, três quartos de isolamento e instalações sanitárias. No andar superior, ao centro, um saguão e um quarto para o vigilante; à direita, duas enfermarias menores, quatro apartamentos e o bloco cirúrgico; à esquerda, duas enfermarias também para 60 doentes, dois quartos para isolamento, sala de reuniões da diretoria, capela, clausura, rouparia, sala de curativos e sala para os médicos[...]. Obra sem senões, impecável no seu conjunto. Construída para durar uma eternidade.

No dia 25 de março de 1935, aconteceu a inauguração festiva do hospital, com bênção do bispo de Uberaba – então Dom Luiz Maria de Santana –, participação de autoridades representantes de entidades diversas e comparecimento em massa da população. Na tarde desse dia, pacientes internados na casa de frei Eugênio foram transferidos para as novas instalações. De acordo com o relatório de prestação de contas da Santa Casa de 1938, as despesas foram de 101:927$7003 para 17.871 leitos-dia. Gastaram-se por dia e por leito 5$703. Foram aviadas 17.016 receitas e atendidas 14.493 pessoas. Houve internação de 591 pessoas, 178 cirurgias grandes e 265 intervenções cirúrgicas pequenas. Em 29 de outubro de 1939, foi inaugurada a maternidade Quintino Teixeira, em homenagem a um dos grandes doadores de recursos para sua construção; tinha enfermaria, sala de partos com mesa especial, berçário e arsenal cirúrgico. A imprensa considerou-a como a primeira e mais bem equipada do interior (Lavoura e Comércio, 1939).

Em 1945, o hospital recebeu a visita de um inspetor do Conselho Nacional de Serviço Social, o qual registrou que somente as Santas Casas de Campinas e Uberaba estavam organizadas de acordo com os padrões definidos pelo conselho. As irmãs zeladoras, que nada cobravam para

atender os enfermos, muito contribuíram para reduzir as despesas. Além disso, todos os médicos continuaram a prestar seus serviços voluntariamente à Santa Casa. Ainda assim, as subvenções estaduais e municipais eram insuficientes para mantê-la funcionando, de modo que ela continuou a depender de doações realizadas pela sociedade uberabense.

Por meio da Tabela 3 se pode constatar que a qualidade do atendimento hospitalar prestado pela Santa Casa melhorou ano após ano. Prova isso o percentual de doentes falecidos e de internados, em declínio constante.

Tabela 3. Doentes internados e falecidos na Santa Casa de Misericórdia de Uberaba, 1944-1947.

| Ano | Doentes internados | Doentes falecidos | % por ano |
|---|---|---|---|
| 1944 | 901 | 100 | 11 |
| 1945 | 945 | 87 | 9,2 |
| 1946 | 1000 | 81 | 8,1 |
| 1947 | 1357 | 76 | 5,6 |

Fonte: Bilharinho, 1982, p. 500.

A equipe de professores e alunos da Faculdade de Odontologia assumiu a assistência dentária da Santa Casa em 1949. No decorrer de 1950, foram internadas 1.634 pessoas vindas de 96 cidades de cinco estados. O pavilhão de isolamento para portadores de moléstias infecciosas foi inaugurado em junho de 1951. Em abril de 1953, dissipados os recursos financeiros com o elevado número de assistidos, o saldo da Santa Casa era devedor. Diante desse contexto, foi cogitada a possibilidade de a instituição se tornar o hospital da FMTM, dada sua proximidade com o prédio da cadeia pública, então em reforma para abrigar o curso de Medicina. Para tanto, a Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, na figura de seu presidente à época, Lauro Savastano Fontoura, elaborou proposta de convênio entre as duas entidades; por razões políticas, a proposta foi arquivada. Bilharinho (1982, p. 510) fez referência a essa situação: disse que "ficou comprovada a vontade expressa da facção dominante no Conselho da Santa Casa de liquidar a Faculdade nascente, não se lhe concedendo o uso do único hospital em condições de servir-lhe de sustentáculo".

Após numerosas tentativas de políticos e abnegados voluntários de reabilitar a saúde financeira da Santa Casa, ao final de 1956, a situação se

tornou insustentável. Conforme disseram Fidélis Reis e Lauro Fontoura, segundo transcrição de Bilharinho (1982, p. 524),

> Não conseguimos manter o que Frei Eugênio realizou há cem anos e o Dr. José Ferreira soube, através de um trabalho constante de muitos anos, dar continuidade. A sua manutenção seria, com certeza, a maior homenagem que se poderia prestar às suas memórias e a que mais falaria às suas almas luminosas e puras de bem aventurança eterna.

Com a pressão da sociedade sobre o poder público, a prefeitura obteve recursos financeiros do estado para construir um hospital de clínicas e pronto-socorro. Após reuniões entre diretores da Santa Casa e do Executivo, acordou-se pela sua transferência à administração municipal por meio de convênio e pela criação de uma fundação para geri-la. À mercê dessa situação política, as irmãs se decidiram pela sua retirada da Santa Casa cinco dias antes da assinatura do convênio, com autorização do bispo local. Sem profissionais para os serviços de enfermagem, a instituição foi fechada outra vez, em 4 de janeiro de 1957.

Inconformados com a situação, alunos e professores da FMTM buscaram articulação política para que a Santa Casa se transformasse no hospital-escola do curso de Medicina e dos cursos da área da saúde. E assim ocorreu. Em pouco tempo, o jornal *Correio Católico* de 12 de março de 1957 publicou a seguinte notícia:

> Foi assinado, às 19:35 horas de ontem, na residência do Dr. Lauro Savastano Fontoura, o convênio entre a Fundação Arthur de Melo Teixeira e a Faculdade de Medicina, para utilização por este estabelecimento de ensino, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Mediante tal convênio, a Faculdade de Medicina poderá servir-se da Santa Casa de Misericórdia, para os estudos práticos de seus alunos. Os acadêmicos de medicina participarão ativamente de todos os departamentos médicos do nosocômio, inclusive do Pronto Socorro. O convênio foi assinado por parte da Fundação, pelo prefeito da cidade, Sr. Arthur de Melo Teixeira. (Correio Católico, 1975b, p. 6)

Em meio a tantas disputas políticas, é importante explicar essa articulação. Eis o quadro: prefeito e Lauro Savastano Fontoura eram

do PSD, enquanto a Santa Casa estava sob o controle administrativo de filiados da UDN, contrários à entrada dos alunos de Medicina em suas dependências desde o início. De tal modo, houve situações de desgaste, desconforto e constrangimento na visita que inspetor do MEC fez *in loco* para criar a FMTM. Pressionados, os dirigentes udenistas se conscientizaram dos eventuais prejuízos à maioria da população. Concordaram, então, com o convênio entre Santa Casa e FMTM. Em 16 de março de 1957, ela voltou a receber e cuidar dos "infelizes", em detrimento das disputas políticas, tidas como prejudicial ao desenvolvimento do município.

> Contudo, segundo afirma Bilharinho (1982, p. 529–30), alijados pela mesma politicagem, da fundação da Sociedade Escola de Medicina, os udenistas com ela não colaborariam. Agora, estando a Faculdade e a Fundação sob direção única – o Dr. Lauro Savastano Fontoura era o presidente de ambas –, os acadêmicos passariam a dispor do indispensável Hospital de Clínicas. Foi o que sucedeu. As primeiras turmas de médicos aqui diplomados, sobretudo a primeira, não obstante à míngua de instalações condignas, é construída por colegas que, sem distinção, são profissionais competentes.

Os acadêmicos de Medicina passaram a frequentar assiduamente todos os serviços do hospital. Em levantamento estatístico realizado no fim de 1957, têm-se os seguintes números de atendimento hospitalar: 451 cirurgias, 3.600 atendimentos ambulatoriais, 1.202 hospitalizados, 765 atendimentos em pronto-socorro, 455 pacientes internadas na maternidade, sendo 158 gestantes. Com a participação dos professores e alunos da FMTM, nesse mesmo ano foi criado um centro de estudos no hospital que passou a ofertar cursos de especialização ministrados por médicos da cidade e outros convidados de renome, com assiduidade e participação dos estudantes; dentre outros, houve cursos de Medicina e Cirurgia da Urgência, Abdome Agudo em Geral, Acidentes Alérgicos.

O entrosamento entre a Santa Casa e Faculdade de Medicina não evitou problemas financeiros com despesas necessárias e as receitas, que não eram capazes de cobrir tais despesas. Continuaram, portanto, a ser uma preocupação para os diretores. Em reunião, a congregação da FMTM tratou dessa situação, conforme expresso em fragmento da ata da reunião, replicado a seguir.

> Com relação ao problema do Hospital das Clínicas, informou que dias antes foi abordado por elementos ligados à Provedoria daquele nosocômio, que propuseram a entrega do seu patrimônio hospitalar à Faculdade, como solução ideal para a continuidade e cumprimento de suas finalidades. Pediu que a Congregação se manifestasse a respeito. Vários professores expuseram o seu ponto de vista, sendo, porém, unânimes em corroborar a tese da provedoria, ficando, ainda, favorecidos o ensino e a Faculdade, pois que com a federalização à vista as verbas destinadas a hospitais serão maiores e recebidas com regularidade. Sugeriu-se que para estudar o assunto fosse organizada uma comissão de professores. Finalmente, foi deliberado que os membros do CTA, em reuniões informais, discutissem e estudassem a solução do problema (FMTM, 1960).

Alguns anos mais tarde, a Santa Casa seria incorporada de vez ao patrimônio da Faculdade de Medicina. É imprescindível ressaltar a importância do trabalho desenvolvido por seus alunos, por meio do centro acadêmico – adensado pelos professores –, de sensibilização das autoridades governamentais quanto à necessidade de a FMTM ter um hospital-escola federalizado. As implicações diretas estavam relacionadas à dotação orçamentária tendo em vista melhorias e o adequado aparelhamento do hospital, para a realização da parte prática clínico-cirúrgica do currículo do curso de Medicina. Segundo Bilharinho (1982, p. 562), esse trabalho incluiu a distribuição da seguinte nota à população uberabense:

> O Centro Acadêmico Gaspar Viana, órgão que congrega e assiste os discentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, faz saber aos seus associados e ao povo em geral que hoje, às 13 horas, foi assinado em Brasília, pelo Presidente da República; chefe da Casa Civil, ministro Rondon Pacheco e os delegados deste Centro Acadêmico, Mário Miranda e Célio Araújo, o Decreto de Federalização da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba, tendo como patrono do referido ato o Sr. Rondon Pacheco. Hoje é um dia histórico para Uberaba e região; dia este que marcará a total emancipação do ensino médico em Uberaba. O movimento reivindicatório, encetado pelos discentes da Faculdade de Medicina, alcançou o seu objetivo porquanto a luta por um Hospital das Clínicas já vem de longos anos. Hoje poderemos equiparar-nos às melhores Faculdades de Medicina do País. Parabéns Uberaba!... a) – J. Zenuir Messias – Presidente. Uberaba, 08 de junho de 1967.

O conselho da Santa Casa foi favorável a essa transação, pois a conclusão da maioria de seus membros foi de que, como obra assistencialista que sobrevivia da caridade, a instituição não tinha mais condições de existir. Isso fica patente no relato do conselheiro Alberto de Oliveira Ferreira, replicado por Randolfo Borges Júnior (1983, p. 11):

> Aproveitemos a ingenuidade e a irresponsabilidade deste Ministro e entreguemo-lo todo este acervo, porque não temos recursos, nem onde buscá-los, para sustentação da Santa Casa. Encerrada a discussão e posta a matéria em votação, verificou-se a aprovação por unanimidade, que autorizava o provedor doar sem ônus para a União, o Hospital de Misericórdia, o Ambulatório Maria da Glória e o terreno medindo 19 mil metros quadrados.

Em 1967, o hospital da Santa Casa e seu terreno – 19 mil metros quadrados de área útil – foram agregados ao patrimônio do MEC e ficaram sob a administração da FMTM.

### 2.6 Prédio da penitenciária de Uberaba

De acordo com informações do Plano Decenal de Educação de Uberaba (2007), o antigo prédio da penitenciária de Uberaba, ocupado pela FMTM desde 1954, foi construído nos anos 1910 (há apontamentos de que em 1911 já se encontrava pronto). A prisão foi criada em reposta a um anseio antigo dos moradores, uma vez que a cidade e região eram violentas: havia disputas de toda ordem. Essa instituição penal era considerada como uma das mais modernas do interior.

O prédio está localizado na parte frontal de um terreno medindo 5.205,55 metros quadrados. Cercava o terreno um gradil intermediado por colunas de alvenaria. Foi edificada em dois pavimentos, com quase 1,9 mil metros quadrados de área construída. O historiador Hildebrando Pontes (1978) afirma ter sido o primeiro prédio da cidade a fazer uso de cimento armado. A construção seguiu a direção do engenheiro Nicodemos de Macedo. A capacidade era para 80 presos divididos em quatro dormitórios (Pontes, 1978). A frente é voltada para a praça Manoel Terra e o mercado municipal, enquanto as laterais se voltam para as ruas do Carmo e Madre Maria José. A estrutura física se destaca com paredes de 60 centímetros de largura e colunas imponentes, com paredes de alvenaria e pedra

Figura 14. Penitenciária de Uberaba, 1917.

Fonte: Almanaque de Uberaba (1917).

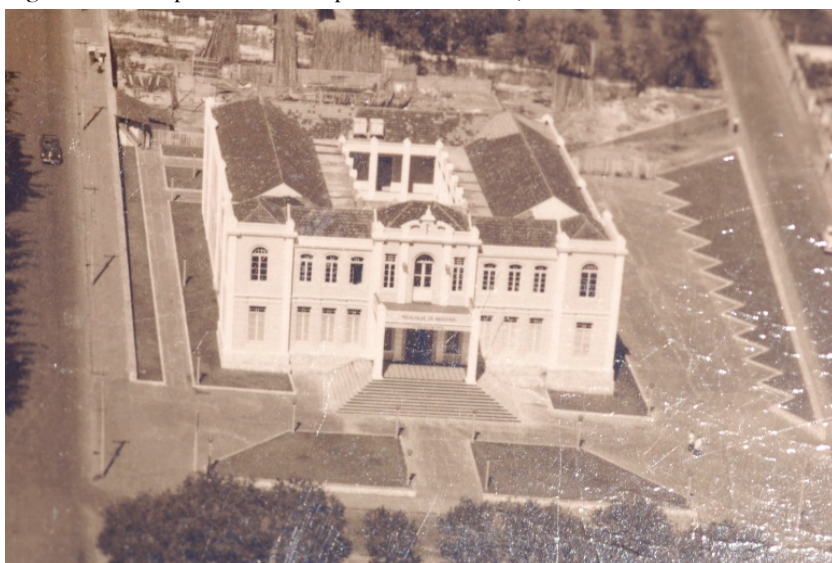
tapiocanga, também usada no muro que delimitava o terreno na parte frontal, conforme se observa na figura a seguir[15]. Como essa estrutura e esse material não permitem muitas transformações, seus traços arquitetônicos se preservaram. À direita funcionavam oficinas de alfaiataria e sapataria, e à esquerda ficava a delegacia, com acomodações para presos e "praças" que vigiavam o presídio. No pavimento térreo, estava localizada a portaria (entrada).

A edificação teve planta assinada pelo arquiteto italiano Luigi Dorça e execução a cargo de Miguel Laterza, também italiano. A planta simétrica, de formato quadrangular, circunscreve um pátio interno cujo centro é ocupado por um espelho d'água. Há uma área de circulação interna que dá acesso às salas, contemplando os quatro lados da edificação. Conta-se que na época da doação havia um porão elevado com aberturas de ventilação, que deve ter sido aterrado na época da construção do piso atual.

[15] Pedra típica do cerrado na região de Uberaba, a tapiocanga é relativamente fácil de ser esculpida. Daí ser bastante usada em construções. A concentração de ferro a deixa com aspecto avermelhado.

Figura 15. Prédio da FMTM, 1954.

Fonte: Arquivo digital do Serviço de Fotografia – Comunicação Social UFTM.

Figura 16. Vista panorâmica do prédio da FMTM, 1995.

Fonte: Fonte: Arquivo digital do Serviço de Fotografia – Comunicação Social UFTM.

O prédio da penitenciária de Uberaba[16] foi projetado de acordo com esquemas de disciplinamento, controle e dominação em voga para os presidiários. No pátio interno, a luz penetrava de forma intensa e as paredes grossas serviam de refúgio contra fugas. Esses princípios estão diretamente relacionados com a arquitetura denominada panóptica (ver sem ser visto), origem de sofisticados sistemas de vigilância. Seu precussor foi Jeremy Bentham, jurista e escritor que propôs, em 1787, *The panopticon* (o panóptico): construção baseada no princípio da vigilância generalizada e na rigorosa disposição dos espaços físicos. Tratava-se de um princípio da arquitetura, e não somente do sistema prisional em si:

> Ideia de um novo princípio de construção aplicável a qualquer sorte de estabelecimento, no qual as pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspeção, em particular às casas penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas para pobres, manufaturas, hospícios, lazaretos, hospitais e escolas. (Bentham, 2008, p. 15).

Dessas acepções pode-se inferir que a adaptação do prédio prisional para funcionamento de uma instituição educacional exigiu poucas alterações, visto que numerosas escolas projetadas no país nas primeiras décadas do século XX seguiram os princípios daquela arquitetura. Firmou-se consenso de que os estudantes também deveriam permanecer sob constante vigilância.

Em 27 de julho de 1953, o Legislativo aprovou a doação do prédio feita pelo governador de Minas Gerais – então Juscelino Kubitschek de Oliveira – à recém-fundada Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro para que se instalasse a FMTM. Dentre os argumentos pró-doações estavam a localização central e próxima à Santa Casa de Misericórdia, a estrutura e a beleza arquitetônica do prédio. Assim, teve origem a frase que teria sido pronunciada pelo governador: "Ainda transformarei esta cadeia numa grande Faculdade de Medicina" (UFTM, 1997, p. 6).

Para abrigar o curso de Medicina, foram necessárias numerosas obras de adaptação – de penitenciária para instituição de ensino –, que se

[16] Esse prédio foi tombado pela Lei Municipal 5.346, de 19 de maio de 1994, que autorizou o Poder Executivo a realizar o tombamento do prédio primitivo da FMTM, que hoje faz parte do patrimônio histórico da cidade de Uberaba.

estenderam até 1956. Na parte da entrada central, em relevo, foi colocada uma serpente – símbolo da medicina. As demais adaptações ao longo dos anos restringiram-se a divisões internas que não alteraram características básicas da edificação. A reforma mais significativa foi coordenada por uma comissão constituída por professores e estudantes liderados pelo professor Mauritano Rodrigues Ferreira e pelo CAGV, que carinhosamente denominou o movimento de Operação Med. A construção de um pórtico na entrada do prédio e das escadarias que o rodeiam pelos três lados foi a alteração mais significativa, mas em integração harmoniosa com a construção anterior (Figura 16).

Nesse prédio e nos três blocos construídos na parte ociosa do terreno – conhecido como *campus* 1 da UFTM –, constituído por uma área de 5.529,75 metros quadrados (UFTM, 1997, p. 10), funcionam salas de aula e laboratórios para atender às disciplinas biológicas da área curricular básica dos cursos de saúde. No *campus* funciona ainda a parte administrativa do Centro de Graduação em Enfermagem, do Instituto de Ciências Biológicas e Naturais, do Centro de Formação em Saúde e as salas dos diretórios acadêmicos dos cursos da UFTM.

* * *

# III

# Quadro docente e matriz curricular: os alunos e a federalização da FMTM

Ama esta casa, pensa nela como se fora outra casa de teus pais.

— RANDOLFO BORGES JÚNIOR

Procurei transigir quando me pareceu oportuno e justo. Lutei sempre pelos meus pontos de vista, quando julgava que eram benéficos à Faculdade. Se muitas vezes venci, muitas também fui vencido. Nunca traí os meus elevados ideais, a minha fé nos destinos superiores da Escola que, juntos, nós todos fundamos e mantivemos.

— MOZART FURTADO NUNES

Tudo farei que estiver ao meu alcance para federalizar esta escola, pois ela é a menina dos meus olhos.

— JUSCELINO KUBITSCHEK

> A tradicional missa do cadáver desconhecido projeta uma grande mensagem: totaliza os mortos, revitaliza o espírito profissional, aguça a responsabilidade dos homens. Que a lição dos mortos não seja inútil aos vivos.
>
> — MONSENHOR JUVENAL ARDUINI

> Para lidar com a Anatomia é preciso disciplina, respeito, responsabilidade e assiduidade, além do mais importante que é gostar.
>
> — OLAVO DE ANDRADE

Realizadas as investigações sobre a criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), cabe enfocar agora o processo de recrutamento dos primeiros professores, a organização curricular, as alterações provocadas pelas condições concretas de implantação do curso de Medicina, conhecer ainda o perfil dos alunos do período enfocado na pesquisa aqui descrita e, por fim, as batalhas travadas pelo diretor da FMTM, por professores, alunos e demais autoridades em prol de sua federalização.

**3.1 Estratégias de recrutamento dos primeiros professores**

A apresentação do trabalho empreendido pelo diretor da FMTM em busca dos primeiros médicos especializados para assumir a docência na Faculdade se vale de seu relato integrante de documento constante nos arquivos da FMTM de 1997. Também as atas das reuniões da congregação da Faculdade trouxeram informações importantes sobre a constituição completa do corpo docente do curso de Medicina no decorrer da sua implantação.

Em meados da década de 1950 não havia em Uberaba médicos especializados para ocupar todas as cadeiras previstas no currículo do curso de Medicina. De fato, os professores – relacionados no Anexo II – assinaram um termo de compromisso, mas quando as aulas iniciaram, em 1954, alguns deixaram de assumir suas cadeiras, apresentando justificativas aceitáveis pelo diretor.

A cadeira – ou cátedra – era definida como unidade operativa de ensino entregue à responsabilidade de um professor denominado catedrático. De acordo com Veiga (2007), o Estatuto das Universidades Brasileiras definiu que o corpo docente de faculdades e universidades seria composto por professores catedráticos, os titulares das cadeiras.[1] No Brasil, os privilégios do professor catedrático adquiriram feição histórica, apresentando-se tal regime como núcleo central das instituições universitárias. Além disso, a ideia de cátedra contida naquele estatuto ganhou força nas constituições federais de 1934 e 1946. A Carta de 1946, em seu artigo 168, disciplinava que:

> A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: VI – para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade; VII – é garantida a liberdade de cátedra. (Brasil, 1946).

Embora a Constituição prescrevesse concurso de provas e títulos para contratar professores, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) abriu precedente para que todos os indicados para a FMTM fossem considerados contratados ou interinos, até a realização de concursos públicos. O provimento para o cargo de professor catedrático sem concurso estava previsto na Carta Magna como exceção, ou seja, quando se tratasse de "profissional insigne que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevância, ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor" e aprovado por dois terços da congregação (Brasil, 1946).

Decorrida a primeira nomeação (os dez anos iniciais), o professor catedrático poderia se recandidatar ao cargo – neste caso, passaria por concurso de títulos. Se reconduzido, adquiriria garantias de vitaliciedade e inamovibilidade (Brasil, 1946, art. 58–59). Infere-se que o diretor da instituição se valeu dessa brecha da legislação para compor o corpo docente. Cada cátedra disporia dos equipamentos mínimos necessários à efetivação e ao desenvolvimento do curso, a exemplo de laboratórios equipados, biblioteca, instrumentos etc.

Como já registrado, a insuficiência de médicos na cidade com perfil e experiência para assumir a docência impôs a necessidade de buscar

---

[1] A cadeira teve origem nos cursos superiores do período imperial e correspondia a uma ou mais disciplinas assumidas por um professor, cuja nomeação se dava por concurso público.

professores nos grandes centros urbanos. Com tal responsabilidade que lhe foi delegada, o diretor assim se manifestou:

> Quando aceitei a incumbência de organizar e dirigir a Faculdade, impus uma condição: carta branca para constituir o corpo docente e liberdade de ação. Condição aceita. A responsabilidade era e é toda minha. Um dos médicos mais antigos de Uberaba, eu me sentia com conhecimentos relativamente a todos os colegas e tinha a pretensão de conhecer-lhes as aptidões e tendências. Comecei o meu trabalho de convites. Não considerei amizades, simpatias ou antipatias. Não tinha nem tomei conhecimento de cores políticas. Admito que tenha cometido muitos erros; sempre, porém, imbuído da maior vontade de acertar. (FMTM, 1997, p. 9).

Para esse fim, o diretor fez viagens para as capitais mais próximas, especialmente Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Constatou-se que, nesse processo de procura por professores para a FMTM, a indicação de médicos com suposta “capacidade técnica e intelectual” para o trabalho de ensinar foi favorecida, de forma geral, pelos mestres catedráticos das faculdades de Medicina daquelas cidades. A primeira viagem foi a Belo Horizonte, em busca de docente para a cadeira de Histologia. De acordo com a informação encontrada nos documentos, com a ajuda do professor Luigi Bagliolo, da Faculdade de Medicina de Minas Gerais, foi indicado o professor Edmundo Chapadeiro. Para assumir a cadeira de Anatomia, foi contratado Olavo Soares de Andrade. Além disso, o diretor convencera seu irmão, Allyrio Furtado Nunes, a se mudar de Goiânia para Uberaba e assumir a cadeira de Química. Esses professores permaneceram na faculdade até se aposentarem. Salles Jesuino aceitou o convite para integrar o grupo das cadeiras básicas e assumiu a cadeira de Fisiologia até 1958, quando esta se agrupou à cadeira de Anatomia.

Liberato J. A. Di Dio, professor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e médico influente na área, foi encarregado, pelo professor Renato Locchi, da Faculdade de Medicina de São Paulo, a contribuir para a FMTM. Destacou-se como colaborador na instalação da faculdade uberabense. Graças ao seu empenho vieram, do Rio do Janeiro, César Pinto, Francisco Mauro Guerra Terra e Pedro Falcão, porém somente Francisco Mauro assumiu a cadeira de Neurocirurgia; os demais não constam nas relações de docentes da FMTM. Por sua indicação, de São

Paulo veio Homero Pinto Valada, para ser titular da cadeira de Clínica Psiquiátrica. Na mesma época, de Belo Horizonte, o diretor da FMTM trouxe Josefino Aleixo, para a cadeira de Clínica Dermatológica e Sifilográfica. Da cidade vizinha de Uberlândia, Eduardo Velloso Viana aceitou o convite para assumir a cadeira de Oftalmologia. Para titular da cadeira de Otorrinolaringologia, foi convidado Aziz Miguel Hueb, médico na cidade. Por fim, o diretor convenceu o então colega uberabense Edelweiss Teixeira, inspetor de ensino do MEC, a se juntar ao grupo de desbravadores do ensino médico em Uberaba e assumir a cadeira de Higiene. "As aulas de Filosofia, acrescidas ao currículo obrigatório, foram ministradas pelo Exmo. Sr. Prof. Cônego Juvenal Arduini, com a maior normalidade" (FMTM, 1955). Essa cadeira tratava dos aspectos de formação filosófica e humanista do currículo.

Diante do exposto, pode-se entender que os critérios de admissão dos professores foram informais e personalizados, baseados na recomendação de médicos e/ou professores influentes, ou seja, sem concurso público, sem entrevistas e sem análise de currículo. O convívio de Mozart Furtado com seus mestres do Rio de Janeiro proporcionou-lhe uma visão ampliada da necessidade de garantir que alguns docentes se dedicassem ao curso em tempo integral. Em primeiro lugar, porque seria difícil contratar professores auxiliares, por falta de recursos financeiros; em segundo, porque se dedicariam não só às aulas, mas também à realização de pesquisas de relevância para a projeção e notoriedade de uma faculdade de Medicina localizada no interior do país.

Como se pode deduzir dos contatos realizados durante as viagens do diretor, na década de 1950 havia poucos professores especializados com disponibilidade e vontade de se dedicar à docência integralmente e de mudar de domicílio. Ainda assim, sabe-se que Edmundo Chapadeiro, Olavo Soares de Andrade e Allyrio Furtado Nunes assumiram suas cadeiras em dedicação integral; depois se somou a eles Mauritano Rodrigues Ferreira. Há registros de que a criação desse regime docente de dedicação integral, de fato, projetou a FMTM entre as faculdades de Medicina do país. Também abriu caminhos para que a Fundação Rockefeller,[2] dos Estados

[2] A Rockefeller é uma fundação filantrópica, criada em 1913 por John D. Rockefeller, que ajuda países do mundo todo a solucionar problemas de saúde pública e distribuição de alimentos. Segundo seu fundador, suas conquistas foram "a profissionalização da saúde pública, o desenvolvimento da vacina da febre amarela, a 'revolução verde' na agricultura

Unidos, na pessoa de seu diretor na América do Sul, Robert Briggs Watson, realizasse investimentos financeiros na construção e no aparelhamento de laboratórios das cadeiras básicas. Sobre isso, Mozart Furtado esclareceu:

> Sim, meus senhores, ninguém de boa fé poderá deixar de compreender que o alicerce, a estrutura da nossa Escola repousa na existência do Tempo Integral. São estes quatro homens que sustentam o edifício que estamos construindo e são eles que representam a bandeira estendida, sobre a qual são lançadas, não a título de esmolas, mas como contribuição justa e merecida às dotações financeiras, que nos tem permitido avançar, melhorando nosso equipamento, planejar e construir novas acomodações. [...] o diretor da Fundação Rockefeller veio visitar a FMTM, e aí está, nos nossos laboratórios, o resultado de sua visita, fruto do Tempo Integral. (FMTM, 1997, p. 12–3).

Na visão de Teixeira (2005), fatos como esses caracterizaram a existência das escolas superiores profissionais com ensino universitário de excelência. Não por acaso, quando, em 1920, aglutinaram-se essas escolas sob o regime de universidade, só as de Medicina estavam em condições reais de participar desse projeto.

A ata da primeira reunião da congregação da FMTM, realizada no dia 25 de maio de 1954, registrou a participação dos conselheiros José Humberto Rodrigues da Cunha, Rubem Jácomo, Victor Mascarenhas, Cacildo Rodrigues da Cunha, Paulo Pontes, Juvenal Arduini, Olavo Soares de Andrade, Jorge Furtado, José de Paiva Abreu, Jorge Abrahão Azor, Eurípedes Garcia, Hélio Angotti, Jorge Antônio Frange, José Soares Bilharinho e Mozart Furtado. Nessa ata foi registrada a preocupação do diretor em dar ciência aos presentes sobre o andamento das contratações de docentes para as cadeiras básicas:

> o senhor Diretor fez uma rápida exposição dos seus trabalhos junto as autoridades do Ensino Superior. Falou sobre a colaboração que sempre contou por parte do Exmo. Sr. Dr. Jurandyr Zodi, D. D. Diretor do Ensino Superior, dos ilustres membros do Conselho Nacional de Educação, do Dr. Alaor Prata, grande amigo de Uberaba. Realçou também a decidida

---

da América Latina, da Ásia e da Índia e a formação de parcerias público-privadas para o desenvolvimento de novas vacinas" (Nascimento; Lemos, 2007).

> cooperação que vem encontrando por parte dos Exmos. Srs. Profs. Drs. Renato Locchi, de São Paulo e Luigi Bogliolo e Liberato Di Dio, de Belo Horizonte. (FMTM, 1954a, p. 1).

Texto assinado pelo ex-aluno Nelson de Assis e publicado na *Revista do Centro Acadêmico Gaspar Vianna*, por ocasião do 10º aniversário, em 1964, traz a relação dos primeiros professores do período 1954-1960:

> 1954 – *Anatomia* – Hélio Angotti (1º mês); Olavo Soares Andrade. *Histologia e Embriologia* – Rubem Jacomo (1º mês); Edmundo Chapadeiro. *Filosofia* – Pe. Juvenal Arduini. 1955 – *Anatomia* – Hélio Angotti (1º mês); Olavo Soares Andrade. *Histologia e embriologia* – pEdmundo Chapadeiro. *Filosofia* – Pe. Juvenal Arduini. *Química Topográfica* – Allyrio Furtado Nunes. *Física Biológica* – Jorge Abrahão Azôr. *Anatomia Topográfica* – Hélio Angotti. *Fisiologia* – Sales Jesuíno de Souza. [Em] 1956. Acrescentam-se aos professores de 1955: *Microbiologia* – Jorge H. M. Furtado. *Farmacologia* – José S. Bilharinho. *Parasitologia* – Ézio de Martino. *Clínica Propedeûtica Médica* – Randolfo Borges Júnior. [Em] 1957 Permanecem os mesmos professores de 1955/56 e acrescentam-se os das novas cadeiras do currículo: *Patologia Geral* – Antonio S. Freitas Júnior. *Clínica Médica I* – Mozart Furtado Nunes. *Clínica Cirúrgica I* – Hélio Angotti. *Anatomia Topográfica* – Adib Domingos Jatene. *Anatomia* e *Fisiologia Patológicas* – Edmundo Chapadeiro. *Clínica Dermatológica e Sifilográfica* – Josefino Aleixo. *Técnica Operatória e Cirurgia Experimental* – Eurípedes Garcia. *Clínica Propedêutica Cirúrgica* – Hélio Luiz da Costa. [Em] 1958 [ocorre] Alteração no currículo do curso: cadeiras mudam de nome e acrescentam-se várias cadeiras clínicas. *Anatomia Sistemática* – Olavo Soares Andrade. *Anatomia Topográfica* – Olavo Soares Andrade *Histologia e Embriologia* – Luigi Olivieri. *Inglês* – Hirilandes G. Moraes *Psicologia Médica* – Pe. Juvenal Arduini. *Bioquímica* – Allyrio Furtado Nunes. *Biofísica* – Jorge Abrão Azôr. *Fisiologia e Farmacologia* – Mauritano Rodrigues Ferreira. *Parasitologia e Higiene* – César F. Pinto. *Microbiologia e Embriologia* – Jorge Henrique Marquez Furtado. *Clínica Propedêutica Médica* – Randolfo Borges Júnior *Patologia Geral e Especial* – Edmundo Chapadeiro. *Técnica Operatória e Cirurgia Experimental* – Eurípedes Garcia. *Clínica de Doenças Infecciosas e Parasitárias* – Romes Cecílio *Clínica Propedêutica Cirúrgica* – Hélio Luiz da Costa. *Clínica Dermatológica e*

> *Sifilográfica* – Josefino Aleixo. *Clínica Cirúrgica* I – Hélio Angotti. *Clínica Médica I* – Mozart Furtado Nunes. Urologia – José de Paiva Abreu. *Clínica Cirúrgica II* – Carlos Smith. *Clínica Médica II* – Alfredo Sebastião Sabino de Freitas. *Clínica Obstétrica* – Fausto da Cunha Oliveira. *Medicina Legal* – Lauro Savastano Fontoura. *Clínica Pediátrica e Puericultura* – Humberto de Oliveira Ferreira. *Terapêutica Clínica* – Antonio Sabino de Freitas; *Clínica Psiquiátrica e Clínica Neurológica* – Homero Pinto Vallada. *Neurocirurgia* – Francisco Mauro Guerra Terra. *Cardiologia* – Ézio de Martino. *Endocrinologia* – Munir Sallum. *Clínica Ortopédica* – Álvaro Lopes Cançado. *História da Medicina* – Walter F. Prado. Em 1959 o corpo docente é o mesmo de 1958 com as seguintes alterações: *Histologia e Embriologia* – Edmundo Chapadeiro; *Higiene* – Edelweiss Teixeira; *Farmacologia* – Francisco Mauro Guerra Terra; *Clínica Oftalmológica* – Eduardo Veloso Vianna *Clínica Otorrinolaringológica* – Aziz Miguel Hueb. (FMTM, 1964, s. p.).

No primeiro ano letivo do curso, tiveram início três cadeiras, com exigência de três professores. Hélio Angotti, um dos fundadores, assumiu a cadeira de Anatomia provisoriamente, até a chegada de Olavo Soares Andrade. Não havia professores auxiliares nem assistentes para contribuir com os catedráticos. A contratação dos docentes ocorreu de forma gradativa, de acordo com a definição do currículo e/ou as alterações por causa dos ajustes necessários a uma instituição educacional em fase de implantação, onde havia muito a ser feito.

O horário do curso de Medicina se refere às três cadeiras ministradas para a primeira turma. Salientem-se as aulas concentradas no horário vespertino, de segunda-feira a sábado, talvez para que os alunos tivessem um período reservado aos estudos na biblioteca e à realização dos exames.

Dos 18 fundadores, Odon Tormim, Paulo Pontes e Mário Palmério não assumiram cadeiras no curso de Medicina, confirmando a informação de Mozart Furtado de que alguns apresentaram justificativas consentidas por ele. O Quadro 8 abaixo, com a relação nominal dos professores e funcionários contratados pela FMTM até 1960, foi fornecido pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Quadro 7. Horário do curso de Medicina do primeiro período letivo.

| Cadeira | Tipo de aula | Dia da semana | Horário |
|---|---|---|---|
| Anatomia | Teóricas | Segunda a sexta-feira | 13h às 14h |
| | Práticas | Segunda a sexta-feira | 14h às 15h |
| | | Sábados | 13h às 14h |
| Histologia e Embriologia | Teóricas | Segunda a sexta-feira | 16h às 17h |
| | Práticas | Sábados | 17h às 18h |
| | | | 14h às 15h |
| Filosofia | | Segunda a sexta-feira | 15h às 16h |

Fonte: A autora.

Quadro 8. Relação nominal de professores e funcionários da FMTM até 1960.

| Nome | Data de nascimento | Data de ingresso | Data da inatividade | Motivo | Cargo ocupado |
|---|---|---|---|---|---|
| Hélio Pucci | 5/3/1919 | 1º/3/1944 | 11/11/1998 | Falecimento | Professor 3º grau |
| Mauritano Rodrigues Ferreira | 16/3/1923 | 25/5/1945 | 8/6/1981 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Miguel Abdalla Tapxure | 31/1/1906 | 19/4/1948 | 5/8/1984 | Falecimento | Professor 3º grau |
| Maria Saphira Souto Ferreira | 9/11/1929 | 1º/6/1951 | 28/4/1980 | Aposentadoria | Enfermeira |
| Francisco Xavier Marques Madeira | 21/2/1932 | 4/4/1952 | 24/7/1987 | Aposentadoria | Odontólogo |
| Laerte Furtado | 22/11/1934 | 1º/5/1956 | 8/1/1968 | Falecimento | Assistente de laboratório |
| Walter Murta de Miranda | 9/7/1929 | 11/4/1957 | 15/12/2008 | Falecimento | Técnico de laboratório |
| Alfredo Sebastião Sabino de Freitas | 20/1/1911 | 21/12/1960 | 21/3/1980 | Falecimento | Professor 3º grau |
| Allyrio Furtado Nunes | 23/4/1905 | 21/12/1960 | 22/10/1976 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Álvaro Lopes Cançado | 8/2/1912 | 21/12/1960 | 19/9/1984 | Falecimento | Professor 3º grau |
| Aziz Miguel Hueb | 3/5/1928 | 21/12/1960 | 17/2/1993 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Edmundo Chapadeiro | 9/11/1924 | 21/12/1960 | 1º/7/1982 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Eduardo Velloso Vianna | 10/9/1914 | 21/12/1960 | 4/1/1995 | Falecimento | Professor 3º grau |
| Fausto da Cunha Oliveira | 4/9/1921 | 21/12/1960 | 3/8/1991 | Falecimento | Professor 3º grau |
| Francisco Mauro Guerra Terra | 13/7/1929 | 21/12/1960 | 6/8/1997 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Hélio Angotti | 20/7/1920 | 21/12/1960 | 9/1/1971 | Falecimento | Professor 3º grau |
| Homero Pinto Valada | 9/3/1917 | 21/12/1960 | 28/9/1984 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Humberto de Oliveira Ferreira | 3/6/1916 | 21/12/1960 | 9/2/1983 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Jorge Henrique Marquez Furtado | 31/8/1923 | 21/12/1960 | 15/3/1982 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Lauro Savastano Fontoura | 27/11/1903 | 21/12/1960 | 15/3/1968 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Olavo Soares de Andrade | 18/11/1922 | 21/12/1960 | 13/7/1982 | Aposentadoria | Professor 3º grau |
| Randolfo Borges Júnior | 8/10/1918 | 21/12/1960 | 10/6/1993 | Falecimento | Professor 3º grau |
| Romes Cecílio | 27/9/1914 | 21/12/1960 | 18/1/1983 | Aposentadoria | Professor 3º grau |

Fonte: UFTM (2015b).

Verifica-se que os nomes dos professores informados não correspondem, na íntegra, aos nomes constantes no quadro de docentes indicados no parecer do inspetor do MEC (vide Quadro 5 e Anexo II) ou aos nomes acima registrados no artigo da *Revista do Centro Acadêmico Gaspar Vianna*. O Quadro 8 sugere que as primeiras contratações aconteceram antes de iniciar o curso de Medicina, em 1954. Nesse caso, ante a falta de documentos que pudessem jogar luz sobre essas contratações, pode-se supor que fossem funcionários da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba cedidos depois à FMTM, em especial por causa da enfermeira e do dentista, pois a Santa Casa oferecia serviços de odontologia.

A única mulher relacionada no Quadro 8 era esposa de Mauritano Rodrigues Ferreira. Maria Saphira Souto Ferreira deixou o Rio de Janeiro com o marido quando ele aceitou o convite para ser professor do curso de Medicina. Como ela havia se graduado em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem da Universidade do Brasil, foi trabalhar na Santa Casa. Disse ela:

> Fui designada para o serviço de obstetrícia... meu trabalho incluía educação, prestação de serviços e supervisão. Procurava dar um tratamento personalizado, específico em enfermagem para a equipe. Não tínhamos recurso algum. Tudo era muito precário. A situação era muito delicada. Fui ensinando o meu pessoal bem devagar. As Irmãs tomavam conta de tudo. Mas embora elas tivessem muito boa vontade, não tinham conhecimento científico. (UFTM, 1997, p. 45).

Evidencia-se, também, na análise do Quadro 8, que 17 professores foram contratados pela FMTM em 21 de dezembro de 1960, após sua federalização, e só a deixaram por causa de aposentadoria e falecimento. Nesse período percebe-se uma alteração significativa na composição do quadro de professores. Uma das justificativas possíveis é que, com a realização de concursos públicos para efetivação dos professores contratados, alguns professores do curso não foram aprovados ou não tiveram interesse em continuar na instituição.

### 3.1.1 Monsenhor Juvenal Arduini, um padre professor no curso de Medicina

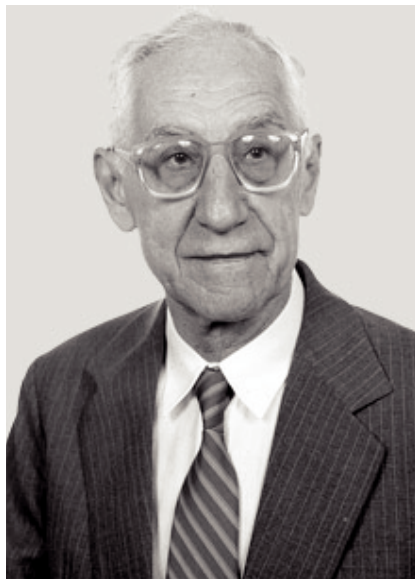
Monsenhor Juvenal Arduini[3] lecionou na FMTM até 16 de fevereiro de 1961. Assumiu as cadeiras de Introdução à Filosofia e Psicologia Médica, incluídas no primeiro ano do currículo do curso de Medicina por iniciativa do professor Mozart Furtado Nunes. Por supressão desse conteúdo curricular, o padre foi afastado das atividades docentes.

> O responsável pelo ensino, figura proeminente do clero na cidade, era também patrimônio valioso da cultura de Uberaba. Espírito compreensivo, bom e sincero, cedo haveria de se tornar ídolo da juventude estudiosa de Uberaba. O cônego Juvenal Arduini pela afinidade com as convicções de libertação e desenvolvimento nacional da juventude, também se constitui num dos seus mais autênticos líderes e mentores espirituais (FMTM, 1964, n.p.).

Sempre celebrando missas com os alunos, o monsenhor fez parte do curso desde o primeiro dia de aula. Em homenagem ao "cadáver desconhecido", foi celebrada por ele, em 2 de novembro de 1954, a primeira missa na sala de anatomia da sede da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Desde então, todos os anos a missa passou a ser celebrada no dia 2 de novembro no recinto da escola. Nas palavras de Arduini (FMTM, 1997, p. 41),

> Foi quebrado um costume. É que as missas eram sempre celebradas pela manhã. E a universitária era às 17 horas, na Catedral. Outra coisa que mudamos era quanto às missas rezadas em latim. Continuamos fazendo isso. Só que eu rezava em latim, sem o microfone, e o orador traduzia em português, no microfone.

[3] Juvenal Arduini nasceu em Conquista, MG, em 1919. Entrou para o seminário aos 13 anos de idade. Foi ordenado padre em 1942. Começou seu trabalho na área de saúde em Uberaba no ano de 1954, quando passou a prestar assistência religiosa na Santa Casa. Em 1960, foi morar no Hospital São Domingos, onde ficou até sua morte, em 14 de outubro de 2012, aos 94 anos de idade. Trabalhou com as irmãs dominicanas no hospital. Dentre o trabalho realizado optou-se por destacar: em 1949, foi professor fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino; em 1954, professor fundador da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro; em 1956, professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio; em 1966, professor fundador da Faculdade de Ciências Econômicas; em 1973, professor da Faculdade de Integradas de Uberaba (Fiube); e, em 1975, um dos professores fundadores da faculdade de Zootecnia.

Figura 17. Monsenhor Juvenal Arduini.

Fonte: Jornal da Manhã (2013).

Arduini fazia questão de ressaltar aos alunos que as missas que celebrava eram uma lição eterna de humanismo: eram rezadas em favor daquelas criaturas cujo corpo rijo e frio era capaz de ensinar. Não fossem os cadáveres desconhecidos, os acadêmicos estariam privados de mestres eficientes.

Em função disso, afirmava que a seu ver a missa tinha "um tríplice significado. Um sentido teológico, um sentido profissional e um sentido social" (FMTM, 1964, s.p.). O sentido teológico estava na crença da Igreja Católica de que o homem não termina sua caminhada aqui. Assim, rezava-se pela redenção dos cadáveres no sentido profissional, pois a medicina era vista pela Igreja como atividade profundamente humana. "É necessário um esforço indormido para impedir que a medicina sofra um esvaziamento nocivo, perdendo o conteúdo humano, psicológico de que é portadora" (FMTM, 1964, n. p.). Dessa forma, a missa era capaz de impregnar o profissional médico do humanismo, ensinando o respeito aos mortos para que aprendessem a respeitar os vivos; e no sentido social, pois a existência de cadáveres desconhecidos mostrava a realidade

social da total miséria de bens materiais. Assim, os acadêmicos teriam a oportunidade de refletir sobre o fato de que, além de rezar pelos pobres e indigentes, existiam outras formas de contribuição para minimizar os problemas sociais.

Nos primeiros anos da FMTM, quando ainda não existiam as dependências esportivas, Juvenal Arduini cedia aos estudantes a quadra do Seminário de Uberaba, do qual era diretor. Muitas vezes escutou comentários irônicos dos padres que lá residiam, como: "lá vem o Juvenal com aquele bando de rapazes para fazer algazarra aqui!" (UFTM, 1997, p. 41).

### 3.2 Organização curricular da graduação em Medicina

O modelo de ensino estabelecido nas primeiras escolas médicas brasileiras foi o das universidades europeias, especialmente da Universidade de Coimbra, após a reforma pombalina.

> o aspirante à carreira médica deveria saber falar latim, ter conhecimento do grego, de filosofia moral e racional, e manejar as línguas francesa e inglesa, facultativamente. Cursaria, então, as matérias das Faculdades de Filosofia e Matemática, matriculando-se, após exames, no curso de medicina, composto de cinco cadeiras, uma em cada ano: matéria médica e farmácia; anatomia, prática das operações e arte obstétríca; instituições (teoria médica) com a prática da medicina e da cirurgia no hospital; aforismos (de Hipocrates e de Boerhaave) e continuando com a prática no hospital; prática da medicina e da cirurgia no quinto e último ano, findo o qual submetia-se a exames [...]), recebendo, se aprovado, o grau de "Bacharel em Medicina e Cirurgia". Para obter os títulos de "licenciado" e de "doutor", cumpria a repetição, por mais um ano, das cadeiras de instituições e aforismos, e defesa de tese, no último caso. (Santos Filho, 1980, p. 291).

O decreto de fundação do ensino médico na Bahia, à luz desse modelo curricular médico-europeu, mostra algumas instruções:

> O professor de cirurgia dará as lições no verão pelas sete horas da manhã, no inverno pelas oito, as quais durarão hora e meia, três quartos para tomar as ditas lições explicadas no dia antecedente e outros três para a

> nova explicação e o curso cirúrgico deve durar quatro anos. He de lei, os quaes terminados poderão passar as certidões competentes, declarando se o Discípulo está capaz de fazer o seu exame e de dignamente encarregar-se da saúde publica e tudo com juramento dos Santos Evangelhos. (Pereira, 1923, s.p.).

Santos Filho (1980) reitera que os professores das duas escolas nacionais de medicina (Bahia e Rio de Janeiro) ministravam uma ciência teórico-livresca, pois eram escassos os meios materiais e econômicos necessários à pesquisa, à experimentação, à verificação, assim como eram insuficientes e rudimentares as instalações e a aparelhagem.

Entretanto, a medicina – dizia Anísio Teixeira (2005) –, por ser ela própria, acima de tudo, uma prática e uma arte, lentamente escapou a esse tipo de ensino oral e se fez, também aos poucos, de formação com prática hospitalar. A lei de 9 de setembro de 1826 outorgou às escolas médicas o direito de conferir cartas de cirurgião e de médico a alunos por elas formados. Em 1828, a lei foi ampliada: passou a determinar que só médicos diplomados pudessem clinicar. Desapareciam, então, as "cartas de licenciamento".

Outra reforma para os currículos dos cursos de Medicina foi realizada em 1832, por ato da Regência Trina. As escolas passaram a ser denominadas faculdades – respectivamente: Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade de Medicina do Rio do Janeiro – e adotaram normas e programas da Escola Médica de Paris (Oliveira, 2007) com o direito exclusivo de conceder os títulos de Doutor em Medicina, abolindo-se o de Sangrador. Foi essa lei, como se lê em Oliveira, que promoveu a transformação do ensino médico e criou entusiasmo pelo estudo de medicina.

A medicina tinha a doença como cerne de suas preocupações. Daí que a intervenção terapêutica se centrava na cura da doença, por meio de drogas e cirurgias. Para tanto, a duração do curso de Medicina foi estendida para seis anos e o currículo reestruturado para ter 19 cadeiras. O egresso passou a deter, além da formação clínica, conhecimentos operatórios, com a inclusão da cadeira de Medicina Operatória na organização curricular do curso. O objetivo era atender a esse novo perfil, embora a separação entre cirurgião (operatório) e médico (clínico) só tenha ocorrido em 1848.

Quadro 9. Seriação e distribuição de cadeiras do curso médico-cirúrgico de escolas médicas, 1832.

| Série | Cadeira |
|---|---|
| 1ª | Física Médica, Botânica Médica e Princípios Elementares de Zoologia |
| 2ª | Química Médica e Princípios Elementares de Minerologia, Anatomia Geral e Descritiva |
| 3ª | Anatomia, Fisiologia |
| 4ª | Patologia Externa, Patologia Interna, Farmácia, Matéria Médica, Terapêutica e Arte de Formular |
| 5ª | Anatomia Topográfica, Medicina Operatória e Aparelhos, Partos,<br>Moléstias de Mulheres Pejadas e Paridas e de Meninos Recém-nascidos |
| 6ª | Higiene e História da Medicina, Medicina Legal |

Fonte: Cintra (2010, p. 26).

O aumento da demanda por assistência médica à população crescia concomitantemente ao aumento populacional, o que determinou a mudança do perfil do médico formado no fim do século XIX. Nas faculdades de medicina, o Decreto 8.024, de 12 de março de 1881, criou o curso prático e desdobrou as cadeiras clínicas, enquanto o Decreto 8.918, de 31 de março de 1883, regulou os estudos práticos nos laboratórios das faculdades de Medicina do Império. Os decretos se tornaram conhecidos como Reforma Saboia.

Esse currículo iniciado na República teve reformas sucessivas que levaram a um distanciamento da influência europeia, substituída aos poucos pela escola dos Estados Unidos. Como modificações principais, nas faculdades de Medicina foram instituídos os estudos laboratoriais das disciplinas clínicas, expressão da luta dos profissionais dessa área pela redefinição da cientificidade médica, bem como pela valorização da pesquisa científica (experimentação) e do papel do docente na formação dos profissionais médicos. Esse processo resultou na introdução da medicina experimental e das clínicas especializadas, forçando professores e alunos a atuar nas unidades hospitalares.

Ao fim do século XIX, a medicina no Brasil experimentou o impacto direto da tecnologia com a descoberta, em 1895, do aparelho de Raios X e a instituição da microbiologia. O governo passou a incentivar serviços sanitários nos grandes centros urbanos e a pesquisa. Para isso, foram criados os institutos e laboratórios de pesquisas. O cuidado médico desviou-se, de vez, do foco do doente e da recuperação de seu equilíbrio (levando em conta o meio externo e suas características individuais), para buscar o agente da doença a ser tratada com drogas.

Pode-se compreender, com base nos estudos realizados por Amaral (2007), que continuou a permanecer o papel central da União por meio da legislação sobre a organização interna das instituições de ensino superior, inclusive com prescrição de currículos e conteúdos para os cursos. Para as faculdades de medicina, os novos estatutos elaborados com a participação de alguns professores (Decreto 9.311, de 25 de outubro de 1884) e a criação da cadeira de Medicina Legal (Decreto 9.360, de 17 de janeiro de 1885) completaram o cenário de mudanças no ensino médico ao fim do século XIX. Cabe destacar o início da preocupação dos professores médicos com a forma e o conteúdo dos conhecimentos curriculares como marco do final desse século. Percebeu-se que havia necessidade de doutores com mais habilidades práticas. Em relação ao assunto, Amaral (2007, p. 44) salientou que, "A partir dos anos 1870/1880, já se percebe uma preocupação com a prática da medicina, com um ensino mais prático, voltado para a experimentação, com a criação de Laboratórios e gabinetes, para instrumentalizar o profissional de forma mais ampla e não estritamente teórico como era antes".

No florescer do século XX, o conhecimento médico continuou a ter transformações, motivadas pelo uso cada vez maior, embora ainda lento, da tecnologia nas atividades em cada área de trabalho. E, ainda, pelo movimento de especialização do conhecimento nas áreas produtivas e de serviços. O estado, aos poucos, foi deixando sua postura contemplativa diante das questões sociais e passou a assumir o papel de gestor em diversos ramos de produção e dos serviços, dentre os quais se incluiu a saúde. Dessa forma, a prática médica no Brasil, que até então conservava as características de profissão exercida por um produtor individual de serviços de saúde, com autonomia plena, passou por mudanças significativas. Cada vez mais o poder do médico foi reforçado pela sua participação na assistência pública na saúde, educação, planejamento urbano etc.

Segundo Oliveira (2007), o processo de urbanização, derivado da industrialização nas três primeiras décadas do século XX, discrepava das condições de saúde: muito ruins e agravadas por problemas sociais. Tal processo, em contraste com as más condições de saúde dos trabalhadores e com a organização do movimento operário, suscitou a estruturação da assistência médica da Previdência Social, surgida em 1923 (Lei Eloy Chaves).

> A fragmentação do saber médico em inúmeras especialidades, parte delas vinculadas apenas à operação de tecnologias diagnósticas, aprofundou a divisão do trabalho médico, contrapondo a tecnologia, o trabalho morto, ao trabalho vivo do clínico geral, que deveria assumir a regência na orquestração dos valiosos recursos disponíveis. Neste contexto, a *formação do médico* transformou-se no somatório empobrecido de uma infinidade de recortes especializados, superpostos e muitas vezes contrapostos, cuja possibilidade de integração torna-se um exercício formal e abstrato, em boa parte dos casos sob inteira responsabilidade do aluno. (Oliveira, 2007, p. 19).

Para Laura Feuerwerker (2002), a medicina proposta para as primeiras décadas do século XX, em contraste com aquela praticada no século anterior – os médicos atuavam no atendimento aos doentes e conheciam todo o indivíduo, não se restringindo a uma parte de seu corpo ou à patologia específica –, transformou-se em uma parte da força de trabalho dos serviços oferecidos na área de saúde. Esta passou a ser composta, também, por outras categorias de profissionais específicos da área.

A Lei Carlos Maximiliano reorganizou o ensino secundário e superior, mas continuou a predominar a centralização da educação pelo Poder Executivo. Daí a concepção de que a educação podia ser objeto de controle legal estrito. Aprovada por decreto, a lei deu outros rumos à organização do ensino médico, conforme disposto no Quadro 10 a seguir.

Quadro 10. Seriação e distribuição das cadeiras do curso médico-cirúrgico das escolas médicas do Brasil em 1915.

| Série | Cadeira |
|---|---|
| 1ª | Physica medica, Chimica medica, Historia natural medica |
| 2ª | Anatomia descriptiva (1ª parte), Histologia, Physiologia (1ª parte). Só frequencia, exame da cadeira no anno seguinte |
| 3ª | Anatomia descriptiva (2ª parte), Physiologia (2ª parte). Exame final, Microbiologia, Clinica propedeutica medica e cirurgica (curso feito pelos substitutos das secções de clinica medica e cirurgica) |
| 4ª | Pathologia geral, Anatomia e physiologia pathologicas, Clinica dermatologica, Clinica ophthalmologica} Frequencia, Clinica cirúrgica |
| 5ª | Anatomia medico-cirurgica e operações, Therapeutica e Arte de formular. Clinica cirúrgica – exame, Clinica medica, Clinica pediatrica medica, Clinica pediatrica cirúrgica } Frequencia, Clinica oto-rhino-laryngologica |
| 6ª | Hygiene, Medicina legal, Clinica medica — exame, linica obstétrica — exame, Clinica gynecologica, Clinica neurológica } frequencia, Clinica psychiatrica |

Fonte: Brasil (1915).

Com as mudanças, as concepções para os currículos dos cursos de Medicina passaram a considerar cada vez mais o modelo dos Estados Unidos, mediante estudos de Abraham Flexner[4] expressos no documento que se tornou conhecido como "Relatório Flexner", publicado nos Estados Unidos em 1910. Porém, foi mais intensamente usado no Brasil a partir de 1950 e teve seu ápice em 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN).

Nos Estados Unidos, o currículo proposto por Flexner foi determinante para diminuir a quantidade de escolas médicas – fecharam as que não tinham qualidade – e se tornou modelo predominante em vários países. Dentre outras recomendações, elencam-se as mais significativas para os currículos dos cursos de Medicina: a base científica sólida e a prática de investigação; a ênfase do ensino dividida entre o ciclo básico realizado nos laboratórios e o ciclo profissional realizado nos hospitais; denúncia do que se consideravam *seitas* médicas, a exemplo da homeopatia; supervalorização do ensino da anatomia e estabelecimento do ensino por especialidades, recomendando que o indivíduo deveria ser fragmentado em várias partes para se poder conhecê-lo com mais acerto; aconselhamento da formação em física, química, biologia, patologia, anatomia, fisiologia, farmacologia e microbiologia, dentre outros pré-requisitos para a formação profissionalizante.

Outro destaque do relatório para a educação médica foi a sistematização dos estágios hospitalares do curso. O aprendizado da prática médica ocorreria em ambiente hospitalar da escola médica, em que o hospital e seus ambulatórios deveriam, de início, ser entendidos como equivalentes a um laboratório para estudar as ciências. Nessa proposta, o estudante-médico coletava e avaliava fatos pertinentes aos pacientes, tal como nas investigações de práticas de laboratório. O relatório destacou a excelência dessa situação:

> A proximidade com o paciente, permitindo sua investigação (clínica) e a postura ativa do estudante. Esse conceito de postura ativa foi descrito não somente como uma oportunidade para ambos, estudante e paciente, mas principalmente como a imposição de responsabilidades. (Marins et al., 2004, p. 110).

[4] Professor da Johns Hopkins University, foi contratado no início do século XX pela Rockefeller Foundation, para realizar uma investigação sobre o ensino médico nos Estados Unidos.

A presença dos estudantes nas clínicas com o suporte do professor de medicina permitia o acompanhamento da evolução do paciente e o acesso à investigação laboratorial pertinente. Destacou-se a importância da constituição de grupos de estudantes (ainda atual) e o número suficiente de leitos onde os pacientes eram acompanhados pelos estagiários. Nesse caso, Flexner, embora fosse educador, supervalorizou a excelência do conhecimento profissional, afirmando que uma boa didática não substituiria a boa clínica de medicina. Dessa maneira, quando o hospital pertencia à escola médica, a contratação de seus professores era embasada na competência para o ensino das clínicas, sobretudo nas suas habilidades e proeminência profissional como modelo de atuação médica. Além disso, Flexner não sugeriu um tempo médio para cada estágio, mas definiu pontos primordiais para o ensino no ambiente hospitalar.

Mesmo com os avanços da medicina, as diretrizes postuladas por aquele documento estão presentes nos estágios hospitalares, ou seja, no período conhecido no meio acadêmico dos cursos de Medicina como internato.

> 1. O hospital deve ter tamanho suficiente; 2. Equipado com locais para ensino e serviço inter-relacionados; 3. Os docentes da escola médica devem ser os únicos profissionais do hospital, contratados pela escola; 4. As propostas didáticas devem ser de critério dos docentes da escola médica, unicamente, mas garantindo o bem-estar dos pacientes. (Marins et al., 2004, p. 116).

O primeiro currículo do curso de Medicina, ainda sob influência europeia, deu mostras da concepção dos Estados Unidos, como se vê no Quadro 11 na página seguinte.

O currículo da graduação em Medicina da FMTM estabeleceu seis séries para a integralização do curso, com a definição prévia das disciplinas ministradas em cada série; porém, não mencionou a carga horária das cadeiras propostas. A realização dos estágios se dava no último ano do curso. O primeiro currículo do curso de Medicina da FMTM, apresentado no Quadro 11, é o constante no processo de criação da Faculdade aprovado pelo MEC. No entanto, no ano seguinte à sua publicação, durante a instalação do curso, foi necessário realizar alterações pelos docentes que se encontravam em exercício para atender às reais condições da instituição e

Quadro 11. Primeira matriz curricular do curso de Medicina da FMTM, 1954.

| 1ª série | 2ª série | 3ª série | 4ª série | 5ª série | 6ª série |
|---|---|---|---|---|---|
| Anatomia | Fisiologia | Farmacologia | Clínica Cirúrgica I | Clínica Cirúrgica II | Clínica Oftalmológica |
| Histologia e Embriologia Geral | Física Biológica | Patologia Geral | Patologia | Clínica Obstétrica | Clínica Ginecológica |
| Filosofia | Química Fisiológica | Microbiologia e Imunologia | Clínica Médica I | Clínica Médica II | Estágio em Clínica Médica |
| | Anatomia Topográfica | Parasitologia | Técnica Operatória e Cirurgia Experimental | Medicina Legal | Estágio em Clínica Cirúrgica |
| | | Clínica Propedêutica Médica | Clínica Dermatológica | Clínica Pediátrica | |
| | | | Clínica Propedêutica Cirúrgica | Clínica Neurológica | |
| | | | Higiene | Neurocirurgia | |
| | | | Clínica Doenças Infecciosas e Parasitárias | Endocrinologia | |
| | | | | Clínica Urológica | |
| | | | | Clínica Ortopédica | |
| | | | | História da Medicina | |
| | | | | Clínica Otorrinolaringológica | |

Fonte: UFTM (2002).

Quadro 12. Alteração da matriz curricular do curso de Medicina da FMTM, 1956.

| 1ª série | 2ª série | 3ª série | 4ª série | 5ª série | 6ª série |
|---|---|---|---|---|---|
| Anatomia Sistemática | Fisiologia | Farmacologia | Clínica Cirúrgica I | Clínica Cirúrgica II | |
| Histologia e Embriologia | Parasitologia | Anatomia Patológica | Patologia | Clínica Obstétrica | |
| Filosofia | Química Fisiológica | Física Biológica e Aplicada | Clínica Médica I | Clínica Médica II | Estágio em Clínica Médica |
| | Anatomia Topográfica | Clínica Propedêutica Cirúrgica | Técnica Operatória e Cirurgia Experimental | Clínica Ginecológica | Estágio em Clínica Cirúrgica |
| | Microbiologia e Imunologia | Clínica Propedêutica Médica | Clínica Oftalmológica | Clínica Pediátrica | |
| | | Clínica Dermatológica | Clínica Otorrinolaringológica | Clínica Neurológica | |
| | | | Clínica Terapêutica | Clínica Psiquiátrica | |
| | | | Clínica Doenças Infecciosas e Parasitárias | Clínica Urológica | |
| | | | Clínica Ortopédica | Higiene | |
| | | | | Medicina Legal | |

Fonte: FMTM (1956).

às necessidades de melhorias no ensino. O conselho técnico administrativo criado pela congregação ficou responsável pelas discussões das propostas e pela elaboração de nova organização curricular. Em reunião de dezembro de 1956, o diretor e presidente da congregação apresentou aos presentes o novo currículo, fruto de discussão coletiva, e destacou que as alterações levavam em consideração as "condições locais e personalíssimas da FMTM" (FMTM, 1956). Tinha em vista sempre o máximo de aproveitamento do pessoal docente, que ainda não era em quantidade suficiente para suprir as reais necessidades do curso. Houve redução do conteúdo dos programas que compunham o curso médico e a reorganização das cadeiras, o que levou à extinção de algumas especialidades. Essas mudanças possibilitaram que o sexto ano ficasse "livre" para realizar o internato obrigatório nas áreas clínicas e cirúrgicas.

A base da organização acadêmica do curso de Medicina era o currículo, que se dividia em cadeiras (disciplinas) a cargo de um professor catedrático. Alterar esse currículo supunha mudar, também, as cátedras, processo quase impossível de se realizar de dentro para fora após o currículo ser todo implantado e os professores serem concursados. A cátedra subsistiu legalmente até 1968, quando foi extinta pela Lei Básica da Reforma Universitária (Lei 5.540/68). Por isso, as alterações no primeiro currículo foram pontuais e envolveram mudanças de disciplinas de séries e redistribuição dos conteúdos. Houve implantação gradativa das alterações do primeiro currículo. As primeiras séries tiveram de passar por um período de adaptação curricular, que incluiu complementação de conteúdos e carga horária cursada. Por conseguinte, as mudanças realizadas foram:

- 1ª série – a cadeira de Filosofia foi substituída pela de Psicologia Médica;
- 2ª série – a cadeira de Microbiologia e Embriologia e a cadeira de Parasitologia passaram da 2ª série para a 3ª;
- 3ª série – foi criada a cadeira de Física Biológica e Aplicada, a cadeira de Patologia Geral foi reestruturada para Anatomia Patológica e as cadeiras de Clínica Propedêutica Cirúrgica e de Clínica Dermatológica passaram da 4ª série para a 3ª;
- 4ª série – foi criada a cadeira de Clínica Terapêutica, as cadeiras de Clínica Otorrinolaringológica e de Clínica Ortopédica passaram da 5ª série para a 4ª; a cadeira de Clínica Oftalmológica, prevista na 6ª série, foi transferida para a 4ª;

• 5ª série – foram excluídas as cadeiras de Neurocirurgia, de Endocrinologia e de História da Medicina, e a cadeira de Clínica Ginecológica passou da 6ª série para a 5ª.
• 6ª série – permaneceu exclusivamente o internato obrigatório, isto é, os estágios em Clínica Médica e em Clínica Cirúrgica.

Essas alterações curriculares foram documentadas na ata da reunião da Congregação – órgão institucional máximo de deliberação colegiada – de 4 de dezembro de 1956, conforme transcrição abaixo:

> É o seguinte a tese da reforma do currículo aprovada: Ciclo de Ciências Básicas: 1. Anatomia Sistemática e Topográfica 2. Anatomia e Fisiologia Patológicas 3. Biofísica 4. Bioquímica 5. Farmacologia 6. Fisiologia 7. Histologia e Embriologia 8. Medicina Preventiva (Higiene) 9. Microbiologia e Imunologia 10. Parasitologia. Ciclo Clínico: 11. Cirurgia (Clínica Cirúrgica) 12. Dermatologia 13. Doenças Infecciosas e Parasitárias 14. Ginecologia 15. Medicina Interna (Clínica Médica) 16. Medicina Legal, Medicina do Trabalho 17. Neurologia 18. Obstetrícia 19. Oftalmologia 20. Ortopedia 21. Otorrinolaringologia 22. Pediatria 23. Psicologia Médica e Psiquiátrica 24. Radiologia Médica (Radiodiagnóstico, Radioterapia e Energia Nuclear) 25. Urologia (FMTM, 1956).

O diretor salientou na reunião da Congregação que o currículo apresentado foi discutido em todos os seus itens pelos membros do conselho técnico administrativo. Sem receber emendas ou parecer, foi considerado pelos "presentes oportuno e conveniente, foi unanimemente aprovado". Como as atas da congregação da FMTM eram resumidas, não puderam ser identificadas as justificativas que resultaram nas alterações curriculares aprovadas.

Dos críticos ao modelo de Flexner, destaca-se Machado (1996), para quem os progressos médicos alcançados no ensino, na pesquisa e na prática consolidaram o paradigma curricular que tinha como características o curativismo, o mecanicismo (uma causa atuando num corpo sempre produz um efeito), a unicausalidade (uma causa produz ou corresponde sempre a um efeito), o biologicismo (a doença e seu processo de cura sempre ocorrem no nível biológico), o individualismo, em que o objeto das ações em saúde é o indivíduo, tratado por outro indivíduo (exclui-

se o contexto ambiental, social e histórico); e, por fim, a especialização, introduzida pela maioria dos currículos dos cursos médicos.

### 3.2.1 Coisas da anatomia

Quando o curso de Medicina começou a funcionar, em 1956, nas instalações da penitenciária de Uberaba – doada pelo governo estadual à FMTM –, havia presidiários e policiais no prédio. Demorou meses para que fossem removidos. Conta-se que os cadáveres do laboratório de anatomia contribuíram muito para apressar a saída deles, visto que experimentavam excessivo medo dessa convivência. Ex-aluno, em entrevista ao *Jornal da FMTM* (1998, p. 4), relata que

> Universitários, presos e policiais conviveram no edifício até o início de 1956. Tivemos aulas na Faculdade de Odontologia do Triângulo e no prédio da cadeia com algumas celas em funcionamento. Passávamos pelos guardas para entrar na sala de aula e sempre os presos nos pediam cigarros, chamando-nos de doutores. Depois da reforma feita pelo 1º Diretor, a Anatomia passou a funcionar no piso térreo e, então, os presos foram transferidos.

No início, tudo era muito precário. Não havia carrinho para transportar os cadáveres – o jeito era pegá-los nas costas mesmo, sem luvas apropriadas (que não existiam), e carregá-los até o laboratório. Não havia geladeiras – daí que as aulas tinham de ser agendadas com antecedência necessária e os cadáveres precisavam ser preparados para esse momento. Isso levava professores, alunos e técnicos de laboratório a varar madrugadas estudando. O primeiro técnico de laboratório de anatomia foi Alceu Pereira de Souza. Dizia ele que muitas vezes viajou a cidades como Goiânia e Barbacena em busca de cadáveres: "havia uma camioneta Ford, toda de cortina, que era chamada Bererê e que transportava defuntos indigentes ou de baixa renda. Fui muito nas roças, nela, buscar os cadáveres para a Faculdade" (FMTM, 1997, p. 40). No início, tinha dificuldades com seu trabalho; chegava a lavar as mãos numerosas vezes ao dia. Mas consta que foi presente e dedicado ao seu trabalho, a ponto de receber, como homenagem dos alunos, uma placa com seu nome e que se encontra na sala de anatomia.

Os cadáveres eram colocados em tanque rústico de tijolos com tampa de madeira, imersos em líquido composto pela medida de dez latas

de água para cada lata de formol, com corante feito de massa de vidraceiro: vermelhão (óxido de ferro), éter sulfúrico e um pouco mais de formol. Observam-se, na figura a seguir, as condições mínimas de funcionamento do laboratório de anatomia evidenciadas pelas bancadas antigas; pela pia usada para lavar as mãos, muito pequena para 50 alunos; e pela rusticidade das instalações.

Figura 18. Sala de aula e laboratório de anatomia, 1955.

Fonte: Centro de Documentação e Memória – Curso de História UFTM.

Olavo de Andrade aceitou ser o primeiro professor de Anatomia do curso de Medicina da FMTM e assumiu as aulas, até então ministradas provisoriamente por Hélio Angotti. Ele abandonou seu consultório de pediatra e partiu para Belo Horizonte, onde realizou curso na área com Liberato Di Dio, mestre de anatomia e professor da Faculdade de Medicina de Minas Gerais. Disse Olavo que os alunos sempre achavam difíceis as aulas. Dizia que, em relação à dissecação do cadáver, o ideal seria ter um para cada aluno, que permaneceria com ele durante todo o ano conservado no formol. Assim, a dissecação poderia ser feita aos poucos: dissecar, estudar e fechar o cadáver era o processo ideal.

Porém, nos primeiros anos do curso, houve momentos em que, para cerca de *60* alunos, havia à disposição apenas *meio* cadáver. Sobre isso, disse Olavo de Andrade:

> Precisávamos ter mais um esqueleto, já que tínhamos só meio. Chegou, então, para nós, de noite, um cadáver de jovem. Para estudar os ossos,

não podemos usar formol. Assim, era necessário descarnar rapidamente. Localizei os alunos numa festa e os convoquei imediatamente. Eles passaram a madrugada cumprindo a tarefa. (FMTM, 1997, p. 40).

### 3.3 Perfis discentes

Sete turmas – 352 alunos – ingressaram na FMTM de 1954 a 1960, para saírem 346 diplomados entre 1959 e 1965. Não foram encontrados dados sobre os motivos que levaram à saída de seis alunos ou de sua retenção por reprovações nas cadeiras cursadas.

Tabela 4. Quantitativo de discentes ingressos versus egressos por turma.

| Turma | Ano ingresso | Ingressos | Ano de egresso | Egressos |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 1954 | 52 | 1959 | 41 |
| 2 | 1955 | 50 | 1960 | 50 |
| 3 | 1956 | 50 | 1961 | 49 |
| 4 | 1957 | 50 | 1962 | 46 |
| 5 | 1958 | 50 | 1963 | 53 |
| 6 | 1959 | 50 | 1964 | 50 |
| 7 | 1960 | 50 | 1965 | 57 |
| Total | 352 | | 346 | |

Fonte: UFTM (2015c).

A Tabela 5 expõe o levantamento sobre a idade com que os alunos ingressaram na FMTM. Pode-se observar que o perfil do estudante do curso de Medicina da FMTM era de mais idade que a faixa etária ideal, de 18 a 24 anos, levando-se em conta a idade mínima de 7 anos para ingresso na primeira série primária. A idade média dos ingressantes estava na faixa dos 24 aos 30 anos. Era necessária a realização de exames de ingresso composto por provas de Biologia, Física e Química. O edital para a realização do primeiro exame de ingresso foi publicado em março de 1954. Concorreram às vagas 116 candidatos; houve cinco aprovações. Novos exames de seleção foram realizados em abril, com 168 inscritos, quando então se preencheram as 50 vagas iniciais do curso.

Tabela 5. Idade dos discentes do curso de Medicina por turma de egressos.

| Idade | Turma 1 | Turma 2 | Turma 3 | Turma 4 | Turma 5 | Turma 6 | Turma 7 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18 | — | — | — | 1 | | 2 | | 3 |
| 23 | — | 2 | — | — | 1 | 1 | — | 2 |
| 24 | 6 | 5 | 3 | 5 | 2 | 8 | 8 | 37 |
| 25 | 8 | 7 | 4 | 12 | 8 | 9 | 8 | 56 |
| 26 | 5 | 13 | 11 | 6 | 11 | 6 | 14 | 66 |
| 27 | 6 | 7 | 8 | 8 | 12 | 7 | 9 | 57 |
| 28 | 8 | 9 | 15 | 3 | 9 | 9 | 7 | 60 |
| 29 | 4 | 1 | 1 | — | 6 | 4 | 4 | 20 |
| 30 | 1 | 3 | 3 | 6 | 4 | 3 | 3 | 23 |
| 31 | 1 | 1 | 1 | 1 | **1** | — | — | 5 |
| 32 | 1 | 1 | 1 | — | 3 | — | 2 | 8 |
| 33 | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 |
| 34 | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| 35 | 1 | 1 | 1 | 1 | — | — | — | 4 |
| 37 | — | — | — | 1 | — | — | — | 1 |
| 41 | — | — | — | 1 | — | — | — | 1 |
| 43 | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| **Total** | **41** | **50** | **49** | 46 | 53 | 50 | 57 | 346 |

Fonte: UFTM (2015c).

A banca examinadora do primeiro vestibular foi composta por uma comissão para cada disciplina: para o exame de Biologia, José Soares Bilharinho, presidente, Edmundo Chapadeiro, 1º examinador, Hélio Angotti, 2º examinador; exame de Física, Vítor Macarenhas, presidente, Pedro Janot Pacheco, 1º examinador, José Peppe Júnior, 2º examinador; e para o exame de Biologia, Alfredo S. Sabino de Freitas, presidente, Allyrio Furtado Nunes, 1º examinador, e Jorge Henrique Marquez Furtado, 2º examinador.

Foi realizado também levantamento nos registros acadêmicos da naturalidade dos alunos ingressantes, conforme a Tabela 6 a seguir.

Referente à conclusão do curso pelos egressos das sete primeiras turmas no período 1959-1965, a FMTM graduou 49 alunos oriundos de Uberaba. Em Minas Gerais, foram 173 formados. Esses números foram acompanhados de perto pelo número de alunos que vieram de São Paulo: 105 graduados, sendo 38 oriundos da cidade de São Paulo. Também foi possível constatar que a FMTM recebeu alunos, em menor quantidade, de Goiás, de Mato Grosso, do Paraná, do Rio de Janeiro, do

Tabela 6. Discentes de Minas Gerais egressos da FMTM por turma.

| Cidade | Turma 1 | Turma 2 | Turma 3 | Turma 4 | Turma 5 | Turma 6 | Turma 7 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aimorés | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Andradas | — | 1 | — | — | — | — | — | 1 |
| Araguari | 1 | — | 1 | — | 1 | — | 1 | 4 |
| Araxá | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| Belo Horizonte | 11 | 5 | 4 | 4 | 4 | 5 | 4 | 37 |
| Bom Despacho | — | — | — | 1 | 2 | — | — | 3 |
| Brumadinho | 1 | — | 1 | — | — | — | — | 2 |
| Caeté | — | — | — | — | 1 | 1 | — | 2 |
| Campo Belo | — | — | — | 1 | 1 | — | — | 2 |
| Campos Altos | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 |
| Carmo da Mata | 1 | — | — | — | — |  | — | 1 |
| Carrancas | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Cássia | — | — | — | 1 | 1 | — | — | 2 |
| Conquista | 1 | 1 | — | — | — | — | — | 2 |
| Dores do Indaiá | — | 1 | — | — | — | — | — | 1 |
| Conselheiro Lafaiete | — | 1 | 1 | — | — | — | — | 2 |
| Diamantina | — | — | — | — | 1 | — | — | 1 |
| Divinópolis | 1 | — | — | — | — | — | — | 1 |
| Itajubá | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Frutal | — | — | — | — | 1 | — | 1 | 2 |
| Ituiutaba | 1 | 1 | — | — | 1 | 1 | 1 | 5 |
| Juiz de Fora | — | 5 | 3 | — | — | 1 | — | 9 |
| Lavras | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 |
| Monte Alto | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 |
| Monte Sião | — | 1 | — | — | — | — | — | 1 |
| Pará de Minas | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| Paracatu | — | 2 | 1 | — | — | — | — | 3 |
| Passos | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Patrocínio | 1 | — | 1 | — | — | — | — | 2 |
| Piunhy | — | 1 | — | — | — | — | — | 1 |
| Pompeu | — | — | — | — | 1 | — | — | 1 |
| Rifaina | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| Rio Pomba | 1 | — | — | — | — | — | — | 1 |
| Sacramento | 1 | 1 | 1 | — | — | — | 1 | 4 |
| Santa Juliana | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| São Gotardo | — | — | 1 | 1 | — | — | — | 2 |
| Teófilo Otoni | 1 | — | — | 1 | — | — | — | 2 |
| Ubá | 1 | 1 | 3 | — | — | 1 | — | 6 |
| Uberaba | 3 | 9 | 7 | 8 | 9 | 8 | 9 | 49 |
| Uberlândia | 1 | 1 | — | 2 | 3 | — | — | 7 |
| Varginha | — | — | — | 1 | 1 | — | — | 2 |
| Total | 26 | 31 | 29 | 20 | 27 | 20 | 21 | 173 |

Fonte: UFTM (2015c).

Espírito Santo e do Distrito Federal, assim como alunos de outros países naturalizados brasileiros puderam concluir o curso nessa instituição. Não foram identificadas as cidades de origem de 52 alunos. A Tabela 10 a seguir informa a modalidade escolar em que esses alunos concluíram o curso científico. Conforme informações da Tabela 7, mais de 90% dos alunos estudaram em colégios particulares, ou seja, destinados à elite.

Tabela 7. Discentes de São Paulo egressos da FMTM por turma.

| Cidade | Turma 1 | Turma 2 | Turma 3 | Turma 4 | Turma 5 | Turma 6 | Turma 7 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Americana | — | 1 | 1 | — | — | — | 1 | 3 |
| Amparo | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Araçatuba | 1 | — | — | 1 | 1 | — | — | 3 |
| Barra Bonita | 1 | — | — | - | — | — | — | 1 |
| Brotas | — | — | — | 1 | — | — | — | 1 |
| Bauru | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| Campinas | — | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 | 16 |
| Capão Bonito | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 |
| Franca | — | 1 | — | 1 | — | — | 1 | 3 |
| Dracena | 1 | — | — | — | — | — | — | 1 |
| Franca | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| Guanhaes | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| Igarapava | — | 1 | 1 | — | — | — | — | 2 |
| Ituverava | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 |
| Indianápolis | 1 | — | — | — | — | — | — | 1 |
| Itabirito | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Jaú | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Jundiaí | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| Limeira | 3 | 2 | — | — | 1 | — | – | 6 |
| Miguelópolis | 1 | — | — | 1 | 1 | — | – | 3 |
| Monte Alto | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 |
| Pedregulho | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Piracicaba | — | — | 1 | — | — | — | 1 | 2 |
| Presidente Prudente | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 |
| Ribeirão Preto | — | — | 1 | 2 | — | — | 2 | 5 |
| Rio Pomba | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Santos | — | — | — | — | 1 | — | 3 | 4 |
| São João da Boa Vista | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| São Paulo | 4 | 4 | 3 | 5 | 5 | 10 | 7 | 38 |
| São Vicente | — | — | — | — | — | 1 | — | 1 |
| Votuporanga | — | — | — | — | 1 | — | — | 1 |
| Total | 12 | 12 | 14 | 13 | 12 | 18 | 24 | 105 |

Fonte: UFTM (2015c).

Tabela 8. Discentes do Sul e Sudeste egressos da FMTM por turma.

| UF | Cidade | Turma 1 | Turma 2 | Turma 3 | Turma 4 | Turma 5 | Turma 6 | Turma 7 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | Corbélia | — | — | — | 1 | 1 | — | — | 2 |
| | Jacarezinho | — | 1 | — | — | — | — | — | 1 |
| | Maringá | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| | Nova Cantú | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| | Sertanópolis | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Total | | | 1 | 2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 6 |
| RJ | Niterói | — | — | — | 1 | — | — | — | 1 |
| | Rio de Janeiro | — | — | — | 1 | 1 | — | 1 | 3 |
| Total | | — | — | — | 2 | 1 | — | 1 | 4 |
| ES | Vitória | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| Total | | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 |
| Total geral | | — | 1 | 2 | 3 | 2 | 0 | 3 | 12 |

Fonte: UFTM (2015c).

Tabela 9. Discentes estrangeiros egressos da FMTM por turma.

| País | Cidade | Turma 1 | Turma 2 | Turma 3 | Turma 4 | Turma 5 | Turma 6 | Turma 7 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Paraguai | Assunção | — | — | — | — | 1 | — | — | 1 |
| Japão | — | — | 1 | — | — | — | — | — | 1 |
| Bolívia | La Paz | — | — | — | — | 1 | — | — | 1 |
| Suécia | Uppsala | — | — | — | — | 1 | — | — | 1 |
| Total | | — | 1 | — | — | 3 | 0 | 0 | 4 |

Fonte: UFTM (2015c).

Tabela 10. Graduados em Medicina pela FMTM oriundos de escola particular e escola pública.

| Turma | Escola particular | Escola pública |
|---|---|---|
| 1 | 37 | 4 |
| 2 | 45 | 5 |
| 3 | 44 | 5 |
| 4 | 42 | 4 |
| 5 | 49 | 4 |
| 6 | 40 | 10 |
| 7 | 45 | 12 |

Fonte: UFTM (2015c).

### 3.3.1 Primeiras alunas da FMTM

Quanto à educação feminina, no início do século XIX, a maioria das jovens das elites recebia educação voltada às atividades do lar e cultural, direcionada à sua participação nos círculos de convivência social. As mulheres das camadas populares frequentavam a escola elementar e

cursos profissionalizantes (escolas normais), porém a maioria não sabia ler nem escrever. A partir da segunda metade do século XIX, observa-se movimentação feminina na luta pelo direito de ingresso na universidade. No ano de 1874, realizou-se o primeiro debate no Rio de Janeiro sobre a possibilidade de as mulheres frequentarem as escolas de Medicina. A concretização dessa proposta efetivou-se oficialmente pela Lei Leôncio de Carvalho, em abril de 1879, que possibilitou o acesso das mulheres ao ensino superior. Antes dessa data, algumas poucas mulheres que obtiveram diploma de nível superior estudaram nos Estados Unidos ou em universidades europeias.

Rita Lobato foi a primeira mulher a receber o diploma de médica no país, em 1887, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi a única da turma, pois para as mulheres era difícil enfrentar as zombarias e o preconceito de colegas, profissionais e até da imprensa, que repetidamente afirmava que as médicas não deveriam se casar. A presença da mulher no campo científico era muito restrita, por ser uma área de maioria masculina, portanto incompatível com o papel de esposa e mãe atribuído pela sociedade à mulher.

Nos anos 1930, a escolarização das mulheres ainda era rara, especialmente nas escolas públicas. Somente a partir de 1940 a escolarização delas aumentou, sobretudo no ensino secundário, motivada em especial pelas questões econômicas – a renda foi se tornando fundamental para prevenir o empobrecimento das camadas médias.

Segundo Luiz Antônio da Cunha (1983, p. 74), "a escolarização das mulheres deixou de ser [...] uma excepcionalidade para se tornar uma exigência inquestionável, concorrendo para intensificar ainda mais, junto com a pressão demográfica, os requisitos educacionais". As mudanças e expectativas eram grandes e se aceleravam com o avanço da economia urbano-industrial na primeira metade do século XX. As mulheres das classes médias e altas se integravam, visando aumentar sua participação na sociedade, e o acesso à universidade era para as filhas da elite econômica ou política.

Sobre a participação feminina, apresenta-se um quadro nominal das ingressantes entre 1954 e 1956. Já no seu primeiro ano de funcionamento, o curso de Medicina teve duas alunas matriculadas que concluíram o curso. Isso porque não eram raras as desistências das mulheres, por não suportarem a pressão ou pela perspectiva iminente de casamento.

Quadro 12. Acadêmicas da FMTM, 1954-1960.

| Ano de ingresso | Nome |
|---|---|
| 1954 | Esther de Melo Salerno |
| | Nilza Martinelli Gomes |
| | Zoé Sellmer |
| 1955 | Wânia Lúcia Magon Lopes Cançado |
| 1956 | Annette dos Santos S. Foronha |
| | Dirce Teixeira Weaver |
| | Maria Rosa Bilharinho |
| 1957 | Afife Hallal da Cunha |
| | Geralda L. Batistuta Mesquita |
| | Marlene Rossi Severino Nobre |
| 1958 | Darcy de Paula Silveira |
| | Eleusa Resende Gonçalves |
| | Gisele Paulette Marie Elise R. R. Cunha |
| | Julieta França da Silva |
| | Maria Octávia Borges |
| | Stela Maris Fontes |
| 1959 | Édna Maria Lopes Castro |
| | Waldete Cabral Morais |
| 1960 | Alcione Nunes |
| | Ana Maria de Souza Novaes |
| | Laís Angela Milazzo |
| | Maria Aparecida Enes de Barros |
| | Maria Cecília Boechat Paioni |
| | Sílvia Pieroni |

Fonte: FMTM (1997).

Em entrevista realizada por Ana Luiza Brasil (FMTM, 1997, p. 41) com uma das primeiras acadêmicas da FMTM, Nilza Martinelli Gomes, ela relembrou que a mulher era bastante discriminada. Por exemplo, quando prestou vestibular em Belo Horizonte, ouviu comentários do tipo: "O que você está fazendo aqui? Por que não está em casa lavando roupa e cozinhando?". Porém, contou que em Uberaba isso não acontecia; não havia diferença entre homem e mulher, como nos hospitais, onde a atenção dispensada e as oportunidades de trabalho eram as mesmas para ambos os sexos. Em entrevista concedida à jornalista Patrícia Vilas Boas, para o programa de televisão *Tons in Versus*, Nilza relembrou de suas aspirações:

> Meu sonho a vida toda era fazer medicina. Naquele tempo eu não pensava em outra coisa, era só fazer medicina. Foi uma felicidade grande quando

> fiquei sabendo que havia passado no vestibular. Havia passado várias pessoas que já conhecia, vários colegas de Belo Horizonte vieram fazer vestibular aqui. Então éramos uma grande família. Uma família de 52 alunos e entre estes 3 mulheres. Fizemos o vestibular em fins de março, e em abril de 1954 começamos o curso que foi direto até dezembro. A partir do 2º ano só tivemos uma mulher como candidata no vestibular, mas nos anos seguintes o número de mulheres foi crescendo. (FMTM, 1997, p.41).

A entrevistada relembrou sua participação na ação em prol da reforma do prédio da penitenciária para adaptação às necessidades do curso de Medicina, denominada por ela de "Barrica da Med". Nesse momento da história da faculdade, "nós saímos às ruas pedindo dinheiro! Fazíamos promoções com desfiles realizados nos fundos do prédio da FMTM. Tudo isso para o que a Faculdade é hoje. Acho que colocamos as primeiras pedrinhas nesse alicerce" (FMTM, 1997, p. 41).

**3.4 Centro Acadêmico Gaspar Vianna**

O Centro[5] Acadêmico Gaspar Vianna[6] (CAGV), do curso de Medicina da FMTM, foi fundado em 1954, porém veio a ter sua sede definitiva em 1960, no 3º andar do edifício Vitória Varotto. Tratava-se da criação de entidade representativa dos discentes. Nas primeiras décadas do século XX, foram criadas organizações representativas dos alunos ligadas diretamente às suas faculdades, mas sem existir um caráter nacional. Em

[5] De início, recebeu a denominação de Centro Acadêmico Gaspar Vianna. Mais tarde transformou-se em Diretório Acadêmico Gaspar Vianna (DAGV), em data não identificada na documentação analisada na pesquisa aqui descrita.

[6] Gaspar de Oliveira Vianna nasceu em 11 de maio de 1885, em Belém, no Pará. Concluiu o bacharelado em Ciências e Letras aos *15 anos de idade*. Matriculou-se aos 18 anos incompletos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se apaixonou pela Histologia e passou a lecioná-la para seus colegas de curso. Diplomado, passou a integrar o Instituto de Manguinhos. Dentre suas descobertas científicas, estão as pesquisas sobre o inseto denominado barbeiro: como acontecia sua fase evolutiva, a sua multiplicação intracelular sob a forma de leishmanias, a transformação destas em tripanossomos e sua localização no final do miocárdio, caracterizando assim a doença de Chagas. Dedicou-se ao desenvolvimento de soluções terapêuticas. Tudo quanto descobriu passou a fazer parte da medicina clássica, válida até hoje. Em 1913, assumiu a cátedra de Anatomia Patológica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Faleceu vítima de tuberculose, contraída durante realização de necropsia de abertura de tórax de um cadáver tuberculoso, quando lhe jorrou grande quantidade de líquido no rosto, em 15 de junho de 1914. Tinha 29 anos de idade (Pará, 1985).

1929, foi criada a primeira entidade estudantil de abrangência nacional: a Casa do Estudante do Brasil,[7] idealizada como lugar de prestação de serviços aos acadêmicos e visando à assistência social, à promoção, à difusão e ao intercâmbio de obras e atividades culturais e esportivas.

No início restrito aos alunos, o movimento estudantil tornou-se motivo de interesse da direção das faculdades e universidades, que passaram a apoiar sua institucionalização. Assim, poderiam estabelecer diálogo e exercer algum tipo de controle. Para os alunos, a importância estava no processo de garantia de reconhecimento das lutas empreendidas em favor da melhoria de ensino. Numa iniciativa da Casa do Estudante do Brasil, em 1937, durante o I Congresso Nacional dos Estudantes, foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), que se tornou o órgão nacional de representação estudantil. Na década de 1940, consolidou-se como órgão máximo representativo, criando uma hierarquia com a constituição das uniões estudantis estaduais e dos diretórios acadêmicos.

Figura 19. De pé à mesa, o homenageado pelo CAGV, Jorge Furtado, 1957.

Fonte: Diretório Acadêmico Gaspar Vianna – UFTM.

---

[7] Memória do movimento estudantil, seção cronologia do movimento, período 1901-30. Disponível em: <http://www.memoriaestudantil.org.br>. Acesso em: 18 set. 2018.

Na FMTM, o primeiro acadêmico eleito presidente para o CAGV foi Wander Magalhães Moreira; o primeiro vice-presidente, Benito Rui Meneghelo; e o segundo vice-presidente, a acadêmica Nilza Martinelli Gomes. Como secretário-geral, foi eleito João de Callais de Oliveira; como primeiro secretário, Luiz Maurício Araújo; como segundo secretário, Zoé Lopes; como tesoureiro-geral, Lafaiette Ribeiro; como primeiro tesoureiro, Frederico Frange Oliveira; e como segundo tesoureiro, Comte José de Oliveira. A primeira reunião do CAGV foi realizada no dia 1º de maio de 1954, com a presença do diretor da FMTM Mozart Furtado Nunes.

Convidado pelos alunos para discutir como seria conduzido o processo de elaboração do estatuto do CAGV,[8] o diretor sugeriu que fosse constituída uma comissão. A sugestão foi acatada pelos alunos, e a comissão incluiu Wander Magalhães Moreira, Lafaiete Ribeiro, Nivaldo Guimarães, Luiz Maurício e João de Calais. Da reunião, escrevia em ata o secretário João de Callais Oliveira a primeira manifestação dos alunos em relação à diretoria da FMTM e à confiança no futuro da instituição:

> Num ambiente de cordialidade, proporcionado pelo nosso diretor, foi encerrada a primeira reunião, que causou a todos nós muita alegria e contentamento por vermos à frente de nossa Faculdade um homem de princípios cristãos, de fibra inquebrantável e que viria por certo, nos garantir um curso médico perfeito. (FMTM, 1964, s.p.).

Nesse período, o CAGV deu início à publicação do jornal acadêmico que recebeu o nome de *Epíplon*.[9] A proposta era ser o companheiro de todas as turmas, do calouro ao doutorando. Foram encontrados nos arquivos da instituição dois exemplares desse impresso referentes a publicações de março de 1956 e de 15 de dezembro de 1959. Publicado até hoje como informativo, tem edição mensal.

No dia 3 de maio de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek, em visita a Uberaba, inaugurou o CAGV. Sensibilizado com o carinho caloroso dos acadêmicos sempre que vinha a Uberaba, recebia representantes da

---

[8] Não foi encontrado nos arquivos do centro acadêmico o estatuto do CAGV referente ao período em estudo.

[9] Epíplon é um órgão do corpo humano que protege as vísceras abdominais, ou seja, aquele que serve de proteção e defesa do organismo. Assim, o objetivo do informativo era igualmente proteger e defender a instituição.

faculdade, que frequentemente salientavam a possibilidade de federalizar a FMTM. Ante essas reivindicações, Juscelino Kubitschek prometeu federalizá-la.

Figura 20. Ficha de identificação de filiação ao CAGV, 1957.

N.º

ANO 6º Ano

**Identificação Universitária**

CENTRO ACADÊMICO "GASPAR VIANNA"

Nome Elias Barbosa

Ano de entrada na Faculdade: 1957

Nome do Pai:

Nome da Mãe: Myrthes Barbosa

Nacionalidade: Brasileiro Naturalidade: M. Cermelo M.G.

Data do nascimento: 4-8-34 Estado civil: Solteiro

Residência da família: R. Eduardo Pimentel148 M. Carmelo

Fonte: Diretório Acadêmico Gaspar Vianna - UFTM.

Figura 21. Baile promovido pelo CAGV na sede social [em 1958].

Fonte: Centro de Documentação e Memória – Curso de História UFTM.

Dentre as atividades promovidas pelo CAGV no período de 1955 a 1960, destaca-se a semana científica. Evento anual e concorrido, contava sempre com a participação de professores renomados de outras faculdades de Medicina, inclusive do exterior. O objetivo maior era aumentar a qualidade do ensino. O CAGV promovia festas e bailes com fins beneficentes na MED,[10] sede social do centro acadêmico (FIG. 23). Documentos informam que em 1960 foi eleita a primeira rainha da MED: Marina Marquez. Durante esses eventos festivos arrecadavam-se cobertores, utensílios de cozinha e alimentos para doação à Santa Casa de Misericórdia de Uberaba.

Foi localizado rascunho de texto provavelmente veiculado no programa *Chacrinha da MED*.[11] Mesmo que sejam do início do ano de 1961, apresentam-se abaixo alguns avisos do departamento social do CAGV:

> Avisamos às senhoritas que a partir de dia 29 próximo não será mais permitido em hipótese alguma o ingresso sem a apresentação da carteirinha de sócia do corrente ano. Para maior facilidade das senhoritas distribuiremos no próximo sábado durante a Hora Dançante as novas propostas e recebê-la-emos diariamente entre 19 e 21 horas na sala da diretoria social ou nas horas dançantes dos dias 22 e 23; 2. Domingo próximo iniciaremos nossos coquetéis dançantes entre 10 e 13 horas, convidamos nossas sócias e nossos colegas universitários. Avisamos aos colegas que nesses coquetéis dançantes dispensamos o paletó e a gravata; 3. Sábado passado como estava programado prestamos aos doutores João Tranchesi, Munir Ebaid e Milton Strenger que encerraram ontem o curso de Eletro e vetocardiografia promoção do Gaspar Vianna uma homenagem que se caracterizou pela sua simplicidade; 4. Comunicamos ainda as senhoritas sócias que por decisão recente da diretoria social terão livre acesso os pais e mães das associadas; 5. Será realizada talvez no último domingo deste mês uma hora dançante com conjunto; 6. A diretoria social está pedindo a

[10] Sede social do Centro Acadêmico, a MED era frequentada pela alta sociedade de Uberaba, sobretudo nas chamadas "soirées" e noites dançantes. Estudantes de Medicina eram considerados os melhores partidos para desposarem as moças de família. Muitos casais lá se conheceram (FMTM, 1997).

[11] Programa de auditório da rádio PRE-5 apresentado às quintas-feiras, das 11h40 às 12h, pelo médico Lineu Miziara. Incluía colunismo social, noticiário e descoberta de dotes artísticos dos acadêmicos de medicina (FMTM, 1997).

> colaboração de todos os colegas sócios do Centro Acadêmico. Solicita-lhes ainda que não permaneçam parados na porta de entrada o que dificulta em muito o ingresso das sócias; 7. Tem nos prestigiado em todas a horas dançantes com sua agradabilíssima presença o que em muito nos honra, a nossa rainha a senhorita Marina Marquez. (Chacrinha da Med, 1961).

Nos arquivos do DAGV, foram encontrados quadros com fotos dos seus presidentes desde 1954, apresentadas a seguir.

Figura 22. Presidentes do CAGV no período de 1954 a 1960

Legenda: Da esq. para direita: Wander Magalhães Moreira, 1954-1955; Mercides Rocha Pacheco, 1955-1956; Leopoldo de Castro Silva, 1956-1957; Paulo Miguel de Mesquita, 1957-1958 (1ª sequência) – Lincoln Marques de Rocha, 1958-1959; Wandir Ferreira de Sousa, 1959-1960; Nelson Assis, 1960-1961 (2ª sequência).

Fonte: Diretório Acadêmico Gaspar Vianna – UFTM.

### 3.5 Operação MED

No ano de 1959, próximo da formatura da primeira turma do curso de Medicina, os aspectos internos e externos da arquitetura do Prédio da FMTM chocavam pela falta de realização de reformas, tendo se tornado um casarão velho e arruinado. Os alunos queriam “um melhor aspecto

para aquela casa quando da ocasião de formar-se a primeira turma de médicos" (FMTM, 1964, s.p.). Compreendendo que nada poderia ser feito com os recursos financeiros de que dispunha a instituição, iniciaram por intermédio do CAGV uma campanha em colaboração com a sociedade local para angariar fundos e transformar o antigo prédio da penitenciária numa Faculdade de Medicina. Esse desejo dos alunos foi despertado pelo recém-chegado professor Mauritano Rodrigues Ferreira, que apresentou um projeto de reforma sem custos para a instituição.

A "operação MED" teve como comissão executiva na presidência o diretor Mozart Furtado Nunes, na tesouraria o professor Olavo Soares de Andrade, e na secretaria geral o professor Mauritano Rodrigues Ferreira.

Figura 23. Faixa da "operação MED" na entrada do prédio da FMTM, [1959].

Fonte: Arquivo digital do Serviço de Fotografia – Comunicação Social UFTM..

A "operação MED" chegou ao noticiário de jornais como o *Independente*, de São Paulo, que no dia 28 de maio de 1959 estampou, na página 5, esta manchete: "UM PUNHADO DE BRAVOS. Em Uberaba, alunos e professores estão transformando uma penitenciária em Faculdade de Medicina. Grilhões são substituídos por bisturis" (FMTM, 1997, p. 48).

O jornal informou que médicos, alunos e professores estavam fazendo trabalho braçal, como simples operários da construção civil, trabalhando com entusiasmo a fim de concretizar a única faculdade de Medicina do Brasil Central. Asseverava-se que, até Brasília ter sua faculdade de Medicina, era a FMTM a instituição responsável pela formação de médicos para a região.

Figura 24. Alunos da FMTM se entregam às atividades de reforma do prédio [1959]

Fonte: Arquivo digital do Serviço de Fotografia – Comunicação Social UFTM..

Mas havia o problema da escassez de recursos financeiros. Daí o início da campanha de arrecadação financeira – a "operação MED". Com tal apelo, a cidade se movimentou em solidariedade à campanha. Os resultados se traduziram em:

- arrecadação financeira efetuada por 35 professores: doação de Cr$ 10.000,00 de cada, perfazendo Cr$ 350.000,00; e por 30 alunos: doação de Cr$ 1.000,00 de cada, juntando mais Cr$ 300.000,00, cuja soma total foi de Cr$ 650.000,00;

- mão de obra braçal: alunos contribuíram com a demolição dos muros da cadeia, que eram constituídos de pedra Tapiocanga, com a construção de paredes e grades e com a terraplenagem do terreno;
- Campanha Semana dos Médicos: coleta de Cr$ 150.000,00 para a reforma do prédio da cadeia;
- 1ª Exposição Nacional e 25ª de Uberaba de Agropecuária em 1959: doação de 80 bezerros e enxertos de zebus campeões leiloados na exposição, totalizando a cifra de Cr$ 116.000,00;
- fábrica de cimento Ponte Alta: doação de 300 sacos de cimento e venda de 2.500 sacos a preço de atacado;
- poder público (governador Bias Fortes) e iniciativa privada (siderúrgica Belgo-Mineira): aquisição de 14 toneladas de ferro e de toda a tubulação necessária a preço de custo mínimo;
- barrica da "operação MED": deslocava-se de segunda a sexta-feira, percorrendo cada semana um bairro diferente. Dessa forma, todo o povo de Uberaba pôde contribuir, do mais pobre ao mais rico, "sempre sai um residente, com ar feliz e uma notinha na mão, a fim de depositar na barrica" (FMTM, 1997, p. 49).

Do mesmo modo, o jornal uberabense *Correio Católico* publicou, no início do ano de 1959, artigo do padre Antônio Thomaz Fialho sobre a "operação MED":

> A "Operação MED", por enquanto está quase que exclusivamente entre alunos e professores. Mas ela atingirá também a cidade inteira. E porque não? Quantos benefícios a cidade já recebeu de suas Faculdades, em geral, e da Faculdade de Medicina em particular? Julgamos desnecessário enumerá-los aqui. Qualquer um enxerga-os muito, projeção de nossa cidade nos meios culturais do País. Estejamos, pois, preparados que a "Operação MED" vai exigir o nosso concurso. O povo de Uberaba saberá recebê-la de braços abertos. Quem irá fechar as portas – e não abrir a bolsa – aos rapazes de avental branco? Que venha também para nós, a "Operação MED". A "intervenção" não será dolorosa. Os rapazes de avental branco são peritos em aplicar a "anestesia" de sua simpatia e de seu cavalheirismo. (Correio Católico, 1959, p. 3).

A reforma ocorreu durante todo o ano de 1959 e tornou-se motivo de muito orgulho para os alunos. As mudanças mais importantes foram a substituição dos degraus de tijolos das escadas de acesso ao prédio por patamares de mármore, substituição das escadarias, corredores e corrimãos de madeira desgastados e inseguros por sólidas escadarias e redistribuição das dependências internas. Assim, o prédio pôde receber os convidados dos formandos de 1959.

Figura 25. Obras de reforma do prédio da FMTM, [1960]

Fonte: Arquivo digital do Serviço de Fotografia – Comunicação Social UFTM.

Com a finalização das reformas, a demonstração de sacrifícios e a capacidade de iniciativa e trabalho, a comunidade acadêmica da FMTM se revestiu de mais ânimo e credibilidade para buscar nas autoridades a federalização da instituição. Tornou-se evidente a falta de recursos financeiros para o funcionamento do oneroso curso de Medicina.

**3.6 Federalização da FMTM**

O processo de federalização da FMTM está registrado no relatório de gestão da Faculdade de 1954 a 1960, onde Mozart Furtado

destacou "opiniões e lembranças: passagens marcantes de sua gestão" (FMTM, 1997, p. 17). As anuidades pagas pelos alunos e a dotação anual disponibilizada pelo governo federal não eram suficientes para o custeio que um curso de Medicina demandava. A saída para a situação passou a ser a federalização, objetivo perseguido energicamente pelo diretor Mozart Furtado.

O ano de 1956 comemorava o centenário de Uberaba, apresentando-se como uma das grandes oportunidades para reivindicações de melhorias para a cidade. Assim, em maio desse ano, as festividades da exposição agropecuária da raça zebuína foram, pela primeira vez, inauguradas por um presidente da República, Juscelino Kubitschek. Logo depois de iniciar seu mandato, recebeu das mãos do diretor da FMTM o primeiro pedido de federalização da faculdade. O CAGV também entregou ao presidente um memorial assinado por todos os alunos da faculdade:

> Temos visto que a preocupação máxima de seu governo é a Descentralização Administrativa. Ousamos até afirmar que é terminantemente impossível governar bem este vasto Brasil da cidade praiana do Rio de Janeiro, sem esta medida. Urge exatamente efetuar a mudança imediata de governo para o maravilhoso planalto central. Também no setor do ensino está idêntico o problema enquistado, exigindo uma solução premente. Conhecemos a fibra dos uberabenses, e vimos com ela se juntou à de V. Excia. e ergueu esse templo de ensino médico. Mas a par disso suas necessidades têm se multiplicado dia a dia arrefecendo o progresso almejado. Então tornou-se mister terminar a grande obra iniciada. Por este motivo, vimos pedir a V. Excia. a federalização de nossa Faculdade de Medicina, para este magnífico ano de centenário. Assim procedendo, estaria V. Excia. completando sua enaltecedora realização prestigiando o plano que tanto empolga – o dever à capital da República completamente interiorano – e mais ainda, oferecer a Uberaba-centenário a dádiva inesquecível que por si só já glorificaria o governo de V. Excia. e concretizaria a aspiração máxima dos triangulinos. Uberaba, 2 de maio do ano centenário de 1956. (FMTM, 1964, s.p.).

Mas o presidente ponderou que era cedo para conseguir a aprovação das instâncias federais para a criação de uma instituição federal de ensino superior.

Como uma instituição de ensino é constituída por grupos sob muitos aspectos heterogêneos, devido especialmente a políticas político partidárias, muitos articularam para entravar o crescimento da instituição. Quando souberam dessa ação do diretor, os membros e o presidente da sociedade mantenedora da FMTM ficaram ressabiados, pois não haviam sido consultados sobre sua pertinência. O diretor assumiu que havia levado ao presidente da República a demanda sem fazer as devidas consultas internas. Para remediar a situação, convocou plenária para a discussão do assunto, conforme esclarece o relato a seguir:

> Confesso que não havia feito consultas a respeito do assunto. Prudentemente, então, na primeira Assembleia Geral, realizada após o pedido, sugeri que discutíssemos o tema. Foi discutido e não encontrou opositores. Apenas o deputado Mário Palmério, com responsabilidades políticas maiores e mais definidas, fez questão de dar seu voto, por escrito, declarando que era a favor da federalização, desde que ela fosse proposta pelo Sr. Presidente da República, com que tinha o dever de colaborar na imensa obra de governo que iniciara e que não podia nem queria criar problemas para o Chefe do Governo. (FMTM, 1997, p. 17).

Fortalecido pela decisão colegiada da assembleia realizada, Mozart Furtado procurou o presidente de novo, por ocasião de uma visita a Uberaba. Em sua companhia, estava o acadêmico Leopoldo de Castro e Silva, presidente do CAGV. Juntos, rememoraram a Juscelino Kubitschek a solicitação anterior. Expuseram dificuldades graves para a continuidade do curso, como a precariedade e a inexistência de alguns laboratórios e equipamentos especializados, além da falta de recursos financeiros suficientes para a remuneração dos funcionários técnicos e docentes. Esse momento constituiu um efetivo apelo ao presidente, que, no governo de Minas Gerais, articulou a criação da faculdade. Sensibilizado, requisitou agendamento de reunião no Palácio do Catete para tratar do assunto.

Em 19 de setembro de 1956, para participar da reunião com o presidente, viajaram para o Rio de Janeiro Mozart Furtado, diretor da

FMTM; Lauro Savastano Fontoura, presidente da mantenedora da FMTM; o prefeito de Uberaba, Artur Teixeira; e 19 alunos do curso de Medicina. Foram recebidos pelo então ministro da Educação, Clóvis Salgado; pelo ministro de Gabinete da Presidência, Celso Brant; pelo ministro Paschoal Carlos Magno, diretor do ensino superior do MEC; e pelo deputado federal de Uberaba Mário Palmério. Lá, cumpriram agenda de contatos e audiências de articulação com autoridades envolvidas.

> O Presidente, serenamente e com o melhor humor possível, declarou que não era Presidente apenas de Minas e Uberaba, mas que ficássemos descansados que, antes de findar seu mandato, nos concederia a almejada federalização. E que, na ocasião oportuna, pediria a um deputado (e que este seria o deputado Mário Palmério) para encaminhar a sua mensagem. (FMTM, 1997, p. 18).

Como ação concreta imediata da reunião, o ministro da Educação garantiu dotação orçamentária de 5 milhões de cruzeiros[12] durante cinco anos para a FMTM. Somado a isso, o regime de dedicação integral de parte do corpo docente tornou-se fundamental para abrir caminhos à obtenção de mais recursos financeiros do MEC. Assim, em 1959, através de emenda parlamentar no Senado, conseguiu-se mais verba do Ministério da Saúde para o Hospital da Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central, uma das unidades que funcionava como hospital-escola do curso de Medicina em Uberaba. Entre 1956 e 1960, diretor, professores e alunos trabalharam para o processo de federalização da FMTM cientes de que seria a única forma para a sua sobrevivência financeira. Em março de 1956, *O Epíplon*, veículo oficial de notícias do centro acadêmico, na figura do seu presidente Wander Magalhães Moreira, lançava a campanha de federalização como objetivo máximo do CAGV. A campanha estendeu-se, com avanços e recuos, encontrando obstáculos e apoio, até 1960. O *Correio Católico* (1957a, p. 8) colaborou com os estudantes:

> Várias comissões foram formadas na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro para movimentar a campanha de Federalização. Uma dessas

[12] O Decreto-Lei 4.791, de 5/10/1942, instituiu o cruzeiro como unidade monetária brasileira, com equivalência a um mil-réis. Foi criado o centavo, correspondente à centésima parte do cruzeiro.

> comissões – a de propaganda – integrada por Gianni Tomponi, José Rabledo Naves, Otávio Magalhães Filho e Antonio Vieira Caixete – esteve na redação do *Correio Católico* ontem, a fim de solicitar a colaboração desse jornal no movimento desencadeado. Esclareceram os estudantes que tinha sido realizada, no estabelecimento, uma reunião com a presença de todas as comissões e, também, do diretor da Escola, Professor Mozart Furtado Nunes. Constatou-se que o diretor da Faculdade está inteiramente integrado ao movimento, tendo manifestado o seu propósito de trabalhar para que tal objetivo seja alcançado.

A divulgação da arrojada "operação MED" fortaleceu o CAGV, que recebeu em abril de 1960 a visita dos candidatos ao governo de Minas Gerais – Tancredo Neves – e à presidência do Brasil – Henrique Teixeira Lott –, que se comprometeram com os alunos e a direção a envidar esforços em prol da federalização da instituição.

Nesse meio-tempo, um acontecimento marcou um momento que seria crucial para a federalização da instituição. Em 3 de maio de 1960, o presidente da República, Juscelino Kubitschek, chegou para inaugurar a exposição agropecuária de gado zebu de Uberaba. Encontravam-se no aeroporto de Uberaba para recepcioná-lo as autoridades políticas locais, pecuaristas chefiados pelo presidente da Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu, além de populares desejosos de saudá-lo.

Porém, burlando a segurança presidencial, adentrou ao saguão do aeroporto um grupo de estudantes da Faculdade de Medicina e, antes que o presidente desembarcasse, já estavam à sua espera nas escadas do avião.

> Quando o Presidente apareceu nas escadarias do avião para ganhar o solo, os estudantes em desabalada corrida foram ao seu encontro, abraçaram-no e fizeram um verdadeiro cinturão impenetrável, e o Presidente foi compelido a penetrar no ônibus ao som da sua música predileta: Peixe Vivo (Borges Júnior, 1983, p. 6-7).

Os estudantes "arrebataram" o presidente e o levaram a um ônibus que os aguardava nas proximidades do aeroporto, contrariando líderes políticos e pecuaristas que o recepcionavam. Juscelino Kubitschek se deixou levar até a sede do centro acadêmico da FMTM.

> O Presidente nela foi introduzido, carregado pelos alunos até a sede do Centro Acadêmico Gaspar Vianna. Após ligeira troca de discursos, JK escreveu sobre uma fotografia sua, a qual foi oferecida ao Centro Acadêmico, a seguinte frase: tudo farei que estiver ao meu alcance para federalizar esta escola, pois ela é a menina dos meus olhos. Esta frase foi saudada estrepitosamente pelos estudantes e pelos circunstantes que lotavam o saguão da escola. (Borges Júnior, 1983, p. 7).

Ainda sobre a articulação dos alunos para a federalização da Faculdade junto com o presidente da República, o ex-acadêmico da FMTM, Armando Campos de Oliveira, escreveu para a coluna "Articulistas", do *Jornal da Manhã* do dia 2/6/2015, o seguinte relato:

> Juscelino Kubitschek de Oliveira – Um Presidente Diferente...
> Estávamos no ano de 1958, e Juscelino ainda governava no Rio de Janeiro, no Palácio do Catete. Nessa época, eu cursava o terceiro ano da faculdade de medicina, e iniciamos uma campanha para sua federalização e fomos, em comissão ao Rio de Janeiro, para uma entrevista com o presidente da República. Era nosso sonho, e fomos atrás dele... Não sabíamos nem se seríamos recebidos pelo presidente, mas, naquela irreverência própria dos jovens, nos arriscamos e fomos adiante... Lá chegando, fomos à UNE (União Nacional dos Estudantes) e por aí acabamos conseguindo audiência com o presidente Juscelino. Chegamos ao palácio e fomos recebidos pelo presidente, atrás de uma grande mesa-redonda, de madeira nobre, provavelmente mogno. Não me lembro de nenhum esquema especial de segurança e ele, que também era médico, nos recebeu sem cerimônia, como se já fôssemos seus colegas... A conversa corria bem, quando, de repente, ocorreu o inusitado... Havia um dos colegas, baixinho e careca, de Rio Pombas, pequena cidade do sul de Minas, atrevido e despachado, de nome Wander Barbosa... Com enorme surpresa, então, vimos o nosso carequinha botar, sem cerimônia, o bundão em cima da mesa do presidente e, na cara de pau, perguntar: "Como é, Jusça, você vai ou não vai federalizar nossa faculdade?". Claro que vou, respondeu Juscelino, me esperem até maio, na Exposição de Gado Zebu de Uberaba... Estarei lá e então lançarei o decreto de federalização da faculdade de vocês! Em maio daquele ano, de fato, ele foi à Exposição de Zebu em Uberaba... Na sua chegada, pulamos a

> cerca do aeroporto e fomos até o avião, de onde ele desceria... Mostramos o quadro da fotografia dele e sua dedicatória: "Ao Centro Acadêmico Gaspar Viana, por cuja Federalização da Faculdade, tudo farei...". Disse-nos: "Me esperem lá fora, que irei com vocês, no seu ônibus"... Lá fora, ele veio em direção ao nosso ônibus, uma velha jardineira, e entrou... Só permitimos que entrasse o prefeito Jorge Furtado, médico e nosso amigo... Fechamos a porta na cara dos políticos "puxa-saco", que naquele tempo já os havia... Fomos abrindo barreiras até o palanque da pecuária, onde ele, com toda pompa, cumpriu a promessa... (Jornal da Manhã, 2015)

O pedido de federalização da FMTM foi enviado por JK ao Senado em meados de 1960, após nova visita a cidade, quando mais uma vez as dificuldades do processo foram reforçadas por líderes locais. A população se organizou em "passeatas, comícios e envio de centenas de telegramas à Câmara e à Comissão de Educação e Finanças" (Lopes, 2003, p. 33). O presidente retornou à Brasília, onde enviou à Câmara dos Deputados projeto no qual propunha a federalização da FMTM e da Faculdade de Medicina de Diamantina, em Minas Gerais, sua cidade natal.

Em setembro de 1960, em nova visita de campanha política feita a Uberaba, o candidato à presidência Tancredo Neves e seu vice, o ex-ministro Clóvis Salgado, asseguraram que a federalização já era ponto pacífico no Congresso Nacional; porém, advertiram para a necessidade de que esse projeto fosse votado antes da realização das eleições. Enquanto a federalização tramitava nas instâncias de análise e aprovação, JK assinou o Decreto 47.844, de 24 de dezembro de 1959, pelo qual a FMTM obteve o reconhecimento legal necessário à expedição dos diplomas acadêmicos. Em 6 de janeiro de 1960, graduou-se a primeira turma de Medicina, em solenidade de colação de grau, como registra na Figura 26.

Contudo, apesar do reconhecimento legal, o problema não estava resolvido. Por vários problemas passava a faculdade. Rendas escassas comprometiam até o pagamento dos professores e funcionários, constituindo-se até mesmo em ameaça de fechamento. Para que a FMTM continuasse a oferecer o curso de Medicina, era imperativo transformá-la em Instituição Federal de Ensino Superior. Em 27 de agosto de 1960, o prefeito Jorge Furtado esteve em Brasília com o presidente Juscelino Kubitschek, portando ofício de reforço à necessidade de abreviar a

Figura 26. Colação de grau da primeira turma de formandos da FMTM, 1960.

Legenda: O local ocupado pelos formandos na arquibancada obedeceu à ordem alfabética da relação de alunos concluintes.

Fonte: Centro de Documentação e Memória – Curso de História UFTM.

aprovação do projeto de federalização da FMTM antes do término de seu mandato presidencial. A resposta do presidente foi de tranquilidade. Ele considerava que esse fato já estava consolidado no Congresso Nacional, que trabalhava para aprovar o processo de federalização das duas faculdades de Medicina interioranas de Minas Gerais.

Os trabalhos em prol da federalização da faculdade de Medicina não cessaram, mesmo com a tranquilidade transmitida pelo Poder Executivo federal. Mozart Furtado foi ao Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1960, para audiência com o ministro da Educação. Enquanto isso, ficou acordado com Lauro Savastano Fontoura, presidente da sociedade mantenedora, que ele iria à Brasília acompanhar a tramitação do projeto de federalização, parado na comissão de educação. Já tinham sido realizadas sessões na Câmara dos Deputados com esse item na pauta, mas não houve quórum para votação.

Entretanto, Mozart Furtado se desencontrou com o ministro e, preocupado que estava com os encaminhamentos do processo de federalização, resolveu antecipar a viagem de retorno em um dia. Ele havia combinado com Savastano, presidente da sociedade mantenedora,

de encontrá-lo em Belo Horizonte no dia seguinte, mas ligou para o presidente do CAGV, Wandir Ferreira de Souza, pedindo para encontrá-lo em Brasília naquele mesmo dia. Chegando a Belo Horizonte, o diretor da FMTM encontrou com Savastano que, para sua surpresa, comunicou-lhe que havia mudado sua posição: agora era contrário à federalização. Tinha novo entendimento: a seu ver, a FMTM deveria ser transformada numa fundação.

> Do Rio telefonei ao presidente do Centro Acadêmico, propondo-lhe anteciparmos nosso encontro para terça-feira, a fim de que pudéssemos, os dois, estar presentes à posse do ministro Clóvis Salgado, aprazada para aquele dia. E segui para Belo Horizonte. Lá procurei o Dr. Lauro Fontoura e disse-lhe que já estava com a passagem comprada para Brasília. Dr. Lauro expôs-me francamente suas preocupações com respeito à federalização, dizendo que ele era inteiramente contrário. (FMTM, 1997, p. 19).

Com essa revelação, houve muitos desencontros que trouxeram à tona pendências administrativas da FMTM e dividiram a opinião da comunidade acadêmica. Mozart Furtado tentou, em vão, conciliar os contrários à federalização com os favoráveis. Como resultado das divergências políticas, em 17 de novembro de 1960, ele renunciou ao cargo de diretor da faculdade para não prejudicar o processo de federalização. Eis parte de seu discurso de agradecimento:

> Aproveito esta última oportunidade em que me é dado dirigir-me aos caros amigos professores, para agradecer-lhes por todas as demonstrações que tantas vezes me deram consideração e apoio. Ainda em nome da Faculdade, afirmo-lhes que se conseguimos chegar ao ponto em que estamos, transformando a Escola em esplêndida vitória, esta se deve ao seu esforço e à sua dedicação, que escreveram uma página luminosa na história de Uberaba. A todos, os meus agradecimentos e as minhas escusas pelas muitas faltas que involuntariamente cometi. [...] devo também, como um ato de justiça e comprazer, deixar consignados os meus agradecimentos a todos os funcionários, do mais modesto ao mais graduado, por sua dedicação e por seu devotamento à causa da Faculdade. [...] Aos estudantes, para quem a Escola foi fundada e para

> quem ela existe, os meus agradecimentos, pela colaboração que deram, quando solicitada ou quando lhes foi dada uma oportunidade, e pelo incentivo do ardor de sua mocidade. (FMTM, 1997, p. 19).

Todavia, a nova diretoria CAGV, que tomou posse em outubro de 1960, na figura do seu presidente, Nelson Assis, e do vice, Mário Lúcio Alves Batista, organizou os discentes, conclamando o envolvimento e a participação de toda a sociedade no que foi chamado de "campanha da federalização da FMTM". Buscaram firmar alianças com forças sindicais. O movimento foi para as ruas, com a realização de passeatas e comícios. Houve o envio de centenas de telegramas à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados Federais. Na segunda quinzena de novembro, o CAGV organizou uma concentração popular na praça Rui Barbosa, no Centro. Desse movimento, foram enviadas ao gabinete presidencial mais de quatro mil solicitações de federalização da FMTM, dentre circulares, telegramas, cartas e ofícios.

Uma comissão de alunos constituída pelo CAGV acompanhou, na Câmara dos Deputados, a votação da federalização da FMTM, aprovada em 25 de novembro de 1960. Enviado ao Senado, o senador Reginaldo Fernandes ficou incumbido de relatar o processo, justificando a necessidade de aprovação para a sobrevivência dessa escola interiorana. Em 14 de dezembro de 1960, o processo de federalização foi aprovado pelo Senado. O jornal *Lavoura e Comércio* (1960, p. 1) publicou esta manchete: "Faculdade de Medicina: JK sancionará a federalização na próxima segunda-feira". Assim, a sanção presidencial da federalização da FMTM era aguardada com expectativa. Esse evento importante foi agendado para o dia 18 de dezembro de 1960. Estiveram presentes, no Palácio da Alvorada, representantes da direção e da congregação da FMTM e uma comissão do CAGV constituída pelos acadêmicos Nelson Assis, Álvaro J. Azuz, Hadel Rachid Daher, Oswaldino Pereira e Valdete Cabral (Assis, 1964).

> Os alunos da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro têm, desde 1954, demonstrado o amor a sua escola, o interesse que tem sempre presente por sua ascensão sob os pontos de vista técnico, científico e material. Iniciaram por este ano de 1954 a luta que chegou a seu cume em 1960, a luta grandiosa pela federalização. Vimos lutando desde esta época com todo o afinco pela concretização deste sonho que era a

> federalização. Não esmorecemos um minuto sequer. Lutamos com todas nossas forças, com todos os meios de que dispúnhamos. Esta nossa luta chegou ao seu fim com a vitória. Somos uma escola pública. (Chacrinha da Med, 1961).

Segundo os alunos, esse momento encerrou um capítulo de luta e glória na história da FMTM, conforme documentado pela "Mensagem da federalização do CAGV":

> Nobre colega:
> Um dos mais elevados ideais de nossa vida acadêmica tem sido concretizado na Federalização de nossa Faculdade. Novas e largas perspectivas abrem-se agora para a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (Federal). Assim, ao enviar ao colega a íntegra da mensagem presidencial, lei aprovada, a nossa "Mensagem da Federalização", comentamos com o nobre colega alguns aspectos do fato consumado, para felicidade nossa, em 18 e dezembro deste, para nós, memorável ano de 1960. a) As cadeiras serão de ora em diante orientadas por catedráticos, interinos, até a realização do concurso de cátedras e por chefes de departamento; b) Os departamentos terão a imprescindível assistência direta do MEC; c) Para os diversos departamentos, material técnico mais adequado será adquirido e novas dependências com a construção de outros pavilhões; d) Os catedráticos terão obrigatoriamente seus assistentes e seus monitores, assistindo e orientando mais seguramente nossos colegas; e) O ensino clínico ficará enquadrado nos departamentos de clínica propriamente e departamento de cirurgia, tornando-se assim mais racional e mais proveitoso o sistema de ensino; f) Fica inteiramente afastada de quaisquer injunções políticas e interesses de grupos nossa Faculdade, servindo somente ao povo, a quem, agora, legìtimamente pertence; g) Deixa de ser nossa Faculdade uma "Sociedade Particular" ou simples Instituição de Ensino Superior, com todos os graves vícios decorrentes, para tornar-se autêntico centro de formação médica, autônoma, livre, independente, plenamente democrática como só a Escola Pública; h) A insígnia da República será agora o Selo de Segurança da nossa Faculdade; i) Cônscio que sempre foi, de suas responsabilidades, o corpo discente da FMTM terá agora também os direitos universitários assegurados na Escola Pública. Prezado Colega, esses são alguns aspectos decorrentes da Federalização de

> nossa Escola de Medicina, de onde deveremos sair Médicos. Nossa luta, entretanto, não para aqui. Entendemos que o Concurso para provimento de Cátedras é inadiável e, para isso, temos voltados os nossos objetivos. Principalmente naquelas mais deficientes. Temos de nos propor a sermos, agora, vigilantes, altivos e responsáveis desta Escola Pública, Escola Federal. Agora, mais que nunca, nós constituímos a Escola. Não mais alguns, grupos ou o Prédio. Sua expressão situa-se em muito mais amplas dimensões que só o elemento humano que se forma pode atender. Nós, alunos, a única força atuante contínua do processo da Federalização e, que tivemos no Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira nosso grande patrono, não podemos parar. E a mais imediata possível realização do provimento de Cátedra em Concurso é nosso próximo objetivo. Informar o prezado colega foi nosso propósito nessa "Mensagem da Federalização". Honramo-nos ainda da oportunidade de apresentar-lhe os melhores votos ceageveanos de muito boas festas e feliz 1961, extensivos aos seus queridos familiares. SAUDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS – a) Mário Lúcio Alves Baptista – Secretário Geral; b) Nelson Assis – Presidente do CAGV. (FMTM, 1964, s.p.).

A seguir, retrata-se o momento da solenidade de assinatura pelo presidente JK da federalização da FMTM. O Decreto-Lei 8.457, de 26 de dezembro de 1945 – que promoveu alterações no Estatuto das Universidades Brasileiras –, favoreceu a organização das novas universidades. Essa mudança possibilitou instalar uma universidade com base na existência de uma faculdade de Filosofia, uma de Direito, e mais uma terceira, que poderia ser uma de Economia ou Serviço Social. Dessa forma, excluiu-se a necessidade de criar os cursos de Medicina e engenharias, onerosos e complicados. A partir de 1950, ocorreram numerosas federalizações de Instituições de Ensino Superior. As escolas isoladas, em especial as localizadas nas capitais, foram aglutinadas em universidades. Esse mesmo processo ocorreu com as faculdades católicas. Segundo Cunha (1983, p. 94), "Raras são as universidades hoje existentes que escaparam a esse processo aglutinador". Como exceção, pode-se citar a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de São Carlos, criadas após 1960. Mas, de acordo com o autor, a aglutinação das faculdades isoladas em universidades foi condutora da transformação do ensino superior na República populista, de modo que em 1964 o Brasil tinha 39 universidades.

Figura 27. Assinatura do decreto de federalização da FMTM pelo presidente Juscelino Kubitschek, no Rio de Janeiro.

Fonte: Arquivo digital do Serviço de Fotografia – Comunicação Social UFTM.

Quando houve a federalização da FMTM, já funcionavam a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, a de Enfermagem Frei Eugênio e as Faculdades Integradas São Tomás de Aquino, com cursos superiores de formação docente, e a Faculdade de Direito; mas o que se viu foi a federalização de um curso e uma instituição isolada de ensino superior. Nessa perspectiva, é importante pontuar outros temas que surgiram na pesquisa aqui descrita e não puderam ser investigados ante as limitações do tempo e de escopo: se o estatuto das universidades preconizava transformar as IES em universidades, se a cidade tinha cursos superiores necessários para serem aglutinados em uma universidade, e por que Uberaba, em 1960, não criou a sua universidade federal. Considera-se, portanto, que esse fato merece uma investigação aprofundada.

* * *

# Considerações finais

O que se apresenta como considerações finais é apenas uma compreensão possível do que me propus a fazer desde o começo, resguardando-se o discernimento do objeto analisado, que pode levar a uma série prodigiosa de aprofundamentos das análises teóricas em pesquisas futuras. Numa palavra, trata-se de uma leitura possível. Somente isso. Nem sempre se alcança a tempo o que se procura. Às vezes não se fazem as perguntas certas às fontes. Nem sempre se encontra o que se espera ao fim de uma jornada de pesquisa. Este estudo procurou compreender a criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) de Uberaba, MG, buscando – sempre que possível – conexões sociais e políticas que pudessem revelar seu processo de institucionalização. A meu ver, este trabalho permite ampliar os conhecimentos dos saberes construídos, histórica e socialmente, quanto à educação uberabense – e até mineira, pois tratou da criação da terceira escola de medicina do estado.

Nas primeiras décadas do século XX, Uberaba era uma fronteira cultural que iniciava uma tradição na oferta da educação superior. Tinha já as faculdades de Odontologia do Triângulo Mineiro; Integradas São Tomás de Aquino; de Enfermagem Frei Eugênio e a de Direito. Frequentavam-nas não só uberabenses, mas também gente vinda de outras cidades. Estudar era empreitada difícil, restrita a camadas sociais privilegiadas economicamente. Por exemplo, até a criação da FMTM, a opção para quem queria ser médico era ir para centros urbanos como o Rio de Janeiro.

Para o desfecho da criação da FMTM, foram fundamentais as boas relações que os médicos uberabenses mantiveram com líderes políticos em todos os níveis dos poderes públicos em numerosos momentos dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – este como governador de Minas Gerais e presidente da República –, nos quais a criação dessa instituição foi assunto-chave em discussão. A proposta feita por Kubitschek – "fundar em Uberaba uma faculdade de medicina, a exemplo de Juiz de Fora" (FMTM, 1997, p. 8) – foi o motor impulsor desse movimento, ainda que se possa afirmar que a sociedade uberabense desejasse criar um curso

de Medicina para formar seus "filhos" sem o ônus do deslocamento para outras cidades.

Nesse processo, foi proeminente o trabalho de Mozart Furtado Nunes que, aos 50 anos de idade e vivendo "serena e despreocupadamente entregue aos trabalhos de rendosa e seleta clínica" (FMTM, 1997, p. 8), não hesitou em assumir a liderança do processo político, burocrático e desgastante de criar e instalar um curso de Medicina e uma instituição de ensino superior. Também não se pode negar a importância dos fundadores da segunda metade do século XX: não se conformando com o papel de atuação secundária na sociedade uberabense, tomaram para si o compromisso que era do poder público: dar novos rumos à medicina e à saúde uberabense.

A constituição da FMTM congregou médicos da cidade e especialistas de outras regiões, criando um palco de formação de profissionais médicos e – por que não dizer? – do ensino médico como profissão. Ali, naquele espaço pensado para a educação médica, arregimentou-se um corpo de médicos-professores-especialistas que se envolveu com afinco na instalação da recém-criada FMTM, mesmo que alguns residissem em cidades distantes. Garantiram o status da escola e um ensino de qualidade dentro da visão do período aos alunos que por lá passaram, dentre os quais alguns até se tornaram professores da faculdade.

Com a responsabilidade de gerenciar a Santa Casa de Misericórdia de Uberaba – logo transformada em hospital-escola –, a FMTM tornou-se possibilidade real de dar assistência à população. Ainda, a atuação de docentes e discentes em instituições de saúde da cidade, como o Hospital da Criança, abriu a possibilidade de realizar ações em saúde pública que fossem além do esperado para uma instituição educacional, mesmo que da área de saúde. Em outros tempos, a Santa Casa transformar-se-ia em um dos maiores hospitais de clínicas da região do Triângulo Mineiro de atendimento efetivo dos problemas da relação entre saúde e doença. Dessa forma, a criação da FMTM significou avanço não só para a educação, como também para a saúde em Uberaba e região.

A influência dos Estados Unidos na educação médica ficou evidenciada com a adoção do modelo curricular concebido por Abraham Flexner. Dentre outras características, tal modelo exigia um local de treinamento para os médicos, os hospitais-escola. Atribui-se a esse modelo o ensino médico baseado em clínicas por especialidades (médica,

cirúrgica, pediátrica, ginecológica etc.), o que aparentemente enfraqueceu a formação do clínico-geral, tão necessária aos atendimentos públicos ambulatoriais.

A FMTM formou, no período estudado, muitos uberabenses, assim como belo-horizontinos e gente de cidades do interior mineiro. Além disso, atraiu público de São Paulo e Campinas, dentre outras urbes paulistas, bem como de Goiás e Mato Grosso.

A federalização da FMTM foi consequência de lutas travadas pelos líderes acadêmicos, dada a escassez de recursos orçamentários para cobrir custos de manutenção de laboratórios, equipamentos, hospital, remuneração de professores e funcionários, dentre outros. Coube a Juscelino Kubitschek, como presidente, já nos derradeiros dias de mandato, o papel central de apoiar o grupo nessa empreitada.

Muito há que se pesquisar sobre a FMTM. No entanto, espera-se ter contribuído para uma escrita da história dessa instituição naquele momento. Que as considerações e indagações aqui realizadas possam servir de auxílio e estímulo a outras pesquisas. Só assim seremos capazes de valorizar o passado, analisar o presente e projetar um futuro diferenciado, redefinindo ações e construindo o novo. Fávero (2005, p. 59) afirma que avaliar a trajetória dos fatos educacionais pode:

> contribuir para a reconstrução e reinterpretação de alguns aspectos da história da educação do país; não como uma história passada, morta, mas uma história cujos fatos tiveram ou têm um significado e, de alguma forma, poderão contribuir para se repensar e se entender o presente.

Portanto, o diálogo com o passado é condição para inspirar e nortear os trabalhos de ensino e as reformas no campo educacional. Que os anseios pelo novo saiam do plano da utopia e caminhem em frente, sempre com fulcro naquilo que construíram nossos antepassados. Avante!

* * *

# Referências

ACADEMIA DE LETRAS DO TRIÂNGULO MINEIRO. José Soares Bilharinho: cadeira 38. *Academia de Letras do Triângulo Mineiro*, 2011. Disponível em: <http://academiadeletrastm.com.br/josesoaresbilharinho.php>. Acesso em: 21 abr. 2016.

AMARAL, Jorge Luiz do. *Duzentos anos do ensino de medicina no Brasil*. 2007. 207 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/duzentos%20anos%20de%20medicina%20no%20brasil.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

ARAÚJO, Fernando. *Juscelino Kubitschek, o médico*. Belo Horizonte: Lithera Maciel, 2000. 408 p.

ASSIS, Nelson. A realidade dos dez anos: a história da fundação da FMTM e do Centro Acadêmico Gaspar Viana. Suas vidas em 10 anos. *Revista Centro Acadêmico Gaspar Vianna*, Uberaba: FMTM, número especial de 10º aniversário da FMTM, 1964.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* 6. ed. Brasília: UnB, 1996. 940 p.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História*: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. 240 p.

BENTHAM, Jeremy. O panóptico. In: TADEU, Tomaz (Org.). *O Panóptico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 15-87.

BESE, Regina Macedo Boaventura. *Expansão e interiorização da educação superior.* 2007. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/monografias-e-trabalhos/508-expansao-e-interiorizacao-da-educacao-superior.html>. Acesso em: 13 out. 2013.

BILHARINHO, José Soares. *História da medicina em Uberaba.* Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1980, v. 1.

BILHARINHO, José Soares. *História da medicina em Uberaba.* Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1982, v. 2.

BILHARINHO, José Soares. *História da medicina em Uberaba*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1993, v. 4.

BILHARINHO, Guido Luiz Mendonça. Uberaba na década de 1890 (II): Instituto Zootécnico e sede do bispado. *Jornal de Uberaba*, Uberaba, MG, 27 ago. 2006. Cultura, p. 4.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *O mercado de trabalho mineiro no século XIX*. Belo Horizonte (MG): Ibemec, 2004. Disponível em: <http://www.ceaee.ibmecmg.br/wp/wp12.pdf>. Acesso em: 7 maio 2015.

BORGES JÚNIOR, Randolfo. Discurso proferido por ocasião da abertura do I Congresso Médico dos Ex-alunos da FMTM e III Congresso Médico da SMCU e VII Congresso Médico do interior da AMMG, em 1983. *Nossa faculdade de medicina, sua história, seu destino*, Uberaba, p. 1-2, 1983.

CAMPOS, Giselda. *Curiosidade histórica*: o desabafo. 2012. Disponível em: <http://giseldacampos-jornalista.blogspot.com.br/2012/04/conta-gotasnoticias_23.html>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades.* São Paulo: Unesp, 1996. 131 p.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhoa. *"Sciencia et Labor" no "Palácio da Luz"*: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946). 2010. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) -— Programa de Pós-graduação em Educação (), Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/ (PR), 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/23355/Tese%20-%20Erica%20Piovam%20de%20Ulhoa%20Cintra.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 set. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica*: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 260 p.

DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano*: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha-MG (1888-1929). 2009. 203 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Júlio Mesquita Fi-

lho, Franca, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103114/dantas_sm_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 set. 2018.

EDLER, Flavio C. A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 6, 2000, Salvador. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva: o sujeito na Saúde Coletiva.* Salvador: Abrasco, 2000. .

FMTM (FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO). *História e médicos da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro*. Uberaba: Zardo, 1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 135-51.

FÁVERO, M. L. A. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa da história da educação brasileira. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da educação em perspectiva*: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas; Uberlândia: Autores Associados; Edufu, 2005. p. 47-67.

FERREIRA, Orlando. *Terra madastra*: um povo infeliz. Uberaba: Typographia do Brasil Central, 1928.

FEUERWERKER, Laura. Além do discurso de mudança na educação médica: processos e resultados. 1.ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2002. 306 p.

FONSECA, André Azevedo da. *A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do Triângulo Mineiro (1940-1950).* 2010. 335 f. Tese (Doutorado em História) -– Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103080/fonseca_aa_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 set. 2018.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da educação em perspectiva*: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas; Uberlândia: Autores Associados; Edufu, 2005, p. 71- 90.

GONÇALVES, Nádia G. *Constituição histórica da educação no Brasil*. Curitiba: Ibpex, 2011.

GORDON, Richard. *A assustadora história da medicina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno*: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870–1937). Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

JORNAL DA MANHÃ. Vitória: Uberaba/MG, 27 maio 2015. Disponível em: <http://www.jmonline.com.br/novo/?colunas,82,CR%D4NICA+DO+DIA,27/05/2015>. Acesso em: 2 mar. 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, Márcia M. da Silva Barreiros. As damas da caridade. In: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; VANIN, Iole Macedo; ARAS, Lina Maria Brandão de (Org.). *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: Neim; UFBA, 2001. p. 89-103.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste. Campinas: Unicamp, 1985.

LOPES, Maria Antonieta Borges. *Projeto memória da FMTM*. Uberaba: Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, 2003.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro, do império à República*: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: Edufu, 2010.

MACHADO, Maria Helena (Coord.). *Os médicos no Brasil*: um retrato da realidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MACHADO, Sonaly Pereira de Souza. *História do Instituto Zootécnico de Uberaba*: uma Instituição de Educação Rural Superior (1892-1912). 2009. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13793/1/Parte1.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

MAGALHÃES, Justino. *Comunicação*: contribuindo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. Braga: Universidade do Minho, 1998.

MARINS, João José Neves; REGO, Sérgio; LAMPERT, Jadete Barbosa; ARAÚJO, Guido Corrêa de (Org.). *Educação médica em transformação*: instrumentos para a construção de novas realidades. São Paulo: Hucitec; Abem, 2004.

MASSA. In: DICIONÁRIO de Sociologia. 2016. Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc_m.html>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MELO, Geovana Ferreira. *Por trás dos muros escolares*: luzes e sombras na educação feminina (Colégio N. Sra. das Dores – Uberaba 1940/1966). 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13735/1/TrasMurosEscolares.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e a república*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. v. 4.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas: Preservar a informação, construir a memória. *Pró-posições*, Campinas (/SP), v. 16, n. 1, p. 103-116, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33681/1/2005_os%20arquivos%20escolares%20nas%20instituicoes%20portuguesas.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 296-323.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero*: história e educação em Minas Gerais (1835-1892). Brasília: UnB, 2003.

NASCIMENTO, Clarissa Nóbrega Gambarra; LEMOS, Pedro Carlos Pianino. A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: 95 anos de história. *Revista de Medicina*, [s.l.], v. 86, n. 4, p. 232-242, 20 dez. 2007. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBiUSP. http://dx.doi.org/10.11606/issn.1679-836.v86i4p232-242. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/59202>. Acesso em: 13 set. 2018.

NOSELLA, Paulo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares*: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Neilton Araujo de. *Ensino médico no Brasil:* desafios e prioridades, no contexto do SUS – um estudo a partir de seis estados brasileiros. 2007. 201 f. Tese (Doutorado em Ensino em Biociências e Saúde) – Curso de Ensino em Biociências e Saúde, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp074876.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

PARÁ. Secretaria de Estado da Educação. Comissão de Moral e Civismo. *Vida e obra de Gaspar Vianna (1885–1914)*. Belém: SEE; CMC, 1985.

PEREIRA, A. P. *Memória sobre a medicina na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, 1923.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização do Brasil Central*. 2. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

PRIETO, Élisson. Os 50 anos da Faculdade de Direito no espaço e no tempo da Universidade Federal de Uberlândia. *Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia*, v. 38, n. 2, 2010, p. 383-406.

REIS, João José. Presença negra: conflitos e encontros. In: *IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 79-99.

REZENDE, Eliane Mendonça Márquez de. *Uberaba*: uma trajetória socioeconômica – 1811-1910. Uberaba: APU, 1991.

RICCIOPPO FILHO, Plauto. *Ensino superior e formação de professores em Uberaba/MG (1881–1938)*: uma trajetória de avanços e retrocessos. 2007. 508 f. Dis-

sertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade de Uberaba, Uberaba (/MG), 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp066991.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

RISCHITELI, Augusto Bragança Silva Pigrucci. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antonio Borges Sampaio (1880–1908).* 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista (Unesp) "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2005.

SAMPAIO, Borges. *Uberaba*: história, fatos e homens. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971. v. 1.

SANTANA, Ângela Cristina Salgado de. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa, 1862-1934.* 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp088107.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino*: um marco humanista na história da educação brasileira (1960 - 1980). 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em em Ciências Humanas) –, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14057/1/MLLSantosDIS-01PRT.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira.* São Paulo: Ed. USP; Hucitec, 1977. v. 1.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira.* São Paulo: Ed. USP; Hucitec, 1980. v. 2

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*, Campinas, v. 4, p. 13-26, jan./dez. 2006.

SCLIAR, Moacyr. *Cenas médicas*: pequena introdução à história da medicina. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

SOUZA, Wandir Ferreira. Me dê um cigarro aí [entrevista]. *Jornal da FMTM*, Uberaba, ano V, dez. 1998.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. *O grupo escolar Minas Gerais e a educação pública em Uberaba (MG) entre 1927 e 1962.* 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13903>. Acesso em: 14 set. 201

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. *Memórias migrantes e outras histórias tijucanas*. Uberlândia: Fapemig, 2014.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Ensino Superior no Brasil*: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

UFTM (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO). Hospital de Clínicas. *Apresentação do Hospital de Clínicas*. 2015a. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/hospitaldeclinicas/apresentacao>. Acesso em: 31 jun. 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. *Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960.* 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16175/1/PapelElitesDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

WIRTH, J. D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

## Fontes jornalisticas

CORREIO CATÓLICO. Uberaba/MG, 9 de fev. de 1946.

CORREIO CATÓLICO. Uberaba/MG, 3 de set. 1957a.

CORREIO CATÓLICO. Uberaba/MG, 12 de mar. de 1957b.

CORREIO CATÓLICO. Uberaba/MG, 16 de mar. de 1959.

FMTM (FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO). *Revista do "Centro Acadêmico Gaspar Vianna"*. Uberaba: Departamento de Imprensa e Propaganda do Centro Acadêmico "Gaspar Vianna", 1964.

GAZETA DE UBERABA. Uberaba/MG, 31 de dez. de 1888.

JORNAL DA FMTM. Uberaba/MG, 1998.

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba/MG, 9 out. 2013.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 24 dez. 1916.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 28 jul. 1927.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 22 jun. 1933.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 8 ago. 1936.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 28 set. 1939.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 12 mar. 1940.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 3 out. 1941.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 7 out. 1946.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 27 nov. 1947.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 18 mai. 1950a.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 11 set. 1950b.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 1 fev. 1956.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 15 fev. 1958.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG, 16 dez. 1960.

PROGRESSO MÉDICO. Rio do Janeiro/RJ, 1881.

## Fontes legais

BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. *Actos do Poder Executivo*,. Rio de Janeiro:, Imprensa Nacional, 1915. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-norma-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Official*, Rio de Janeiro, p. 5800, 15 abr. 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 7 dez. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 975, de 27 outubro de 1896. Aprova o regulamento do Instituto Zootécnico. Lexml, 27 out. 1896. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1896-10-27;975>. Acesso em: 18 set. 2018.

MINAS GERAIS. Lei nº 981, de 29 ago. 1953. Dispõe sobre a reforma e doação do prédio onde funciona a penitenciária de Uberaba e dá outras providências. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, MG, 30 ago. 1953. Col. 1.

UBERABA. Prefeitura de Uberaba. *Plano Decenal de Educação de Uberaba*. 2007.

Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/plano_decenal.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

## Fontes documentais

ALMANAQUE uberabense. Uberaba, MG, Casa Século XX, ano II, 1903.

ANUÁRIO estatístico do Brasil. *Estado da população*: população do Brasil, na data do recenseamento geral de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1948, v. 8.

AMB (ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA); CFM (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA). *Abertura de escolas de medicina no Brasil*: relatório de um cenário sombrio [redação de Ronaldo da Rocha Loures Bueno Maria Cristina Pieruccini]. 2. ed. São Paulo: AMB; CFM, 2005. 64p. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/arquivos/EscolasMedicas3008.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CHACRINHA DA MED. Programa de auditório da rádio PRE-5. Apresentado às quintas-feiras (11h40–12h). Uberaba, MG, 13 de abril de 1961.

FMTM (FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO). *Ata de fundação*. Uberaba, 27 de abril de 1953.

FMTM. Congregação. *Ata de reunião de 25 de maio de 1954*. Uberaba, 1954a.

FMTM. Comissão de Ensino Superior. Parecer 2, de 8 de março de 1954. Matriz curricular do curso de Medicina da FMTM. Uberaba: FMTM, 1954b.

FMTM. Congregação. *Ata de reunião de 20 de fevereiro de 1955*. Uberaba, 1955.

FMTM. Congregação. *Ata da reunião de aprovação das alterações na matriz curricular do curso de Medicina*. Uberaba, 4 dez. 1956. manuscrito em papel pautado.

FMTM. Ficha de identificação de filiação ao CAGV. Uberaba, 1957.

FMTM. Congregação. *Ata de reunião de 12 dez. 1960*. manuscrito em folha avulsa.

FMTM. Centro Acadêmico Gaspar Vianna. *Revista do CAGV*, Uberaba, 1964.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Censo demográfico do estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. v. XXI. tomo 1. (Série regional).

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. *Histórico*. Disponível em: <http://www.ioc.fiocruz.br/pages/historia_right.htm>. Acesso em: 19 ago. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. *Biografia de Alceu Amoroso Lima*. 2006. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/

bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/alceu/index.php?p=79>. Acesso em: 30 jul. 2015.

UBERABA. Prefeitura de Uberaba. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Plano decenal municipal de educação*: 2006-15. Uberaba: SMEC, 2007.

UFTM (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO). Reitoria. *FMTM*: uma história de idealismo e coragem. Ana Luiza Brasil (Org.). Digitado, impresso, grampeado com marcas manuscritas de revisão e cortes em algumas páginas. Uberaba, MG, [1997]. 66 p. não publicado.

UFTM. Curso de Medicina. Divisão de Apoio Técnico-pedagógico da Pró-reitoria de Ensino. *Grades curriculares do curso de graduação em Medicina*. Uberaba: UFTM, 2002. 90 p. encadernado em espiral.

UFTM. *Relatório da Pró-reitoria de Recursos Humanos da UFTM*. [Relação nominal de professores e funcionários da FMTM até 1960]. Uberaba: UFTM, 2015b.

UFTM. Centro Cultural. *Dados biográficos dos fundadores da FMTM*. Uberaba: UFTM, 2015c.

## Fontes iconográficas

ALMANAQUE de Uberaba. Uberaba, MG, Casa Século XX, 1917.

Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Departamento de Arquivos Especiais. Armário de Fotografias. Uberaba/MG.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADA DE FERRO. [Mapa de linhas construídas entre 1872 e 1921]. 1922. Disponível em: <http://www.cmef.com.br/pp_mapa.htm>. Acesso em: 28 out. 2015.

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba/MG, 9 out. 2013.

UNIUBE (UNIVERSIDADE DE UBERABA) (UNIUBE) (Uberaba ). *Portal Mário Palmério*. Disponível em: <http://www.uniube.br/mariopalmerio/memorial/mp100.php>. Acesso em: 14 set. 20158.

UFTM. Centro cultural. *Arquivo comemorativo dos 50 anos de curso de Medicina*. Uberaba: UFTM, 2009.

UFTM. Arquivo de fotografias do Diretório Acadêmico Gaspar Vianna – UFTM. Uberaba/MG.

UFTM. Arquivo digital do Serviço de Fotografia – Comunicação Social UFTM. Uberaba, MG.

# Anexo 1

**PROGRAMAÇÃO I CONGRESSO MÉDICO DO TRIÂNGULO MINEIRO (BILHARINHO, 1993, p. 1315 a 1319).**

**Dia 11 – quinta-feira**

8h – Missa na Catedral, oficiada por Dom Alexandre Gonçalves Amaral.

9h – Inauguração do retrato do Dr. José de Oliveira Ferreira na Sede da Sociedade de Medicina.

Inscrições

20h30 – Sessão solene de abertura, oradores: Dr. Alfredo Sebastião Sabino de Freitas, Presidente da SMCU; Dom Alexandre Gonçalves Amaral: espiritualismo na medicina.

Exibição de filmes científicos de interesse social.

1 – Conceito ético-patogênico da doença mega esôfago-megacolon – tratamento do megacolon pela amputação abdomino-perineal do reto signóide – procedência do reto – divertículo do esôfago – teoria da acalasia – prof. Alípio Corrêa Neto (São Paulo)

**Dia 12 – sexta-feira**

8h – Megaesôfago e megacolon – Drs. Sabino V. de Freitas Júnior, Eurípedes Garcia, José de Abreu, Paulo de Oliveira e Álvaro Guarita.

– Tuberculose Óssea no Hospital Jesus, do Rio de Janeiro – contribuição do Dr. Maurício de Lacerda Filho.

14h – Fontes hidrominerais do Triângulo e seu valor terapêutico – Drs. Mário Magalhães (Araxá), Edmar Cuna (Araxá) e José de Oliveira Passos (Araxá).

– Acalasia (estreitamento) do piloro – quatro casos de megaesôfago não curados pela operação de Heller e tratados pelo balão hidrostático – Dr. Arrigue Raia (São Paulo).

– Volvo por megacolon – Drs. Antônio Campos (São Paulo) e Ari do Carmo Russo (uberabense residente em São Paulo).

– Dois casos de megaesôfago não curados pela operação de Heller e tratados com resultado pela ressecção transtorácica do cárdia – Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (São Paulo).

– Estatística de megaesôfago – estatística de megacolon – Drs. Arrigo Raia e Osvaldo Mesa Campos (São Paulo).

20h – Rádio diagnóstico da úlcera gastroduodenal – prof. José Vítor Rosa (São Paulo).

– Tratamento das queimaduras – Dr. Ari do Carmo Russo

– Organização do serviço de transfusão de sangue no Hospital das Clínicas de São Paulo – Dr. Ari do Carmo Russo.

– Radioterapia – Dr. Dilermando Pagnano (São Paulo).

Dia 13 – sábado

9h – Endemias do Triângulo Mineiro – Dr. Luiz Arantes (Uberlândia)

– A situação do problema da hanseníase no Triângulo Mineiro – Drs. Orestes Diniz (Belo Horizonte), José Mariano (Belo Horizonte) e Afrânio Rodrigues da Cunha.

– Tratamento da hanseníase pela Sulfonas – Dr. Orestes Diniz e prof. José Mariano.

14h – Doença de Chagas no Triângulo Mineiro – Drs. Rubens Jacomo, Clemente Araújo e Tasso de Camargo.

Conferências dos representantes do Conselho Britânico no Brasil: Progressos recentes nos estudos do vírus – métodos práticos de diagnóstico laboratorial e das viroses, com menção a possíveis problemas no Triângulo Mineiro – Dr. Hélio G. Pereira e Organização Médica na Inglaterra – Dr. Margnerite S. Pereira.

20h – Consideração sobre a possível vacinação profilática de coletividade pela nebulização – Dr. Eduardo Maffei.

– Considerações sobre o círculo histotrópico do plasmodium (reprodução do micróbio da maleita nos tecidos do organismo – Dr. Eduardo Maffei.

– Plasma sanguíneo – projeção de filme – Dr. Maurício de Lacerda Filho (Rio de Janeiro).

– A medicina na Grécia antes de Hipócrates – Dr. Norberto de Oliveira Ferreira.

22h – Baile oferecido pelo Jóquei Clube.

**Dia 14 – domingo**

9h – Conferência sobre tema ortopédico – prof. Bruno Valentim (Belo Horizonte).

– Filme suíço sobre novo teste para gravidez.

– Cirurgia plástica no tratamento das fissuras congênitas da boca – Dr. J. Rebelo Neto (São Paulo).

– A diamba e sua importância médico-social – Dr. Raimundo Mariano de Matos.

– Aspecto médico-social da assistência à maternidade no Triângulo Mineiro – Dr. Duarte Miranda.

– A gastrectomia (operação para tratamento da úlcera do estômago) em Uberlândia – Dr. Arnaldo Godói de Souza.

– Estudos hematológicos – Dr. Tasso de Camargo (Goiás).

14h – Hipertireoidismo na infância – Dr. Humberto de Oliveira Ferreira.

– Coração e gravidez – Dr. Antônio Sabino de Freitas Júnior.

– Assistência médico cirúrgica aos ferroviários da Companhia Mogiana do Triângulo Mineiro – Dr. Sílvio Rabelo.

– Bócio intratorácico e cirurgia do bócio – Dr. Alfredo Sabino

– Pé torto – considerações gerais e processo de tratamento – Dr. Sabino V. de Freitas Júnior.

– Assistência Escolar-Serviço Oto-Rino-Oftalmológico em Uberlândia e Afastadores mecânicos em Rinologia – Dr. Eduardo S. Velloso Vianna.

– Emprego de curare em medicina cirúrgica – exibição de filme – Dr. Francisco Caldeira Algodoal (São Paulo).

20h – Jantar de encerramento

– Missa na Catedral – em ação de graças pela importante realização científica foi celebrada, por Dom Alexandre Gonçalves Amaral, missa que marcou o início da jornada pioneira.

– Inauguração do retrato do Dr. José Ferreira de Oliveira na sede da SMCU em bela solenidade presidida pelo Dr. Boulanger Pucci, foi descoberto o retrato do benquisto Dr. José Ferreira de Oliveira, elogio do homenageado coube ao Dr. Paulo Rosa.

# Anexo 2

**PARECER N.º 2**
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**
**COMISSÃO DE ENSINO SUPERIOR**

**Lido em 24.02.54.**
**Aprovado unânimemente em 8.3.54.**

**ASSUNTO: FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO – Autorização para funcionamento (Processo n.º 116 074/53)**

O Diretor da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro requer autorização para o funcionamento da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba, Estado de Minas Gerais, nos têrmos do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, combinado com o Decreto-lei n.º 2.076, de 8 de março de 1940.

O Inspetor César do Val Villares, designado para proceder à verificação *in loco* das condições da Faculdade, em face das exigências da lei, apresentou relatório do qual constam os dados que a Comissão passa a examinar.

*Personalidade Jurídica* – A entidade mantenedora da Faculdade é a Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, que possui personalidade jurídica de direito privado, com seus Estatutos devidamente registrados.

*Capacidade Financeira* – O patrimônio da Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro é representado por vinte mil apólices do Estado de Minas Gerais, de mil cruzeiros cada uma; por um prédio e terreno situados no centro da zona urbana da cidade, dispondo de água, esgoto, luz, telefone, etc., avaliados em Cr$ 3.461.595,50; pelos laboratórios e instrumental avaliado em Cr$ 550.070,30 e pela Biblioteca avaliada em Cr$ 30.000,00, somando tudo Cr$ 24.021.673,80.

*Edifícios e Instalações* – O Govêrno do Estado de Minas, por lei do Congresso, doou à Faculdade um edifício para servir-lhe de sede. Enquanto

se executam as obras de adaptação necessárias, a Faculdade funcionará em edifício pertencente à Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro.

A parte prática será dada nas dependência da Santa Casa de Misericórdia, do Hospital da Criança, do Pavilhão Vicente Rodrigues da Cunha e do Instituto de Radium.

*Aparelhamento Administrativo* – vem descrito no relatório em estudo a fls. 5, completado pela relação de fls. 178.

*Organização Administrativa e Didática* – É prevista no projeto do Regimento existente no processo, a fls. 74.

*Corpo Docente* – Foram apresentados trinta e seis nomes de professores, para a constituição da Congregação da Faculdade, sendo que todos os professores serão considerados como contratados ou interinos, até que sejam aprovados em concurso de títulos e de provas, de acordo com o que preceitua a Constituição Federal.

ANATOMIA DESCRITIVA – Renê Cecílio. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. É portador de vários diplomas de cursos de extensão universitária e tem publicado trabalhos em revistas científicas.

HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA GERAL – Rubens Jacome. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Publicou vários trabalhos sobre Doença de Chagas.

FISIOLOGIA – José de Paiva Abreu. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Diretor clínico da Santa Casa. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba. Tem publicado vários trabalhos sobre assuntos profissionais.

FÍSICA BIOLÓGICA – Jorge Abraão Azor. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Faculdade de Odontologia de Uberaba. Auxiliar acadêmico por concurso.

QUÍMICA FISIOLÓGICA – Allyrio Furtado Nunes. Tem diploma devidamente registrado. Atestado de ilibada idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Ex-professor da Faculdade Fluminense de Odontologia. Professor da Escola de Enfermagem Frei

Eugênio. Professor da Escola de Filosofia de Goiás e professor do Colégio Estadual de Goiás.

ANATOMIA TOPOGRÁFICA – Sabino Vieira Freitas Júnior. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Interno por concurso. Assistente do Professor Ayres Netto. Assistente do Professor Rothbert, de Chicago. Diploma de Post-graduate pelo American Medical Association. Assistente de Broncoesofagologia do Professor Hotinger, de Illinois. Trabalhos publicados no Brasil e no estrangeiro.

FARMACOLOGIA – José Soares Bilharinho. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Diploma do curso de Charity Hospital de New York. Vários trabalhos publicados em revistas científicas.

PATOLOGIA GERAL – Antônio Sabino de Freitas Júnior. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Trabalhos médicos apresentados à Sociedade de Medicina e Cirurgia, de Uberaba.

PARASITOLOGIA – Ézio de Martino. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Residente durante dois anos no Clarés Hospital. Assistente do Professor Charles R. Conner. Graduado pela Columbia University de New York. Vários diplomas de cursos de especialização.

MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA – José Sebastião da Costa. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Diploma de aperfeiçoamento em Radiologia da Universidade de S. Paulo. Trabalhos publicados.

CLÍNICA PROPEDÊUTICA MÉDICA – Randolpho Borges Júnior. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, Chefe do Serviço de Câncer do Instituto do Radium. Exerceu o cargo de Assistente. Trabalhos publicados em revistas científicas.

CLÍNICA DERMATOLÓGICA E SIFILIGRÁFICA – Afrânio Rodrigues da Cunha. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade para o exercício do magistério superior. Compromisso de residência em Uberaba. Ex-assistente do Professor Eduardo Rabelo. Ex-assistente da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Tem publicado vários trabalhos sobre assuntos profissionais.

CLÍNICA PROPEDÊUTICA CIRÚRGICA – Hélio Luís da Costa. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade para o exercício do magistério superior. Compromisso de residência em Uberaba. Diploma de vários cursos de especialidade profissional.

TÉCNICA OPERATÓRIA E CIRURGIA EXPERIMENTAL – José Humberto Rodrigues da Cunha. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade para o exercício do magistério superior. Compromisso de residência em Uberaba. Ex-assistente do Professor Maurity Santos. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Cirurgião da Santa Casa e do Hospital das Crianças.

ANATOMIA E FISIOLOGIA PATOLÓGICAS – Jorge Henrique Marques Furtado. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade para o exercício do magistério superior. Compromisso de residência em Uberaba. Diretor da Faculdade de Odontologia e professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Trabalhos publicados sobre assuntos médicos.

CLÍNICA MÉDICA – 1ª Cadeira – Mozart Furtado Nunes. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Trabalho original publicado no livro “Tuberculose Pulmonar”, do Professor Clementino Fraga. Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino. Diretor Clínico do Pavilhão Vicente Rodrigues da Cunha e do Hospital São Vicente em Uberaba.

CLÍNICA CIRÚRGICA – 1ª Cadeira – Hélio Angotti. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Várias publicações sobre assuntos médicos. Diploma de Curso de Especialização.

CLÍNICA OFTALMOLÓGICA – Vítor Magalhães Mascarenhas. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Diplomas de Cursos de Especialização Profissional. Exerceu cargos profissionais em vários hospitais.

CLÍNICA MÉDICA – 2ª Cadeira – Alfredo Sebastião Sabino de Freitas. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Diplomas de vários cursos científicos. Trabalhos publicados em revistas.

CLÍNICA CIRÚRGICA – 2ª Cadeira – Carlos Schmidt Júnior. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino. Cursos em vários hospitais no país e no estrangeiro. Publicações em revistas científicas.

MEDICINA LEGAL – Lauro Savastano Fontoura. Advogado com diploma registrado. Atestado de idoneidade e compromisso de residência em Uberaba. Diretor da Faculdade de Direito da Faculdade de Uberaba e professor da Escola Normal. Jornalista militante.

TERAPÊUTICA CLÍNICA – Odon Turmin. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Diplomado pelo Curso de Cardiologia Pazzanezi.

CIRURGIA TORÁCICA E TISIOLOGIA – Eurípedes Garcia. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Diploma de vários cursos científicos. Trabalhos publicados.

HIGIENE – Paulo Pontes. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor de Higiene da Escola Normal. Chefe do Pôsto de Higiene local. Diplomas de vários cursos científicos.

CLÍNICA OBSTÉTRICA – Fausto da Cunha Oliveira. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Examinador do concurso de internos da Maternidade-Escola. Diploma de curso de extensão universitária da Universidade do Brasil. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Chefe da Maternidade-Escola de Uberaba.

CLÍNICA GINECOLÓGICA – Duarte Tomás de Miranda. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Faculdade de Odontologia de Uberaba. Vários trabalhos publicados.

CLÍNICA PSIQUIÁTRICA – João Henrique Sampaio Vieira. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Laureado com o prêmio Cunning da Universidade do Brasil. Ex-assistente do Professor Rocha

Faria. Trabalho premiado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Trabalhos vários publicados.

CLÍNICA DE DOENÇAS TROPICAIS E INFECTUOSAS – Romes Cecílio. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Trabalhos publicados sobre Doença de Chagas.

CLÍNICA CIRÚRGICA INFANTIL E ORTOPÉDICA – Álvaro Lopes Cançado. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Ex-assistente do Hospital Fort Joint Diseases of New York. Ex-cirurgião residente do Hospital de Chicago. Servico do professor Max Thorek. Professor da Escola Normal de Uberaba. Várias publicações sobre assuntos científicos.

CLÍNICA PEDIÁTRICA MÉDICA – Cecílio Rodrigues da Cunha. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Chefe da Enfermaria de Clínica Médica da Santa Casa de Misericórdia.

PUERICULTURA E CLÍNICA DA 1ª e 2ª INFÂNCIA – Humberto de Oliveira Ferreira. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino. Vários artigos publicados em revistas científicas.

DERMATOLOGIA MÉDICA – Álvaro Guaritá. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Trabalhos publicados sobre megacolo, sobre úlceras gastroduodenais, divertículos do duodeno, etc.

CLÍNICA NEUROLÓGICA – Jorge Antônio Frange. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade. Compromisso de residência em Uberaba. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba. Clínico da Santa Casa.

OTORRINOLARINGOLOGIA – Sérgio Severino Soares. Médico, com diploma devidamente registrado. Atestado de idoneidade.

Compromisso de residência em Uberaba. Ex-médico por concurso do IAPI. Médico da Santa Casa e do Hospital das Crianças.

ANAIS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1954, folhas 4 a 9.

# Anexo 3

## Lei no 3.856, de dezembro de 1960

Transforma em estabelecimentos federais de ensino superior a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro de Uberaba, e a Faculdade de Direito de Sergipe.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - É transformada em estabelecimento federal de ensino superior a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, de Uberaba, a que se refere o Decreto número 47.496, de 26 de dezembro de 1.959.

Artigo 2º - Independentemente de qualquer indenização são incorporados ao patrimônio da União, mediante inventário e escritura pública, todos os bens móveis, imóveis e direitos pertencentes ao estabelecimento de ensino de que trata a presente Lei.

Artigo 3º - Aos atuais empregados da Faculdade é assegurado o aproveitamento no serviço público em quadros especialmente criados pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para os efeitos legais.

Artigo 4º - Para cumprimento do disposto nesta lei são criados no quadro permanente do Ministério da Educação e Cultura, 22 cargos de Professor Catedrático, padrão O, 1 função gratificada de Diretor FG-1, 1 de Secretário FG-3 e 1 de Chefe de Portaria FG-7, podendo as funções gratificadas serem exercidas por extra-numerários.

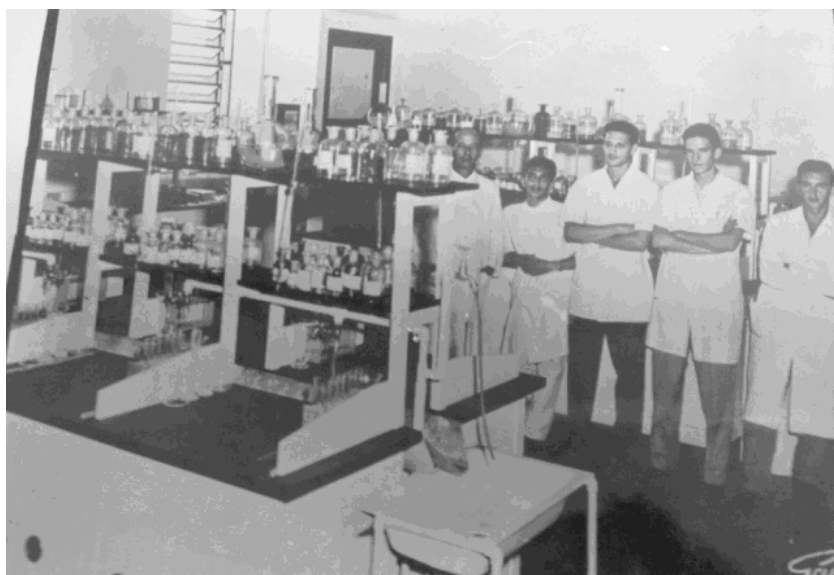
Parágrafo único – No provimento interino dos cargos de Professor poderão ser aproveitados os atuais professores nelas em exercício.

Artigo 5º - Os cargos de Professor Catedrático serão reduzidos progressivamente a 18 (dezoito), à medida que forem vagando por extinção das respectivas cátedras, na forma a ser prevista no Regimento da Escola, que deverá ser baixado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único – O disposto neste artigo será aplicado às cátedras vagas na data da publicação desta lei, as quais não deverão ser providas em caráter efetivo até a aprovação do Regimento.

Artigo 6º - É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito de Cr$ 23.086.400,00, destinado à Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, de Uberaba.

# Anexo 4[1]

**Arquivo comemorativo dos 50 anos do curso de Medicina do Centro Cultural da UFTM**

Laboratório de Química – 1956.

[1] Fotografias do acervo do Centro de Documentação e Memória – Curso de História UFTM.

1ª e 2ª turmas da FMTM, em 1959, nas escadarias do prédio da FMTM.

1ª turma da FMTM e seus familiares nas escadarias do prédio da FMTM, em 1960.

Ex-alunos da FMTM defronte o bar Mil Réis. Ovídio Hermínio Destro tinha um bar, desde a época do seu pai, em frente do prédio da penitenciária. Quando a FMTM ocupou o prédio, um aluno de medicina, Hélio de Oliveira, insistia em pedir mil réis de biscoito em vez de cruzeiro, então moeda oficial. Assim, todos os colegas começaram a chamar o bar e o seu proprietário de Mil Réis. O bar ainda existe. Foi – e é – frequentado pelos acadêmicos da FMTM, que faziam lá seus lanches..

**Sobre o livro**

| | |
|---|---|
| Formato | 16 cm x 23 cm |
| Tipologia | ElegaGarmnd BT |
| Papel | Pólen 80 g |

Sob o título *A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: primeiros anos (1953-1960)*, Sonia Maria Gomes Lopes aborda o processo de criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, na cidade de Uberaba, em Minas Gerais, no Brasil. Para tanto, registra os primeiros passos da faculdade, indicando a participação de atores importantes, tais como políticos, médicos, fundadores, primeiros professores, alunos e funcionários. O intervalo de tempo retratado abrangeu o período de 1953 a 1960, no qual a Faculdade de Medicina foi criada, instalada e federalizada.

Acreditamos que esta obra seja um incentivo para outras iniciativas de mesma natureza e que tenham como desafio a reflexão sobre os processos histórico-educativos que conformaram os sistemas escolares do município e da região, fundamentais para a preservação e valorização da memória local, estimulando a compreensão dos diferentes processos decorrentes das condições sociais, políticas e econômicas de cada época. Vamos à leitura!

Sauloéber Társio de Sousa
Universidade Federal de Uberlândia